



# **UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS**

**Tese de Mestrado em Gestão Cultural  
Universidade do Algarve – Universidade Paris VIII**

**Orientadores:  
Prof. Dr<sup>a</sup> Teresa Júdice Gamito  
Prof. Dr. Louis François Larnaud**

**Luís Guerreiro  
Setembro de 1998**

UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

14/04/2010	30294
304	
SUE - Est	

~~2058 T.~~  
2622

1

Miss L'Amel de Directe Hoz Buenos  
4/12/98

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>1. CULTURAS E POLÍTICAS CULTURAIS</b>	<b>6</b>
Breve guia de leitura do conceito de cultura	6
Emergência das políticas culturais	11
<b>2. POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS</b>	<b>17</b>
Políticas culturais locais e regionais na Europa	20
Um estudo sobre políticas culturais municipais em Portugal	28
<b>3. ESPECIFICIDADES DAS POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS</b>	<b>55</b>
Funções sociais e culturais dos poderes locais	55
Território e políticas culturais locais	56
Campos culturais locais e intervenção cultural integrada	59
<b>4. COOPERAÇÃO E PARCERIAS NAS POLÍTICAS CULTURAIS</b>	<b>65</b>
Cooperação nacional – local	65
Possibilidade e necessidade de políticas culturais regionais	70
Políticas culturais locais e cooperação cultural internacional	74
Público, privado, terceiro sistema	79
<b>Conclusão</b>	<b>82</b>
<b>Notas</b>	<b>86</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>89</b>
<b>Nota final</b>	<b>96</b>
<b>Anexos</b>	

## INTRODUÇÃO

Apenas um estudo sobre políticas culturais municipais. Centrado na realidade portuguesa, mas esboçando o seu enquadramento no contexto da evolução das políticas culturais locais e regionais na Europa. Escolhendo caminhos duvidosos: recusando os passos mais seguros dos estudos de caso, tentando apreender tendências de conjunto. Reconhecendo no entanto, a cada passo do percurso, uma pluralidade de outros caminhos possíveis e necessários para a construção de mais conhecimento sobre esta realidade recente que são as políticas culturais municipais. Com uma grande vontade de partir também por esses outros caminhos, um dia. Agora, apenas um estudo sobre políticas culturais municipais. Um, entre outros igualmente possíveis e necessários.

Este, pretendeu então o esboço de tendências de conjunto, a apreensão do sentido de um movimento em que, apesar da sua notória invisibilidade institucional e social, se joga já hoje mais de metade do investimento público em cultura no nosso país.

A primeira tentativa de apreensão de sentido implicando uma digressão breve sobre as querelas terminológicas e conceptuais que enevoam o campo da cultura. Onde se propõe a escolha de um campo conceptual (uma noção de cultura no sentido "estricto") aparentemente com maiores potencialidades explicativas da realidade que envolve as políticas culturais. Onde se situa a evolução das políticas culturais e a emergência das políticas culturais locais.

Um segundo momento da apreensão de sentido joga-se na procura dos objectivos que norteiam as políticas culturais locais. Recentes estudos produzidos sobre o espaço europeu traçam um quadro comparativo geral. Uma investigação em primeira mão sobre os municípios portugueses permite acumular informação inédita cujo cruzamento fornece indicações significativas acerca dos objectivos enunciados pelos responsáveis de políticas culturais e da sua relação com a actividade cultural realmente promovida no terreno. Este é o momento da viagem em que vemos quem são e o que fazem e como vêm o que fazem os responsáveis de políticas culturais municipais no nosso país.

O contacto mais directo com os objectivos e os projectos das políticas culturais locais indicia algumas singularidades que as diferenciam das políticas culturais de âmbito nacional, para além das evidentes diferenças de escala. A reflexão sobre essas singularidades constitui o momento seguinte deste movimento de apreensão de sentido, em que ganha centralidade o conceito de território.

E um último movimento, partindo das singularidades para encontrar complementaridades, uma reflexão sobre os espaços de cooperação abertos às políticas culturais locais, nos âmbitos regional, nacional e internacional, onde se equaciona ainda que brevemente as possibilidades de uma cooperação privilegiada com o associativismo e o conjunto das organizações do terceiro sistema.

Apenas um estudo sobre políticas culturais municipais.

# 1. CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS

## Breve guia de leitura do conceito de cultura

As dificuldades de sempre, na abordagem do conceito de cultura, um termo omnipresente, no discurso científico como nos discursos correntes e institucionais. Padrões de cultura; culturas nacionais, regionais, locais; culturas de grupo ou de empresa; cultura cultivada, cultura popular, cultura de massas, indústria cultural; política cultural, desenvolvimento cultural: um mesmo conceito de referência?

Uma gigantesca viagem no tempo (da paideia grega aos nossos dias) e no espaço conceptual ( as célebres cento e sessenta e três definições inventariadas por Kroeber e Kluckhohn em 1952 ! ) (1) parece desembocar em duas grandes correntes: cultura num sentido antropológico, enquanto estrutura estruturante e normativa, enquanto conjunto das formas de pensar, sentir e agir próprias de um grupo e que são socialmente transmitidas ao indivíduo, acepção hoje dominante nas ciências sociais; e cultura enquanto campo intelectual ou do “espírito”, ligada à experiência subjectiva e à criatividade individual, às artes e ao saber, ao simbólico, acepção que vem resistindo, quase subterraneamente, em alguma sociologia (nomeadamente na tradição francesa) e aparentemente mais viva no discurso institucional e político e no senso comum. Cada uma destas correntes divide-se em múltiplos braços, e são múltiplos os cruzamentos entre braços de ambas as correntes.

A pré-história mais remota dessa imensa viagem, costuma ser localizada em torno de noções como os **labours de l'ame**, de Cícero, ou a paideia, entendida como a educação que distingue o grego do bárbaro, o aristocrata do homem comum, e que pode designar tanto o processo (aquisição de elementos intelectuais e espirituais para a formação do homem) como os seus resultados (tipo de vida intelectual e ideal espiritual) **(2)**.

Mas são rupturas que do Renascimento rasgam até às luzes que conduzem à emergência do conceito de cultura. A pré-história recente, a entrada do termo na Academia Francesa, já no Século XVIII: "preocupação com as artes e com o espírito". Que não poderá provavelmente ser separada de dois movimentos renascentistas: o que fez do homem um indivíduo e o que separou a matéria do espírito **(3)**.

Esta "cultura do espírito" reinou por pouco tempo, talvez pela sua associação ao universalismo das luzes, de berço francês, contra o qual se levantaria a revolta alemã. Ainda no Século XVIII, Herder opõe ao universalismo das luzes o apelo ao povo, que incarna o génio nacional, determinado pela língua, pela vida cultural, por um conjunto de fenómenos colectivos simultaneamente populares e nacionais. Emerge uma visão da cultura relativizada a um espaço e um tempo, que constitui uma das inspirações do sentido antropológico de cultura, que chegaria e venceria no final do Século XIX: "o termo cultura ou civilização, considerado no seu sentido etnográfico mais amplo, designa todo um complexo que compreende simultaneamente as ciências, as crenças, as artes, a moral, as

leis, os costumes e as demais aptidões e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da Sociedade” (Edmund B. Taylor, “Primitive Culture”, 1871).

**(4)**

Da evolução do sentido antropológico de cultura até à posição dominante que hoje ocupa no conjunto das ciências sociais, interessa aqui registrar: a divisão histórica entre as escolas de antropologia cultural e antropologia social, por parecer possível filiar nesta última, mais próxima da escola sociológica francesa, a permanência de um sentido de “cultura do espírito”.

Essa permanência é também visível no uso que se foi fazendo na sociologia francesa dos termos “civilização” e “cultura”, atribuindo ao primeiro o sentido dado pelos culturalistas a “cultura” (totalidade sócio-cultural), reservando para “cultura” um sentido mais restricto : “(...) perdendo de vista o aspecto individual que possuía originalmente, cultura acaba por designar um inventário do estado das ciências, das letras e das artes num determinado meio, numa certa época da História (...). Há uma nuance que impede que se considere esta acepção de cultura como sendo rigorosamente sinónima de civilização: cultura permanece menos abrangente e circunscreve-se ao domínio intelectual, espiritual; deixa de fora (ao passo que civilização acolhe) a vida económica, material, e a técnica” (H.I. Marrou, 1938). Numa outra distinção feita no “Dictionnaire critique de la sociologie” (org. R. Boudon e F. Bourricaud) afirma-se que “é preferível reservar o qualificativo de cultura ao conjunto dos artefactos e mentefactos, ou seja, aos produtos da arte e do espírito”. **(5)**

Estas duas correntes de sentidos atribuídos a cultura (simplificadamente designados aqui por cultura de grupos e cultura “do espírito”) que correm juntas, ora encontrando-se ora parecendo afastar-se, há cerca de dois séculos, remetem para dois conceitos diferentes, ou para dimensões diferentes de um mesmo conceito?

Uma reflexão pessoal, alicerçada num já longo percurso de actividade associativa e profissional no campo da cultura (tal como é entendida num sentido institucional e no senso comum), deixa a intuição de que o domínio do sentido antropológico de cultura nas ciências sociais deixa de fora um vasto campo conceptual —um conceito algures no cruzamento de simbólico, de educação, de arte, de vida intelectual, dificilmente ganhando contornos precisos, mas que teima em persistir, mantendo uma presença embora fragmentada no campo da sociologia.

A reabilitação desse campo conceptual surge então como um desafio, em que Bourdieu é uma referência e um estímulo (campo cultural), mas noutros planos tão distintos também Dumazadier (práticas culturais de tempo livre de obrigações sociais) e a produção espanhola e francesa sobre animação cultural e políticas culturais.

São ainda estimulantes para esse desafio os contributos de José Madureira Pinto, esboçando uma tentativa de classificação de práticas culturais que pressupõe a identificação de um campo cultural e possibilita nova luz sobre noções como desenvolvimento cultural e políticas culturais, e de Augusto Santos

Silva, procurando articular cultura em sentido amplo e cultura em sentido restrito através da noção de cultura como prática duplamente expressiva.

“Toda a acção social é carrilada por padrões simbólicos, modelos socialmente produzidos de representação e conduta quotidiana. Assim se estabelece a pertinência da concepção ampla de cultura, proposta pela antropologia social desde os fins do século passado. Mas não esgotamos com isto o conjunto de questões enunciáveis.

É que, se todas as práticas envolvem, por definição, elementos simbólicos e são pautadas por construções simbólicas – no duplo sentido do adjectivo, porque elaboradas a partir da realidade específica que são os símbolos e os signos, e porque dotadas de valor simbólico, como referências para a acção; por outro lado, certos tipos e modalidades de práticas distinguem-se dos restantes por focalizarem e desenvolverem, com intensidade própria, os registos e os componentes constitutivos daquelas construções simbólicas.

Nesta medida, um certo conjunto, aliás vasto e heterogéneo, de práticas pode ser tomado como cultura, numa acepção mais restrita.

(...)

É o que faz a nossa arrumação corrente e intuitiva, quando coloca, do lado da ‘cultura’, separada ou associadamente, registos tais como: o cognitivo; o afectivo e sensível; o ideológico e moral; o lúdico; quando distingue, das restantes,

práticas festivas, de lazer e sociabilidade; ou quando usa qualificações como criativo ou artístico. Não vejo razão para recusar elaborar teoricamente esta opção implícita, procurando destacar uma lógica expressiva, específica, estribada, justamente, nos registos e elementos referidos.” (6)

### **Emergência das políticas culturais**

Talvez não seja possível encontrar um momento do qual se possa dizer: aqui nasceu a política cultural. É sim possível, olhar agora a história europeia à luz dos nossos conceitos de final do Século XX, e restabelecer cronologias das relações entre Estado e Cultura em que assomam, aqui e ali, embriões de políticas culturais. Mas talvez seja mais verdadeiro deixar de lado todas essas acções em que estão em causa a educação, a língua, as artes, as ciências, e assumir que as políticas culturais, entendidas como tal pelos seus protagonistas, são fundamentalmente uma criação do Século XX, mesmo reconhecendo, para trás, um longo processo de gestação de que o marco mais significativo parece ser, uma vez mais, o Século XVIII e a revolução francesa.

A criação de uma Comissão dos Monumentos, em 1791, com a função de inventariar o património nacional e de promover a implantação de museus que o pudessem salvaguardar é geralmente considerada como a certidão de nascimento do conceito de património. A criação do Instituto de França, do Conservatório das Artes e Ofícios, do Conservatório de Música, dos direitos de

autor, marcam uma intenção de política cultural com uma amplitude de visão de que não é fácil encontrar paralelo anterior.

Em Portugal, esta intervenção mais ampla da política na cultura verifica-se apenas a partir de 1836, com a criação do Conservatório Geral de Arte Dramática e a Academia de Belas Artes, a que se seguiria a fundação do Teatro Nacional D. Maria II e a aquisição do Teatro S. Carlos, a criação de uma Inspeção Geral que poderia ser considerada uma precursora de uma Secretaria de Estado ou de um Ministério da Cultura, de que foi titular Almeida Garrett, e que produziu a primeira legislação portuguesa sobre propriedade literária e artística.

Para uma história deste longo processo de gestação, seria indispensável levar em conta o intenso florescimento das artes na Europa na Segunda metade do Século XIX e início do Século XX, a sua internacionalização, a emergência das associações culturais muitas vezes com uma base de classe, e, na pré-história mais imediata das políticas culturais modernas, toda a negra história de instrumentalização da cultura pela política, de que os regimes totalitários, de Hitler a Estaline (e no nosso caso português, de Salazar) foram exemplos extremos. (7)

Mas é após a Segunda guerra mundial que os Estados tomam as primeiras decisões de institucionalização da cultura como campo da acção política. A criação da UNESCO em 1945 e do Conselho da Europa em 1949 são marcos essenciais, a que se seguiu nas décadas seguintes a progressiva introdução nos governos nacionais de Ministérios da Cultura (em França, com André Malraux, a partir de 1959; em Portugal, nos anos setenta, já depois da Revolução de Abril).

Neste período, historicamente recente, de constituição do que poderemos talvez designar como políticas culturais modernas, afirma-se um ideal de política cultural que reflecte os princípios do regime democrático em construção na Europa e no mundo do pós-guerra. Como refere Fernando Pereira Marques, "(...) a cultura deverá constituir a dimensão onde mais se deverá potenciar integralmente o pluralismo das ideias, das concepções e visões do mundo, a diversidade estética, a criatividade. Ao contrário do que se passava nos regimes autocráticos (...), ao Estado Democrático não caberá impôr uma cultura oficial, privilegiar concepções estéticas ou históricas (...), definir, como se dizia no documento salazarista citado atrás, o que é a 'verdade histórica', uma 'estrutura filosófica' a respeitar, 'os elementos morais' da Nação a salvaguardar. De igual modo é incompatível com a democracia a imposição de uma cultura de partido ou de classe, ou ainda, como dizia Hitler, de uma 'ideia de cultura moral'." (8)

Coube ao Conselho da Europa um papel de grande protagonismo na construção de espaços de informação, de estudo e investigação em torno das políticas culturais recém institucionalizadas. No entanto, só em 1976 se realiza em Oslo a primeira Conferência de Ministros Europeus responsáveis por assuntos culturais, o que nos dá uma imagem objectiva da extrema juventude da consolidação da ideia de política cultural, mesmo se tivermos em conta apenas a escala europeia.

Os documentos que, no âmbito dos trabalhos promovidos ou estimulados pelo Conselho da Europa, nos falam das primeiras gerações de políticas culturais

nos Países europeus, dão-nos conta de alguma evolução de conceitos que traduzem os objectivos dessas políticas culturais. É comum aceitar-se que até aos anos sessenta predominou nas políticas culturais uma **concepção patrimonialista e elitista** de cultura, resumindo-se as acções dos governos a medidas pontuais, de que estava ausente qualquer sentido de planificação, em que o Património e as Artes nobres eram os únicos destinatários.

A partir dos anos sessenta, em sucessivas medidas e declarações governamentais, afirma-se a ideia de **democratização cultural**, traduzida no objectivo de garantir o acesso de toda a população aos bens culturais. André Malraux e o então recém criado Ministério dos Assuntos Culturais de França representam estes valores da época, com o plano de criação de casas da cultura em todos os departamentos franceses, destinadas a garantir a todos os franceses o acesso às obras capitais da humanidade.

As insuficiências e insucessos desta política de criação de equipamentos reflectem as limitações da ideia de democratização cultural assente exclusivamente em estratégias de **difusão cultural**. Os públicos não existiam, e continuaram a não existir. E pode ser até que novas rupturas tenham sido criadas, entre uma cultura descentralizada feita pelas gentes do teatro e da educação e a emergência de instituições culturais públicas e elitizadas, trabalhando para públicos ausentes. (9)

As estratégias de difusão cultural, num tempo de afirmação da **cultura de massas** e das **indústrias culturais**, contribuíram para alargar o mercado de bens

e serviços culturais, e para um aumento quantitativo das práticas culturais das pessoas. Mas esse aumento quantitativo segue em grande medida as lógicas das indústrias culturais (a afirmação de que o Estado já não está só, na promoção de políticas culturais !): é mais fácil encontrar registos de aumento de consumo de discos de música ligeira que de aumento de práticas amadoras de teatro, ou de música clássica. A individualização das práticas culturais e a passividade do consumo são novos traços que se afirmam.

Na segunda metade dos anos setenta consolida-se um novo conceito, a **democracia cultural**, que orienta as políticas culturais para uma visão da cultura não só como bem de consumo, mas onde se sublinha o seu papel no desenvolvimento individual e colectivo, e se reforça a prioridade dada à **participação** das pessoas e dos grupos e ao entendimento da **pluralidade das culturas**. As principais respostas são experimentadas em torno do objectivo de **formação de públicos**, e nomeadamente com recurso a estratégias de **animação cultural** e sociocultural e de mobilização dos sistemas educativos.

Nos últimos anos, o Conselho da Europa pôs em marcha um importante projecto de estudo e avaliação das políticas culturais dos Países Europeus. São ainda poucos os estudos concluídos ou em curso (cerca de uma dezena), mas constituem já uma documentação incontornável para o conhecimento do que são hoje as políticas culturais públicas.

Um traço comum que todas percorre, é a convivência no terreno com outros pólos influentes de promoção de políticas e estratégias culturais, as indús-

trias culturais. Um outro elemento comum, é a crescente complexificação e diferenciação de níveis de intervenção das políticas públicas, com a entrada em campo das regiões, dos municípios e, num sentido supranacional, da União Europeia.

É já nos anos oitenta e noventa que as **políticas culturais regionais e locais** conquistam a sua carta de alforria em termos de reconhecimento institucional das suas especificidades, sendo de destacar o papel de um programa promovido pelo Conselho da Europa, Cultura e Regiões, de deliberações e recomendações da Conferência dos Poderes Locais da Europa e da criação das primeiras instituições europeias especializadas em políticas culturais locais e regionais (o Observatoire des Politiques Culturelles, em Grenoble, e o Observatório Interarts, em Barcelona) na consolidação dessa autonomia e dessa especificidade.

## 2. POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS

O desenvolvimento das políticas culturais nacionais, numa época em que o conceito de democracia cultural e de participação dos cidadãos na vida cultural ganha estatuto de referência consolidada nos foruns internacionais, implica uma orientação descentralizadora e a “descoberta” do local como espaço de intervenção cultural.

Descoberta de algo que se vinha já insinuando no terreno, com velocidades variáveis segundo os ritmos dos processos de descentralização administrativa e das tradições municipalistas dos diversos países. Aliás, pelo menos desde o final do século XIX e início do século XX, algumas cidades constróem estratégias de afirmação e de individualização em torno de objectivos culturais.

Num artigo recente **(1)**, Anne-Marie Autissier dá conta da distribuição de investimentos públicos na cultura. Em seis países europeus considerados, a percentagem dos investimentos dos governos nacionais em relação ao total de investimentos públicos em cultura, era de 7% na Alemanha, 20,4% em Espanha, 34% na Holanda, 40% na Dinamarca, 44% na Suécia, 55,5% na Itália. Se a estes dados juntarmos os referentes a França (49,7%) e a Portugal (47%) **(2)**, fica-se com uma imagem nítida do peso hoje ocupado no investimento em cultura por uma parte da administração pública geralmente menos identificada e menos estudada como actor de políticas culturais: as regiões e os municípios.

Por seu lado, a distribuição entre regiões e municípios assinala também uma tendência clara. Em França, os departamentos e regiões assumem 9,4% do investimento público em cultura, os municípios 40,9%. Na Alemanha, os estados federados (land) 28%, os municípios 65%. Na Dinamarca, as regiões 4,5% e os municípios 56,5%. Para Portugal, que constitui ainda uma excepção à estrutura regionalizada de administração pública que é comum à quase totalidade dos países europeus, o investimento municipal em cultura corresponde a cerca de 50% do total do investimento público em cultura desde o início da década de noventa.

Estes dados colocam-nos perante uma realidade: grande parte dos discursos correntes e oficiais e grande parte dos estudos sobre políticas culturais, ao ignorarem estes actores emergentes que são os municípios, deixam de fora cerca de metade do universo das políticas culturais.

Para produzir alguma visibilidade acrescida sobre essa “face oculta” das políticas culturais que as políticas culturais locais têm constituído, não são muitos os instrumentos de apoio à navegação. Estamos ainda na fase nascente dos estudos sobre políticas culturais locais, e talvez a única forma de caminhar seja através de aproximações e iluminações progressivas, que vão a pouco e pouco definindo melhor os contornos do objecto.

Parece justo atribuir ao Programa Cultura e Regiões, promovido pelo Conselho da Europa, no final dos anos oitenta e inícios de noventa, um papel pioneiro na formulação de políticas regionais e urbanas como objecto de estudo e de acção das instâncias culturais internacionais. Um abrir de campo que, já nos anos noventa, foi prosseguido com

um outro programa em que, pela primeira vez, a dimensão local aparece como objecto de estudo: Cultura e Bairros Urbanos. Os três volumes publicados de estudos e relatórios produzidos por este programa, e a iniciativa recente do Observatório Interarts, de Barcelona (que representa, de certa forma, uma consequência do Programa Cultura e Regiões) de constituir uma Base de Dados de Políticas Culturais Urbanas e Regionais (Programa FACTUS), que dispõe já de informação relativa a 50 regiões e municípios europeus em fase de tratamento, constituem fontes indispensáveis para o estudo das políticas culturais locais na Europa.

Já no que respeita a estudos sobre políticas culturais locais produzidos num quadro nacional, é possível encontrar um maior volume de informação, referente a alguns países. Os centros de documentação do Observatoire des Politiques Culturelles, de Grenoble, e do Centro de Estudios e Recursos Culturales, de Barcelona, reúnem cerca de dez mil documentos sobre políticas culturais, que incluem um vasto número de estudos sobre temas de políticas culturais locais.

Em Portugal, ainda os primeiros passos. Através de alguns estudos e reflexões sobre os poderes locais que abordam as suas funções culturais, através de primeiras abordagens sociológicas sobre políticas culturais locais de que o encontro promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia, em 1992 **(3)**, constitui um ponto de situação para o início da década de noventa, e em que merecem destaque os contributos de Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto.

Procurámos interrogar estas diversas, e nem sempre facilmente articuláveis, plataformas de informação, com um estudo sobre as políticas culturais dos municípios portugueses, orientado numa direcção principal: que objectivos e que estratégias de intervenção cultural são assumidos pelas políticas culturais locais? Na expectativa de que uma maior iluminação das políticas culturais locais, por esta perspectiva, poderia permitir uma maior compreensão das suas especificidades e do seu papel no quadro mais amplo das políticas culturais.

### **Políticas culturais locais e regionais na Europa: alguns estudos e referências dos anos noventa**

Cultura e Bairros Urbanos: como já assinalámos, trata-se provavelmente do primeiro estudo de âmbito europeu em que a dimensão local das políticas culturais esteve no centro da investigação. Ainda que direccionado para o tema específico dos bairros urbanos, fruto de uma consciência acrescida da necessidade de trilhar novos caminhos na busca de alternativas para os problemas comuns às grandes cidades neste final de século (fragilização e desertificação dos centros históricos, conflitos sociais nos bairros suburbanos), este estudo produziu uma abordagem aprofundada de objectivos e estratégias de políticas culturais urbanas de algumas grandes cidades europeias (As cidades abrangidas pelo estudo foram Atenas, Bilbao, Budapeste, Copenhaga, Lisboa, Liverpool, Marselha, Munique, Praga, Sófia, Turim e Viena).

Até pela consciência do carácter pioneiro deste estudo, nos seus trabalhos não foi esquecida a tentativa de esboçar uma breve análise da evolução das políticas culturais

urbanas na Europa Ocidental, que, entre outros momentos, se materializou numa comunicação apresentada por Franco Bianchini na Conferência de Bilbao, em 1994, organizada no âmbito deste projecto. (4)

Apesar da diversidade de realidades e experiências no que respeita a políticas culturais urbanas, mesmo considerando apenas o espaço europeu, F. Bianchini propõe-nos a distinção de três grandes períodos na evolução das políticas culturais urbanas europeias do pós-guerra.

Do final dos anos 40 ao final dos anos 60 (o período “da reconstrução”), as políticas culturais urbanas tiveram como principal **objectivo criar ou ampliar infraestruturas no domínio das artes mais institucionalizadas** (ópera, teatro, museu) e **democratizar o acesso a estes equipamentos** através de subsídios ao seu funcionamento.



Nos anos 70 e início dos anos 80 (o período “da participação”), verifica-se um movimento no sentido do desenvolvimento de políticas culturais nas cidades europeias, fruto quer dos processos de descentralização política e administrativa verificados em alguns países (Itália, França, Espanha) quer da afirmação de novos valores e movimentos sociais pós Maio de 1968. (Esta periodização parece fazer algum sentido também para Portugal, embora com ritmos próprios que eventualmente prolongam este período por toda a década de 80, e onde não pode ser esquecido todo o processo de transformação política, social e cultural que se seguiu ao 25 de Abril).

O alargamento do campo da intervenção cultural local às expressões das culturas populares e de massas, e a entrada em cena dos temas da participação, das comunidades de base, e da animação sócio-cultural são características deste período.

De meados dos anos 80 ao início dos anos 90 (o período “da revitalização urbana”), as prioridades das políticas culturais orientam-se para o desenvolvimento económico e a revitalização urbana, reflexo das limitações de recursos financeiros dos poderes locais num quadro de fundo de crise económica mais moda neo-liberal. As políticas culturais locais constróem estratégias de preservação dos níveis de serviços culturais existentes que se desenvolvem em duas direcções: por um lado, a exploração de outras formas de financiamento da vida cultural local (apelo ao sector privado); por outro lado, reinventando fundamentações económicas e sociais para as políticas culturais.

As políticas culturais de bairro, em grande parte nascidas no período “da participação” e evoluindo nas novas condições dos anos 80 e 90, são analisadas através de estudos de caso em confronto com um inventário aprofundado da teoria (embora eventualmente mais centrado no pólo bairro/temas urbanos/sociologia urbana e deixando mais de lado o pólo cultura/políticas culturais, o que não deixará de se compreender tendo em conta o “estado da questão” no que se refere a este último grupo de estudos).

Os estudos de caso realizados permitiram listar os objectivos de políticas culturais de bairro nestas cidades, e detectar regularidades e singularidades nessas listagens. A análise feita assinalou que os objectivos de políticas culturais de bairro nestas cidades tendiam a agrupar-se em torno de noções e temas como o **desenvolvimento cultural** (o mais frequente), o **desenvolvimento económico**, a **imagem e identidade local**, o

desenvolvimento da coesão e das relações sociais, a cidadania e participação cívica. (5)

Alargar o acesso aos equipamentos culturais, aumentar a participação das pessoas nas actividades culturais, estimular a curiosidade intelectual e desenvolver o espírito criativo das pessoas e grupos, permitir aos artistas locais (profissionais e amadores) condições para criações de qualidade, encorajar a inovação artística e os intercâmbios entre diferentes formas de arte são os objectivos mais referidos para o tema desenvolvimento cultural.

No que respeita ao desenvolvimento económico, são a criação de emprego, o apoio às pequenas empresas culturais locais, o desenvolvimento de capacidades profissionais e o apoio aos indivíduos e comunidades no sentido de determinar necessidades e acções a empreender os objectivos mais frequentemente indicados.

A criação de uma imagem e identidade local, apesar de parecer ser um objectivo geral presente em quase todas as políticas locais, aparece expressamente apenas em alguns casos, em torno de objectivos específicos como o reforço da identidade individual e comunitária, afirmar a especificidade e sentimento de pertença local, melhorar a imagem interna e externa, embelezar o ambiente.

Para os temas do desenvolvimento da coesão e das relações sociais e da cidadania e participação cívica, surgem como objectivos específicos lutar contra a intolerância, a segregação e a alienação social; ajudar as pessoas a encontrar as memórias dos outros, e outros acontecimentos e outros lugares; favorecer a compreen-

**são entre diferentes gerações; combater o racismo e favorecer o multiculturalismo; criar ocasiões de convívio, alargar a rede social de cada indivíduo; ampliar o horizonte psicológico, cultural, político, social e espacial de cada pessoa; encorajar debates sobre temas de interesse público; estimular o conhecimento dos recursos locais .**

Esta amplitude de temas de intervenção e de objectivos das políticas culturais urbanas conduzem à formulação, no quadro do projecto Cultura e Bairro Urbanos, da noção de **planificação cultural (6)** como nova perspectiva a introduzir nas políticas culturais urbanas, tema a que voltaremos mais adiante.

O Programa FACTUS, promovido pelo Observatório Interarts de Barcelona, constitui uma primeira tentativa de grande fôlego de constituição de uma Base de Dados sobre políticas culturais e urbanas. O desenvolvimento do programa passa ainda por uma fase experimental que durante 1997 e 1998 envolveu 75 cidades e regiões europeias no preenchimento de um primeiro questionário que inclui secções sobre informação económica e social, recursos culturais e políticas culturais. Um primeiro relatório de trabalho **(7)**, de Abril, apresenta alguns primeiros dados relativos a 30 cidades e regiões, esperando-se ainda este ano uma publicação da totalidade dos dados obtidos nesta fase experimental.

Para o percurso que vimos fazendo de identificação e de análise comparativa de objectivos de políticas culturais locais, teremos em conta apenas os dados relativos a este tema. À partida, oferecem-se algumas dificuldades à comparação. O questionário do Programa FACTUS estrutura-se em torno de questões fechadas, pretendendo identificar

políticas culturais urbanas e regionais dirigidas para 21 objectivos previamente definidos. Esta metodologia não permite a apreensão fácil do conjunto de objectivos de cada política cultural e da articulação e hierarquização de prioridades de objectivos dentro de cada política cultural, mas possibilita a sistematização de um vasto conjunto de informação sobre as políticas culturais urbanas e regionais. De particular interesse a opção de solicitar para cada objectivo a indicação de programas, projectos e acções que ilustrem a forma como as cidades e regiões promovem a sua concretização, o que permite uma segunda linha de leitura que poderá fornecer mais elementos sobre cada política cultural.

As 30 cidades e regiões cujas respostas foram já analisadas no primeiro relatório do Programa FACTUS posicionam-se como se segue face aos 21 objectivos de políticas culturais definidos:

- Novas infraestruturas culturais	- 26
- Turismo	- 24
- Promoção da criação de novos projectos artísticos	- 23
- Renovação de património	- 22
- Relações interculturais	- 21
- Participação nos processos de decisão	- 20
- Cultura na escola	- 20
- Inovação em biblioteca	- 20
- Promoção e divulgação internacional	- 19
- Divulgação media	- 19
- Cultura e bairros urbanos	- 19
- Descentralização e subsidiaridade	- 18
- Relações com o sector privado	- 16
- Artes para deficientes	- 16
- Indústrias culturais	- 15
- Cultura em área rural	- 15

- Distribuição de novos produtos artísticos	- 14
- Emprego	- 14
- Língua	- 12
- Cultura técnica e científica	- 12
- Cultura e desemprego	- 8

( Os números indicam quantas cidades e regiões afirmam ter uma política ou promover programas, projectos e acções relativamente a cada objectivo).

A distribuição das respostas face aos objectivos definidos indica uma maior frequência de programas, projectos e acções dirigidos para objectivos de **desenvolvimento cultural** (novas infra-estruturas e novos projectos artísticos). Os objectivos relacionado o **património** recebem igualmente um elevado número de respostas, sendo o seu peso reforçado no conjunto dos projectos apresentados pelo facto de, mesmo quando referidos a propósito de outros tipos de objectivos, uma grande parte integrar cumulativamente objectivos de preservação e valorização do património.

Este breve olhar sobre os objectivos de políticas culturais locais tal como são apercebidos em dois estudos recentes sobre o espaço europeu poderá ser completado com o exame de algumas políticas culturais locais em si mesmas, e não em função de outros objectivos definidos para a investigação. A apreensão de uma política cultural local na sua globalidade e no seu contexto territorial fornecerá sem dúvida um outro tipo de informação indispensável ao conhecimento que há que construir.

Apenas como exemplo que não pretende ser representativo do universo a conhecer mas antes ilustrar as possibilidades da informação a obter através de estudos

de caso, faremos uma breve referência aos objectivos da política cultural do município de Sabadell (Catalunha, Espanha).

Sabadell constitui um exemplo relativamente raro, de construção de um plano estratégico de acção cultural que define objectivos de médio e longo prazo e integra as diversas vertentes da intervenção cultural do município. Este plano foi construído através de um processo participado, envolvendo autarcas, técnicos e agentes culturais, que se prolongou por cerca de 4 anos. O plano consubstanciou-se num documento aprovado em 1995 intitulado "Mapa Cultural de Sabadell", que tem vindo a servir de referência à intervenção cultural do município, mas também de agentes culturais associativos e privados.

No "Mapa Cultural de Sabadell" são definidos como princípios de actuação e objectivos básicos da política cultural do município: potenciar e facilitar o **acesso de toda a população aos bens culturais**; promover o aparecimento de **associações culturais**; assegurar a transmissão do conjunto de **tradições e singularidades** que configuram a identidade da cidade e do cidadão; assegurar a existência de **equipamentos** de que a cidade necessita em que seja possível estabelecer uma relação entre criadores e consumidores de bens culturais, promover e potenciar a vida cultural em todos os seus aspectos e socializar infra-estruturas e tecnologias de difícil acesso através da propriedade privada; contribuir para uma **cidade com um papel importante na Catalunha do futuro**, através também da qualidade dos seus projectos artísticos; incrementar a **procura cultural** (intervir no mercado cultural prioritariamente na procura); criar espaços de **debate e participação social**, facilitar o acesso de todos a **informação**; potenciar o **desenvolvimento dos artistas e criadores locais** (formação, apoio econó-

mico, espaços para a apresentação de trabalhos; sem protecționismo, nem dirigismo, nem seguidismo em relaçaō ao mercado); promoçaō da **līngua e identidade cultural da Catalunha**; dar prioridade à **infāncia e juventude** (infāncia: produçaō de recursos pedagōgicos para as escolas e de serviços e projectos complementares ao sistema escolar; juventude: prioridade a programas de informaçaō e prevençaō, que permitam reduzir os serviços fim).

Desta eventualmente longa ilustraçaō que segue de perto o texto do "Mapa Cultural de Sabadell", pretendemos extrair duas ideias principais: por um lado, a jā referida necessidade de olhar cada polītica cultural local na sua globalidade e em relaçaō com um territōrio concreto; mas por outro lado, tambēm a confirmaçaō das potencialidades da grelha de leitura de objectivos de polīticas culturais locais expressa no projecto Culture et Quartiers (patrimōnio; desenvolvimento cultural, desenvolvimento econōmico e coesāo social; imagem e identidade), e tambēm na sīntese de Augusto Santos Silva (tendēncia para quatro grandes finalidades das polīticas culturais: patrimōnio; formaçaō educativa de pūblicos; sustentaaçaō da oferta; uso econōmico-polītico) (8).

## **Um estudo sobre polīticas culturais municipais em Portugal**

Alguns estudos de caso, algumas reflexōes sociolōgicas, alguma informaçaō estatística: difīcil construir uma visāo de conjunto sobre o que se faz, e em que sentido se evolui, no campo das polīticas culturais municipais em Portugal.

A opção de promover um estudo em extensão não é isenta de riscos, sobretudo no âmbito de um trabalho académico em que os recursos são limitados (em especial o mais raro de todos eles, o tempo, que vicissitudes várias reduziram a níveis bastante abaixo da "linha da água"). Os resultados confirmam os riscos, mas não inutilizam globalmente a opção. Um inquérito sobre políticas culturais enviado ao conjunto dos municípios portugueses obteve, num período de aproximadamente três meses, 46 respostas válidas. A amostra constituída por estes 46 municípios apresenta uma distribuição que não se afasta demasiado de valores médios para o universo dos municípios portugueses, no que respeita à localização geográfica, relação rural-urbano, e dimensão.

A grande diferenciação existente entre os municípios portugueses, nomeadamente quanto à sua dimensão (cerca de um terço tem menos de dez mil habitantes, quase 60% tem menos de vinte mil habitantes, enquanto os municípios de grandes cidades atingem as centenas de milhar de habitantes), levou à constituição de quatro agrupamentos de municípios para efeito de análise de dados. Na procura de uma base o mais objectiva possível para esse agrupamento, utilizaram-se como referência algumas diferenciações estabelecidas na Lei das Autarquias Locais (DL nº100/84, com as alterações introduzidas posteriormente).

## QUADRO I

### Municípios inquiridos segundo número de habitantes

	Número de municípios inquiridos	%	% nacional
<b>Grupo I</b> Menos de 10 000 hab.	18	39.1	33.7
<b>Grupo II</b> De 10 000 a 20 000 hab.	13	28.3	25.5
<b>Grupo III</b> De 20 000 a 50 000 hab.	8	17.4	24
<b>Grupo IV</b> Mais de 50 000 hab.	7	15.2	15.8

## QUADRO II

### Municípios inquiridos segundo distribuição regional

	Número de municípios inquiridos	%	% nacional
Norte	11	23.9	21.6
Centro	14	30.4	33.1
Lisboa e Vale do Tejo	8	17.4	14.7
Alentejo	7	15.2	15.4
Algarve	4	8.7	5.2
Açores	1	2.2	6.2
Madeira	1	2.2	3.6

Um dos raros indicadores utilizáveis para a análise de políticas culturais locais que dispõe de informação estatística actualizada nos últimos dez anos, a percentagem das despesas com cultura no orçamento municipal (apesar dos cuidados de leitura exigidos pela associação frequente das despesas com o desporto, e por vezes com a educação), situa o conjunto dos municípios inquiridos próximo da média nacional. A percentagem de despesas com a cultura no orçamento municipal é de 7.6% para esse conjunto de municípios, segundo os Planos de Actividades e Orçamentos de 1998, enquanto a última média nacional apurada em 1995, é de 6%.

No seu conjunto, os municípios inquiridos representam 15% do total de municípios portugueses e percentagens consideráveis da área do território nacional (18.5%) e da população portuguesa (19%), bem como das despesas municipais e públicas com a cultura. As despesas culturais deste conjunto de municípios totalizam em 1998 cerca de 12 milhões de contos (os últimos dados publicados, referentes a 1995, apresentam um total de despesas municipais com a cultura inferior a 30 milhões de contos, e um valor semelhante para as despesas do Ministério da Cultura).

Com as reservas que decorrem da noção das limitações da amostra constituída pelos municípios inquiridos, mas também com a convicção de que, se os dados apurados não permitem estabelecer leis universais permitirão pelo menos uma visão de conjunto e a apreensão de algumas tendências que envolvem as políticas culturais municipais, apresentaremos de seguida alguns

comentários sobre a fotografia assim obtida das políticas culturais municipais em Portugal.

## **Objectivos**

A tentativa para apreender os objectivos das políticas culturais municipais escolheu um caminho principal: solicitar aos responsáveis de políticas culturais municipais a indicação de um máximo de 5 objectivos prioritários para as políticas culturais em curso no respectivo município. Assumimos portanto a opção de trabalhar fundamentalmente a visão dos responsáveis sobre os objectivos das políticas culturais municipais.

No entanto, os dados obtidos desta forma foram cruzados com uma outra solicitação, a de indicação de um máximo de 5 programas, projectos ou acções considerados de maior qualidade que tenham sido promovidos nos últimos 5 anos pelo município, referindo objectivos, breve descrição e resultados. Pretendeu-se assim alguma "ligação à terra", alguma ilustração concreta, algum confronto entre a visão que se tem de objectivos e a prática da intervenção cultural municipal.

Outras questões apresentadas, visando apreender a visão dos responsáveis sobre a influência da acção cultural do município na vida local, a sua relação com estratégias de desenvolvimento do concelho, os principais problemas actuais e as perspectivas futuras, forneceram ainda elementos de

importância para a construção de um conhecimento mais objectivado sobre objectivos de políticas culturais municipais.

A solicitação de indicação de objectivos prioritários recolheu cerca de 140 formulações de objectivos. Uma dificuldade esperada e confirmada é que essas formulações reflectem algumas limitações da terminologia de planeamento e do seu uso corrente, remetendo para objectivos de diferentes níveis – umas vezes para objectivos operacionais próprios de uma acção, outras para objectivos estratégicos, e apenas uma parte para objectivos finais de política cultural. No entanto, o agrupamento destes vários níveis de objectivos permite leituras com algum significado.

Os dados obtidos indicam a constituição de quatro agrupamentos mais significativos de objectivos, com um número elevado e muito similar de referências: **salvaguarda e valorização do património** (31 referências), **desenvolvimento cultural** (44), **promoção do acesso à cultura/formação de públicos** (19), **criação de infraestruturas/equipamentos culturais** (30). Outros agrupamentos identificados, mas com menor número de referências, são o **apoio a associações culturais** (13), **a promoção da imagem do concelho** (10), **a promoção do desenvolvimento local** (7), **a promoção da cidadania/participação das populações na vida local** (7).

O objectivo **salvaguarda e valorização do património** é representado por formulações mais finais (salvaguardar e valorizar o património histórico-cultural; preservação e divulgação do património; promoção e divulgação das

tradições históricas e culturais; preservar e divulgar as nossas tradições e o nosso património; fomentar acções de preservação do património e memória do concelho; manter vivas as tradições culturais do concelho). Uma nota para o peso dominante da noção de **preservação**, seguida da de **divulgação**, e uma presença esporádica da de **valorização**. Referência ainda para a presença de uma formulação mais estratégica, orientada para a noção de educação para o património (sensibilizar a geração actual para uma actividade que vai sendo esquecida), e de formulações mais operacionais (criar casa etnográfica; criar escola de artesanato local; criar um museu).

O objectivo **desenvolvimento cultural** acolhe diversos grupos de formulações, na sua maioria com um sentido de objectivo fim. Desde a orientação expressa para o **desenvolvimento cultural das pessoas** (promover o desenvolvimento cultural dos cidadãos; promoção e enriquecimento cultural das populações; formar e educar culturalmente os munícipes; proporcionar aos munícipes a possibilidade de elevação da qualidade de vida e melhoria de conhecimentos; investir e trabalhar os jovens da terra – esta última, já um objectivo estratégico), à referência ao **desenvolvimento das artes e da educação** (promoção e desenvolvimento das artes; promoção de uma acção cultural integrada com a educação; apoio ao sistema educativo), ou ainda à perspectiva do **desenvolvimento cultural do concelho** (dar vida e animação cultural ao concelho; apostar no progresso e qualidade de vida). É difícil não incluir neste agrupamento de formulações as que remetem para a **promoção da cidadania e da participação das pessoas na vida local**, que consideraremos adiante e com alguma autonomia.

O objectivo **promoção do acesso à cultura/formação de públicos**, a que daremos igualmente alguma autonomia de análise nesta fase, está presente num conjunto de formulações predominantemente estratégicas em que a noção de **divulgação cultural**, por vezes associada à de diversificação e qualificação da oferta cultural, tem um grande peso (promoção de actividades para a juventude e público em geral; proporcionar actividades culturais a todos os municípios; veicular a cultura no município; ou: dar oportunidade para conhecer artistas de todas as áreas e de outros locais; diversificação da oferta cultural; melhoria qualitativa e quantitativa da oferta cultural; contacto com outras realidades culturais). Algumas formulações parecem insinuar um sentido mais orientado para a **formação e participação cultural das pessoas** (incentivar o gosto pelas artes e história; proporcionar à população meios que permitam o desenvolvimento de acções culturais locais; proporcionar aos municípios a participação em actividades culturais e recreativas; proporcionar a prática de actividades culturais).

O objectivo **criação de infraestruturas/equipamentos culturais** agrupa fundamentalmente formulações que remetem para objectivos estratégicos e operacionais. No primeiro caso: criar territórios culturais em torno da rede de equipamentos e através de acções qualificadas; proporcionar à população equipamentos que permitam o desenvolvimento de acções culturais locais; criar equipamentos culturais; implantar rede de bibliotecas. No segundo, a referência à criação de equipamentos específicos: casa etnográfica; escola de

artesanato local; biblioteca itinerante; auditório e biblioteca; museu; biblioteca municipal.

Já referimos que para além destes agrupamentos de formulações de objectivos que concentram um número mais elevado de referência, outros é ainda possível identificar: o **apoio a associações culturais** (apoiar o associativismo; apoiar as associações culturais existentes; fomento das associações culturais; incentivar as associações locais para a dinamização cultural; fomentar a prática cultural na área associativa), **a promoção da imagem do concelho** (promover a afirmação regional, nacional e internacional como terra de cultura; projecção no contexto da região; difundir nacional e internacionalmente os acontecimentos culturais do município; divulgar a cultura do concelho no exterior; divulgar o concelho através dos seus grupos), **a promoção do desenvolvimento local** (desenvolvimento integrado do concelho; desenvolvimento equilibrado do concelho; apostar no progresso e na qualidade de vida; promoção de acção cultural integrada com o turismo; dar vida e animação cultural ao concelho), **a promoção da cidadania e da participação das populações na vida local** (promover a participação das populações; alertar os munícipes a participar activamente na vida do concelho; informar a população da evolução sócio-económica do município, região, País, União Europeia; informar a população do que significa agir localmente e pensar globalmente).

Este inventário de objectivos de políticas culturais municipais tal como são formulados pelos responsáveis destas políticas fornece desde já, numa primeira leitura, a possibilidade de alguns comentários.

Em primeiro lugar, é-nos apresentado um quadro geral do que se faz na intervenção cultural municipal: **património; promoção do acesso à cultura/divulgação cultural e equipamentos culturais** constituindo uma primeira imagem forte, pelo menos antes de uma leitura mais fina, que integre novas variáveis (nomeadamente a distribuição dos objectivos por tipos de municípios).

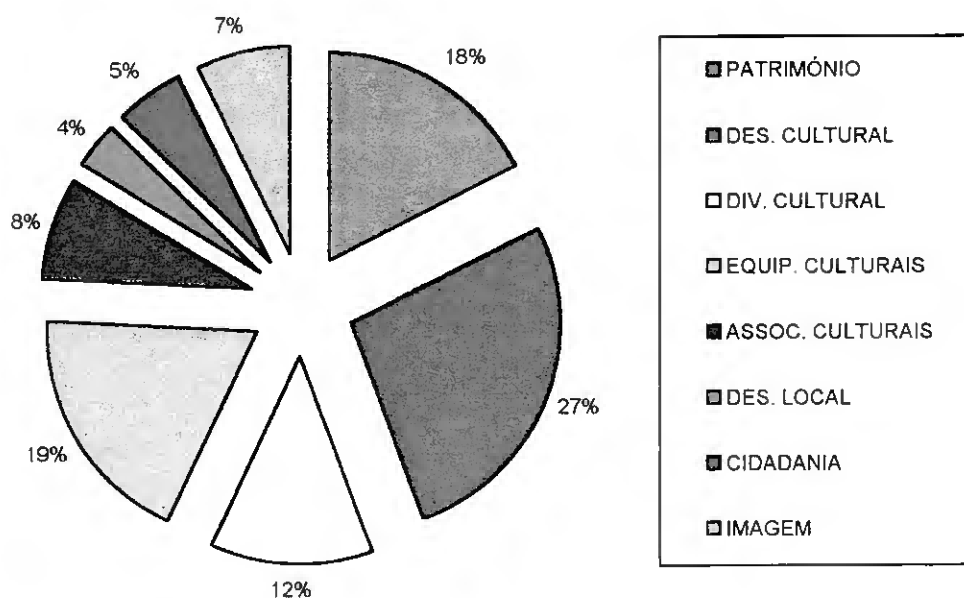
Como pelos menos meia surpresa, é de destacar a presença da noção de **desenvolvimento cultural das pessoas**, bem como todas as formulações que postulam objectivos de **desenvolvimento cultural**, colocando-os num plano central da intervenção cultural dos municípios.

Também a dimensão da referência a objectivos de **desenvolvimento local** e de **promoção da cidadania** parece indicar um nível de qualificação e coerência das políticas culturais locais acima de algumas expectativas resultantes de imagens empíricas e impressivas da realidade.

Abaixo de algumas dessas mesmas expectativas está aparentemente o peso do **património** (apesar de elevado não é esmagador), das **associações culturais** e da **promoção de imagem do concelho** no conjunto dos objectivos de políticas culturais municipais.

A relação da política cultural com **objectivos económicos** de desenvolvimento (exceptuando o turismo) e com **problemas sociais** e a **noção de animação cultural** estão praticamente ausentes neste inventário.

GRÁFICO I  
OBJECTIVOS DE POLÍTICA CULTURAL



Nem todas as impressões desta primeira leitura dos dados se confirmarão ao fazer-se o cruzamento desta listagem de objectivos prioritários indicados pelos responsáveis de políticas culturais com a listagem de objectivos dos programas, projectos e acções considerados de maior qualidade implementados pelos municípios nos últimos cinco anos.

As respostas ao inquérito fornecem um conjunto de 137 programas, projectos e acções e respectivos objectivos. Em regra há um objectivo principal, mas por vezes são vários os objectivos atribuídos a um mesmo programa, projecto ou acção.

Considerando o tipo e o objectivo principal dos programas, projectos ou acções, encontramos 47 na área da **preservação e valorização do património**, dos quais 13 relacionados com objectivos **de desenvolvimento económico/apoio a produtores e produtos regionais/turismo** (Festas, Festivais e Feiras), e de **manter tradições/turismo** (algumas romarias e Festas Religiosas ou locais), 10 com o objectivo de **manter e recuperar tradições**, 7 para **comemoração de acontecimentos históricos**, e com menor expressão, **educação e animação do património**, **Feira Medieval**, **recuperação e valorização de monumento**, **candidatura a Património da Humanidade**. Os projectos museológicos e arqueológicos destacam-se com 10 referências.

Os restantes programas, projectos e acções situam-se nas áreas do **desenvolvimento cultural/promoção do acesso à cultura/formação de públicos/divulgação cultural** (52), da **construção e programação de equipamentos culturais** (21).

A análise destes programas, projectos e acções fornece elementos indispensáveis para se compreender melhor como se concretizam os objectivos de política cultural enunciados.

Os temas do **património** vêm a sua presença reforçada quando se passa de objectivos enunciados (18%) para objectivos de programas, projectos e acções realizados (34%). Por outro lado é igualmente mais visível a diferenciação de intervenções em temas do património consoante analisamos projectos de municípios rurais ou urbanos. As festas tradicionais de origem religiosa, as feiras centradas nos produtos regionais (e por esta via uma forte ligação aos temas do turismo e do desenvolvimento económico, afinal não tão ausente como se poderia supôr!), os grupos folclóricos e etnográficos e as bandas filarmónicas, de um lado; a recuperação e valorização de monumentos e património edificado e programas museológicos mais complexos (com dimensões de investigação e de educação e animação para o património) do outro.

Os objectivos de **desenvolvimento cultural/promoção do acesso à cultura/formação de públicos/divulgação cultural** confirmam igualmente o seu peso: de 40% (objectivos enunciados) para 37% (objectivos de programas, projectos e acções). Também aqui se clarificam algumas diferenciações no tipo de intervenções dos municípios. Se as semanas culturais e as Festas locais tendem a ser momentos centrais na programação cultural de municípios rurais, os grandes Festivais de Música, Teatro, Dança e Espectáculos de Rua e a

programação de equipamentos culturais aparecem com algum destaque na intervenção dos municípios urbanos.

Confirmação também do lugar central que os **equipamentos culturais** ocupam nas políticas municipais, com excepção dos municípios de menor dimensão. Dos 21 programas, projectos e acções nesta área, apenas 2 são apresentados por municípios do Grupo I (menos de 10 mil habitantes). Os equipamentos mais presentes são os Museus, as Bibliotecas e os cine-teatros (5), os centros culturais e os monumentos, os espaços de exposições, e um centro de recursos.

O **desenvolvimento das artes, o apoio a artistas e a formação em áreas artísticas e culturais** são objectivos presentes de forma mais explícita em cerca de duas dezenas de projectos, maioritariamente promovidos por municípios de maior dimensão. Estes projectos, pelas suas características são mais dificilmente agrupáveis, mas aqui se encontram desde a educação artística envolvendo escolas e artistas, as escolas de música, os encontros de dança e teatro, entre outros projectos.

Como já referimos, a ausência de referências explícitas ao **desenvolvimento económico** na enumeração de objectivos prioritários é ultrapassada pela real presença deste tipo de objectivos em muitos projectos, nomeadamente de municípios rurais, associados à promoção de produtos regionais e ao turismo (15 Feiras e Festivais associados a produtos regionais, Festas Locais e religiosas, entre outros). Talvez se possa igualmente intuir que

a **promoção da imagem do concelho**, explicitamente pouco presente, seja de facto um objectivo implicitamente associado a este tipo de realizações, como a alguns Festivais de Música ou Teatro promovidos por municípios urbanos e de maior dimensão.

Já os **temas sociais** se confirmam como os grandes ausentes, não surgindo explicitamente nos objectivos prioritários nem nos objectivos de programas, projectos e acções realizados pelos municípios. Neste plano, mesmo a indução de que poderão ter uma presença não explicitada nas intenções dos responsáveis de políticas culturais não altera o significado global de falta de articulação objectiva entre políticas culturais e sociais.

As **associações culturais** e a **animação cultural** mantêm uma presença residual na explicitação de objectivos dos programas, projectos e acções realizados. No entanto, se analisarmos as parcerias estabelecidas na promoção dos projectos, é frequente a presença de associações culturais – o que poderá indiciar um papel importante das associações na promoção dos objectivos de políticas culturais locais, sendo no entanto vistas pelos municípios mais como parceiro do que como objectivo explícito de política cultural. É também impossível supôr que projectos como as semanas culturais, as Festas e Feiras Locais e outros, não envolvam em alguma medida estratégias de animação. Também a animação parece ser vista mais como um recurso do que como objectivo de política cultural, o que não invalida algum significado para as escassas referências explícitas de que é objecto.

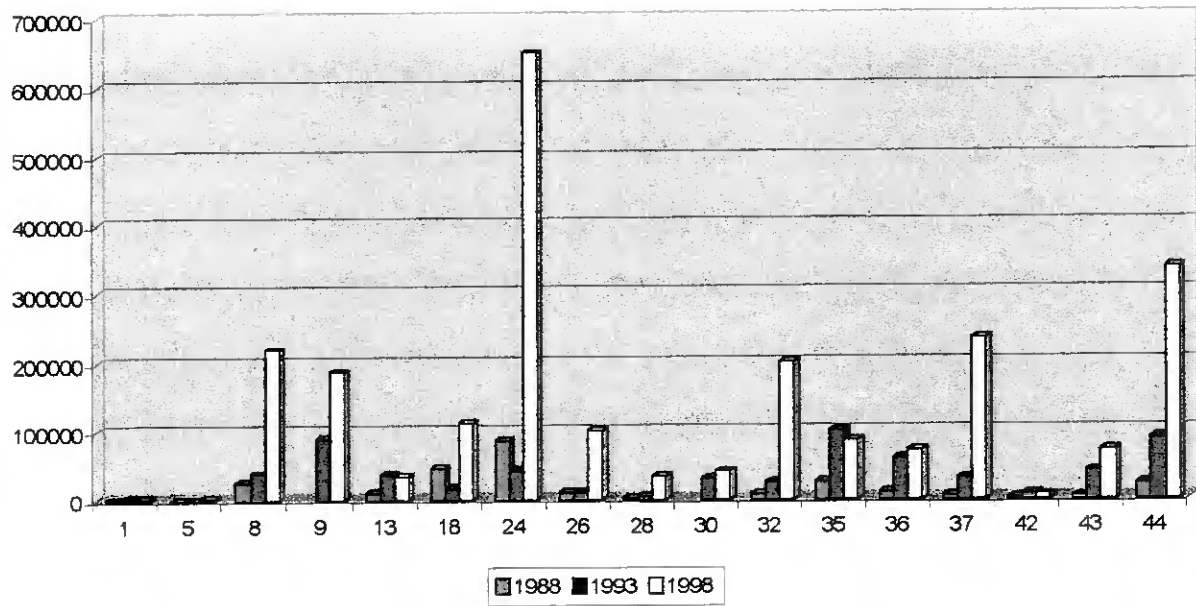
## Recursos

A análise dos recursos das políticas culturais municipais em Portugal centrou-se na consideração dos recursos financeiros, da estrutura orgânica e dos recursos humanos, e ainda dos equipamentos culturais municipais.

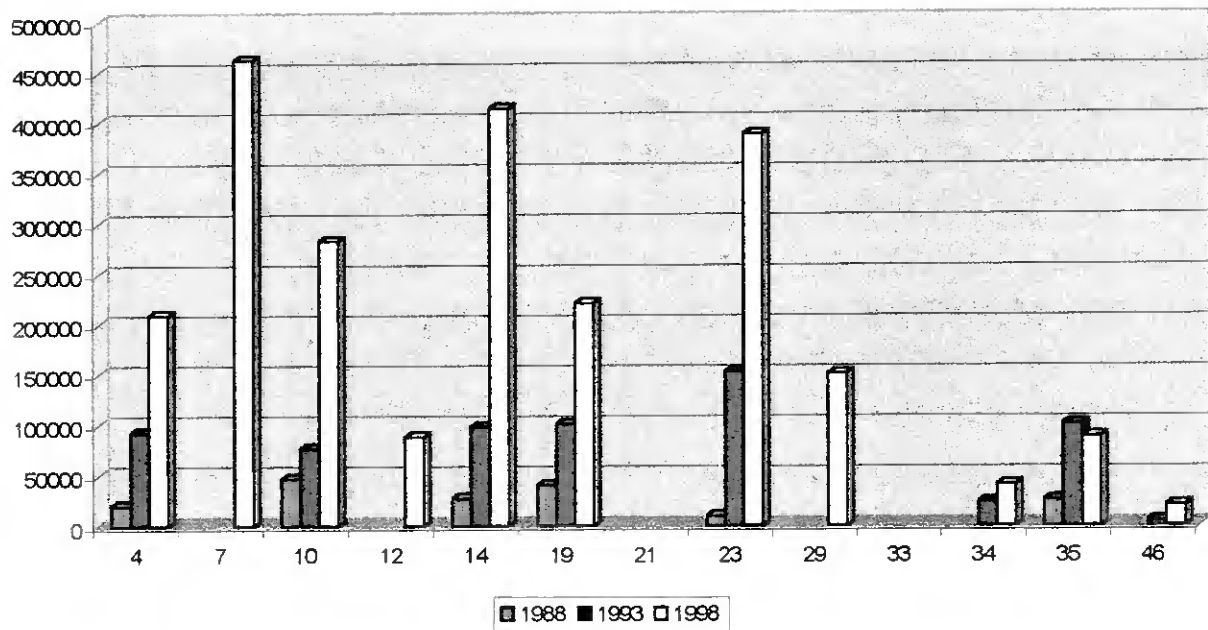
Um elemento comum nesta análise é a verificação de um crescimento constante dos recursos municipais afectos à cultura ao longo do período 1988-98, que se distribui por todos os municípios, independentemente da sua dimensão ou localização geográfica.

No que respeita a **recursos financeiros**, e considerando apenas os 30 municípios que apresentam dados comparativos 1988-98, o orçamento municipal para a cultura cresceu 7 vezes, ao passo que o orçamento municipal global cresceu apenas pouco mais de 4 vezes. Para estes 30 municípios, a percentagem das despesas com cultura no orçamento municipal era de 5% em 1988, passando a 8% em 1998. A observação dos gráficos de evolução dos orçamentos municipais para a cultura não detectará diferenciações significativas para esta tendência entre os diversos agrupamentos de municípios.

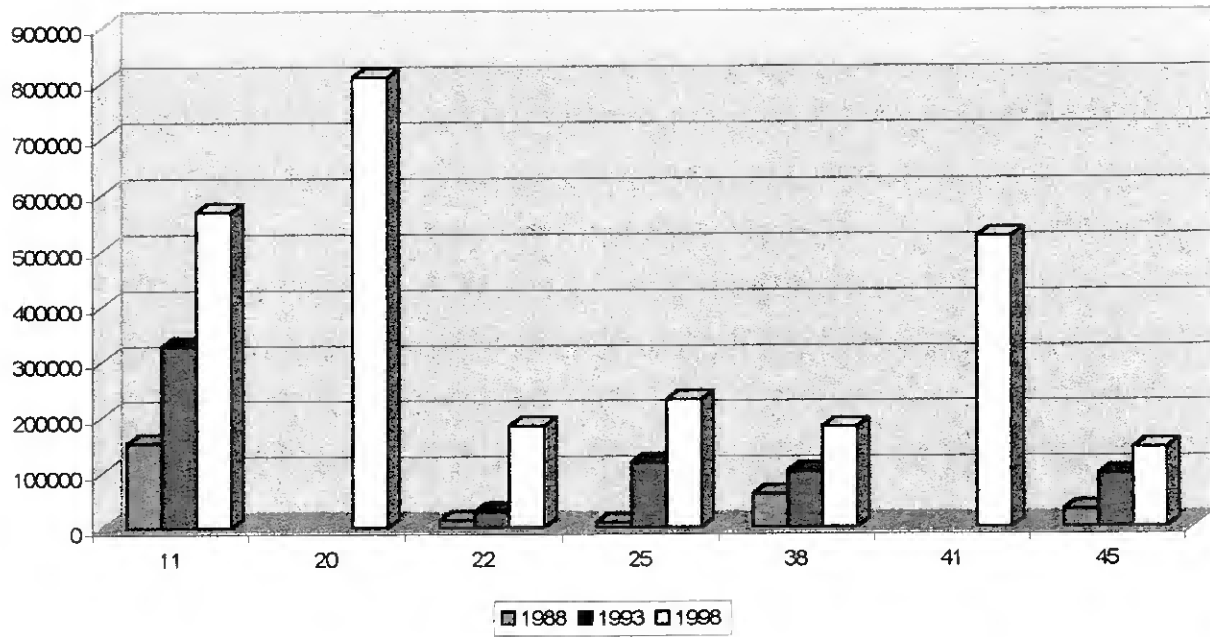
**GRÁFICO II**  
**ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA A CULTURA**  
**GRUPO I**



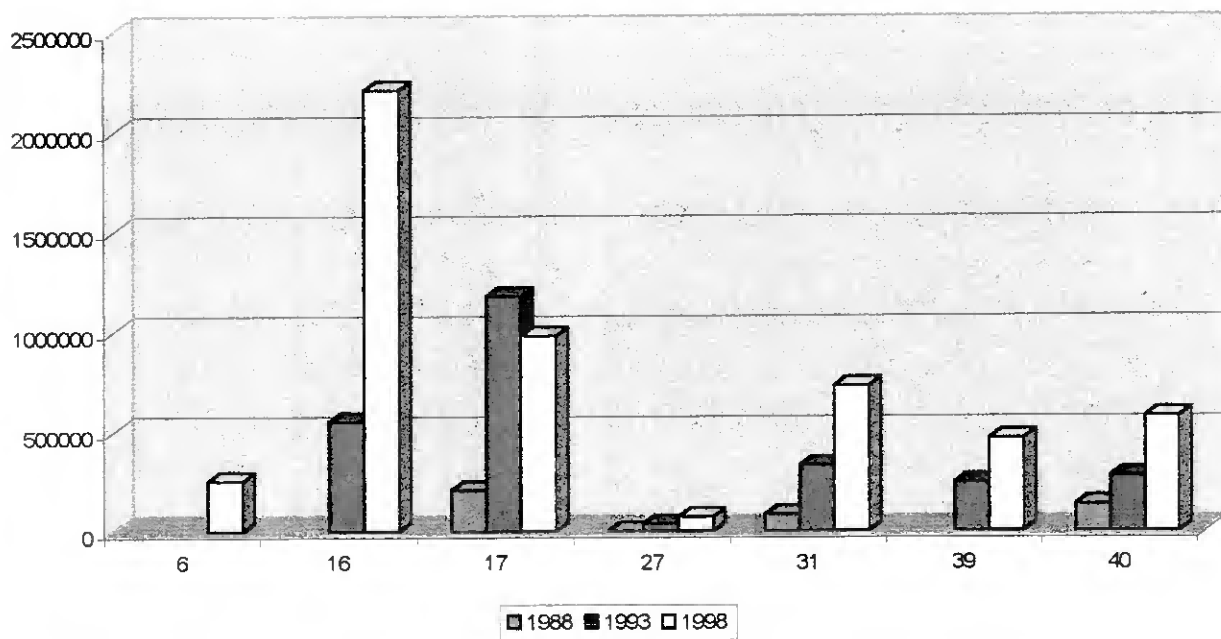
**GRÁFICO III**  
**ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA A CULTURA**  
**GRUPO II**



**GRÁFICO IV**  
**ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA A CULTURA**  
**GRUPO III**

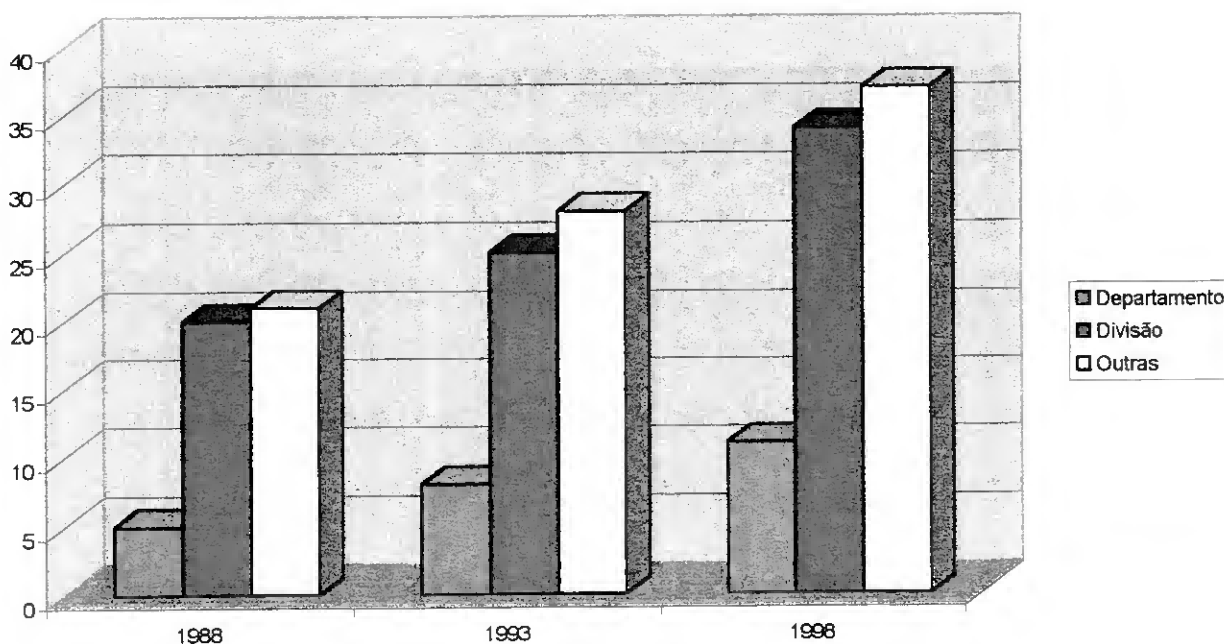


**GRÁFICO V**  
**ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA A CULTURA**  
**GRUPO IV**



A evolução da **estrutura orgânica** dos municípios inquiridos mostra igualmente um processo de consolidação desta nova área de intervenção municipal na organização dos serviços municipais, com a progressiva criação de novos Departamentos e Divisões. Aqui são claras as diferenciações entre os municípios, segundo a sua dimensão, pertencendo a quase totalidade das divisões e departamentos aos municípios dos grupos III e IV (mais do que 20 mil habitantes).

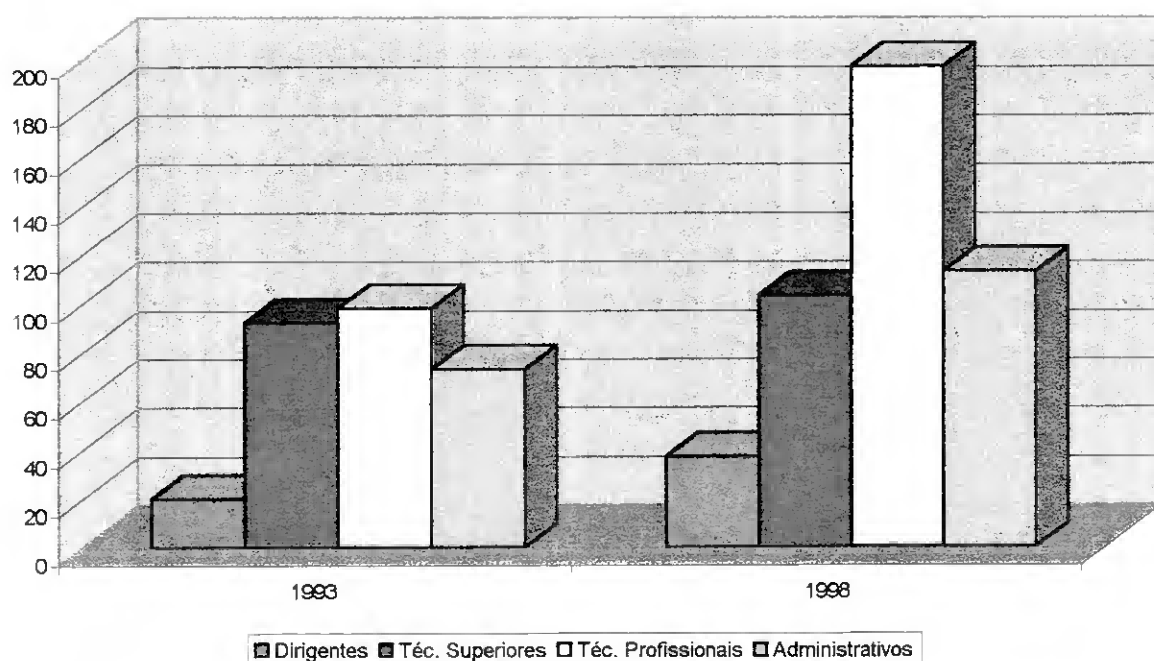
GRÁFICO VI  
ESTRUTURA ORGÂNICA 1988-98



A correspondente evolução no plano dos **recursos humanos**, com uma progressiva dotação dos municípios com quadros qualificados, nomeadamente com formação superior, é igualmente uma tendência consolidada.

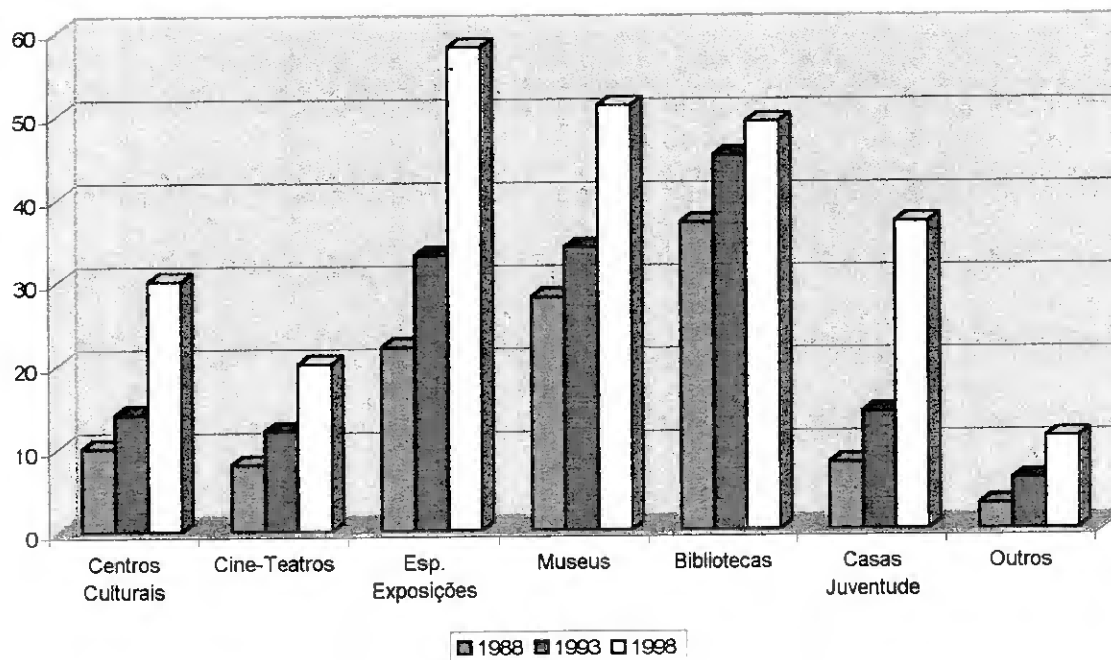
Os dados disponíveis, apenas permitindo uma comparação entre 1993 e 1998, assinalam um crescimento de cerca de 100% nas categorias de técnicos superiores e técnicos profissionais. Esta qualificação dos recursos humanos é também quase exclusiva dos municípios de mais de 20 mil habitantes, e corresponde a um sentimento generalizado dos responsáveis de políticas culturais municipais que consideram a falta de recursos humanos qualificados uma das principais dificuldades para a sua actividade e para o desenvolvimento das políticas culturais municipais.

**GRÁFICO VII**  
**RECURSOS HUMANOS 1993-98**



Os **equipamentos culturais** municipais conhecem também um aumento significativo durante o período em análise merece destaque o lugar central ocupado por bibliotecas e museus, assumindo-se como núcleo básico dos equipamentos culturais municipais, distribuídos de uma forma regular por todos os municípios inquiridos. Isto apesar da diminuição do seu peso relativo no conjunto dos equipamentos culturais (62.3% em 1988, 41.9% em 1998), fruto da diversificação da rede de equipamentos culturais municipais, que cresce cerca de 3 vezes no período considerado.

GRÁFICO VII  
EQUIPAMENTOS CULTURAIS 1988-1998



## Gestores de políticas culturais municipais

Em anexo ao inquérito sobre políticas culturais submetido aos municípios acrescentam-se um outro, muito simplificado e facultativo, a ser respondido por responsáveis de políticas culturais municipais. Não se restringiu o campo dos inquiridos aos vereadores da cultura na suposição, confirmada pelos dados, de que a forma de responder aos inquéritos e os agentes dessas respostas dependeriam do tipo de opções de cada município, eventualmente relacionadas com o tipo de recursos disponíveis; e na suposição ainda, de que apreender esse tipo de opções poderia ser importante para o estudo.

O inquérito aos responsáveis de políticas culturais municipais obteve 38 respostas. As ausências de resposta verificam-se fundamentalmente nos municípios de menores dimensões, mantendo-se semelhante o nível de respostas nos restantes grupos.

Apesar do carácter muito simples do inquérito e das limitações da amostra, é possível reunir um conjunto de indicações importantes sobre quem são os responsáveis das políticas culturais municipais, quais os seus percursos e expectativas.

Dos inquiridos, 18 são vereadores e um presidente, e 19 são técnicos (4 directores de Departamento, 5 chefes de Divisão, 9 técnicos superiores, 1 adjunto da presidência). A primeira diferenciação, esperada, a assinalar, refere-

-se à relação entre a função do inquirido e a dimensão do município. No grupo I a totalidade de respostas obtidas é de vereadores, enquanto que nos grupos III e IV a totalidade das respostas é da responsabilidade de técnicos.

Outra diferenciação significativa diz respeito à variável sexo. Entre os autarcas, a presença dominante do sexo masculino (13 para 6), entre técnicos predominando o sexo feminino (igualmente 13 para 6). A variável idade apresenta igualmente alguma diferenciação entre autarcas (com uma média de idades de 40.8 e intervalo entre 32 e 63 anos de idade) e técnicos, com uma média de 36.2 e intervalo entre 27 e 45 anos de idade.

Uma meia surpresa dos dados obtidos no que respeita às habilitações académicas dos autarcas com responsabilidades na área da cultura. Dos 19 inquiridos, 12 possuem licenciatura e 5 bacharelato. Uma indicação a cruzar com os dados referentes às profissões de origem dos autarcas, com claro domínio dos professores do ensino básico e secundário (9), mas onde encontramos ainda uma médica, um oficial das forças armadas, um livreiro, um animador cultural, um engenheiro técnico agrícola. Uma elevada qualificação académica dos autarcas responsáveis pela cultura é a imagem que nos é dada, embora seja necessário lembrar ser esta uma variável muito sensível às limitações da amostra, pelo que as extrapolações terão de ser prudentes.

Um dos dados mais significativos (embora também esperado) na caracterização dos técnicos inquiridos é a sua esmagadora proveniência das ciências sociais, com destaque para a história (8) e sociologia (2). Antropologia

social, ciências da educação, serviço social, direito, artes plásticas, recursos humanos, turismo e relações públicas são as outras áreas de formação referenciadas. Tal como verificámos com os autarcas, o ensino é o campo profissional dominante de recrutamento destes técnicos (8), nos casos em que a actual não é a sua profissão de origem.

Um dos temas abordados no inquérito apresentado aos responsáveis de políticas culturais municipais é o da formação profissional. Num quadro nacional em que a oferta de formação especializada para todos aqueles que trabalham em gestão e administração de políticas culturais, nomeadamente municipais, é quase inexistente (são excepções o mestrado em gestão cultural da Universidade do Algarve e pós-graduações no Instituto Nacional de Administração e no Centro de Estudo e Formação Autárquica), tem interesse registar os dados referentes à forma "como se tem processado o aperfeiçoamento profissional" e aos temas "sobre os quais se considera necessário centrar o aperfeiçoamento ou a obtenção de mais informação".

## QUADRO XI

### Formas de aperfeiçoamento profissional

FORMAS DE APERFEIÇOAMENTO	REFERÊNCIAS
No exercício da função	100%
Troca de experiências com colegas de profissões	62%
Troca de experiências com agentes culturais	52.3%
Acções de formação	38%
Pós-graduações e cursos universitários	28.6%
Estudar sozinho	19%

## QUADRO XII

### Temas de interesse para formação profissional

TEMAS	PONTUAÇÃO MÉDIA (escala 1 a 4)	REFERÊNCIA COM NOTAÇÃO MÁXIMA
Financiamento da cultura	3.6	70%
Projectos culturais locais	3.5	55%
Gestão de equipamento culturais	3.2	45%
Animação cultural	3.1	25%
Cooperação cultural	3.1	25%
Gestão de recursos humanos	2.9	30%
Política cultural	2.9	25%
Comunicação	2.9	25%
Tendências contemporâneas das artes	2.85	30%
Associativismo	2.8	25%
Legislação cultural	2.8	25%
Gestão financeira	2.6	15%

A insuficiência de oferta de formação torna compreensível a prioridade que é conferida, em relação às formas de aperfeiçoamento profissional, à formação no exercício da função e em troca de experiências com colegas de profissão e com agentes culturais. Quanto aos temas considerados de maior interesse para o desenvolvimento da formação profissional, destaque para a predominância de temas pouco representados ou mesmo completamente ausentes da oferta de formação existente, o que poderá suscitar alguma reflexão sobre a necessidade de actualização e qualificação dessa oferta.

Também tema de reflexão poderá ser o da viabilidade de associações profissionais nesta área recente de actividade, que dê voz a actores tantas vezes isolados dos seus pares e colocados à margem dos circuitos de informação e formação especializada nos seus domínios de actuação. As experiências de associações congéneres em alguns países europeus e a perspectiva de futuras colaborações em rede, poderão servir de estímulo aos passos que é necessário dar no nosso país.

Ainda uma referência final às indicações fornecidas pelo inquérito quanto à visão que os responsáveis de políticas culturais municipais têm da sua função, das dificuldades que a condicionam e das suas perspectivas de futuro.

Aliciante mas difícil, é a síntese do conjunto de auto-definições sobre a função de responsável de políticas culturais municipais. Presença ainda significativa para a noção de intermediário (mais frequente no caso de técnicos e dirigentes), entre os serviços culturais e o executivo da câmara, entre a câmara e os agentes culturais.

As dificuldades mais sentidas são a falta de pessoal qualificado (11), de verbas (8), de tempo (3), de apoios (2), de motivação da população (2). Mas são referidas ainda a insuficiência de associações culturais, de equipamentos culturais, de aprofundamento estratégico do sentido da acção; e ainda o peso da burocracia e da resistência à mudança.

As visões de futuro são simultaneamente de optimismo e exigência: mais segurança, mais facilidade, mais desenvolvimento, mais aprofundamento estratégico; mais exigência, mais especialização, mais responsabilidade, mais autonomia.

### **3. ESPECIFICIDADES DAS POLÍTICAS CULTURAIS LOCAIS**

A abordagem que temos vindo a fazer das políticas culturais locais, seguindo de perto os primeiros (e recentes) estudos que têm vindo a ser promovidos no plano europeu (Culture et Regions, Culture et Quartiers, FACTUS) e inquérito aos municípios portugueses sobre "Políticas Culturais Municipais", tentando esboçar uma análise comparativa com as políticas culturais nacionais, tem permitido a progressiva identificação de algumas das suas especificidades, que as distinguem das políticas nacionais, por razões que vão muito para além das simples diferenças de escalas.

#### **Funções sociais e culturais dos poderes locais**

A emergência das políticas culturais locais decorre em parte de um movimento projectado pelas políticas culturais nacionais, ao postularem, já nos anos setenta, o conceito de democracia cultural e a prioridade à participação activa dos cidadãos na vida cultural. Estes princípios exigiam a descentralização, e uma nova atenção aos territórios e aos seus actores.

Talvez se possa dizer que este movimento vai desaguar num outro, mais amplo, que percorre outras funções sociais do Estado, com uma dimensão que leva alguns estudiosos a assinalar o que parece ser uma divisão do trabalho polí-

tico dentro do Estado - Providência, que reserva ao poder local um pesado papel na esfera da reprodução social.

No caso português, merecem ainda realce as particularidades do processo de construção do nosso poder local, acompanhando a explosão de participação dos cidadãos nos anos que se seguiram à Revolução de Abril. "Defrontado com a articulação a nível local de alianças sociais mais amplas, com a menor força dos aparelhos repressivos (...) e com o maior acesso de sectores sociais sem poder económico às suas instâncias, o embrião de Município - Providência vê-se impelido para a realização de novas funções económicas e sociais." **(1)** A ideia de Orlando Garcia de que " depois do Serviço Educacional e do Serviço Social, tende a implantar-se um Serviço Cultural" **(2)** nos nossos territórios e municípios ecoa com as intuições e convicções desta investigação.

### **Território e políticas culturais locais**

Mas para compreender as especificidades das políticas culturais locais é ainda indispensável ter presente um outro movimento, que percorrendo todas as ciências sociais, afirma um novo conceito de território, como espaço vivido, por onde circula um sentido para os actores, em que se incorporam intenções e estratégias dos actores.

Uma referência fundamental é constituída pelas recentes abordagens dos conceitos de local e de desenvolvimento local, de que a obra de Bernard Pequeur **(3)** oferece um vasto panorama e um estimulante contributo, que J.M.

Henriques e R. Roque Amaro têm prosseguindo tomando por base a realidade portuguesa.

Os contextos de crise da década de setenta atingiram o paradigma do espaço produto de funções e a visão do desenvolvimento como uma espécie de sombra acompanhando o crescimento económico. Esta crise facilitou um movimento de redescoberta do local pela economia.

O regresso do local é também o regresso dos actores (na economia como em outras ciências sociais). O espaço local deixa de ser entendido como mero produto de funções, para o ser como produto de dinâmicas dos actores. O conceito de espaço é substituído pelo de território, enquanto espaço concreto vivido. O desenvolvimento pode ser entendido agora como multiforme, adaptado a territórios concretos, compreendido pela dialética dos movimentos de pressão heterónoma (exterior) e reacção autónoma (atitudes dos actores locais, e evolução das redes de relação entre actores).

Da geografia chegam-nos igualmente reflexos deste novo conceito de território. A nova geografia vai progressivamente orientando-se para integrar o vivido dos habitantes na análise do espaço, para as representações e as práticas espaciais, para as territorialidades, para o papel dos homens na produção espacial. (4)

A chegada de uma geografia social ? Com A. Bailly, a tentativa de medir e pôr em relação as múltiplas dimensões das práticas sócio-espaciais, tal como se

inscrevem na superfície da Terra e tal como são percebidas pelas populações. Tendo em conta um duplo plano: os atributos materializados nos lugares ou associando uns lugares a outros sob forma de fluxos ou interacções diversas; e as características do vivido dos habitantes, as suas percepções, atitudes, comportamentos e representações.

Com Max Sorre, a afirmação de um espaço social: um mosaico de zonas elementares (...); em cada uma destas zonas é possível distinguir uma rede de pontos e linhas irradiando de certos lugares privilegiados (teatro, escolas, igrejas) - rede que identifica um espaço social específico, com os seus valores, preferências, aspirações. Com H. Isnard, o espaço geográfico como criação humana: a acção humana sobre o meio para o colocar de acordo com o seu projecto; "produto cultural, o espaço geográfico é a imagem da cultura que o criou". Com P. Claval, uma geografia deliberadamente sociológica; uma geografia que se interessa pelos factos sociais; uma teoria da acção que tem por base os constrangimentos do espaço à acção. O conceito de territorialidade assume um lugar estratégico: a territorialidade como noção relacional exprimindo uma relação complexa entre um grupo humano e o seu ambiente, como sistema de relações de uma colectividade com a exterioridade (exterioridade como um lugar, um envolvente espacio-temporal, o outro, tudo com que nos podemos relacionar fora de nós). O território concreto e o território abstracto simultaneamente mobilizados em toda a prática quotidiana.

Ganha consistência a hipótese de que, para além de factores próprios resultantes da evolução das políticas culturais nacionais - democracia cultural (atenção à participação dos cidadãos), e de uma distribuição de papéis dentro do Estado Providência que atira o social (e também o cultural) para os poderes locais, também esta crescente afirmação do conceito de território constitui um factor determinante para a progressiva construção de um espaço próprio para as políticas culturais locais.

### **Campos culturais locais e Intervenção cultural integrada**

As políticas culturais locais serão então, também uma emanção deste movimento de territorialização do social, e das suas expressões próprias no domínio da cultura e das práticas culturais.

Insinua-se então uma noção de **campo cultural local**, constituído pelas culturas locais e pelas identidades inseridas no tempo longo, mas também pelas marcas presentes no território e por actores agindo no tempo curto. Tentando explorar a viabilidade desta noção, em torno de um projecto cultural promovido pelo Município de Palmela (História ao Vivo no Castelo de Palmela, 1989), foi possível identificar "agindo" nesse projecto elementos culturais e identidades vindos desse tempo longo (a relação das populações com o Castelo e o seu simbolismo), mas também o próprio Castelo como marca no tempo e no território, para além de uma pluralidade de actores, do município às escolas e às associações culturais, mas também daquele técnico municipal, daquele professor, daquele actor de teatro, daquele artesão, daquele operário que ensinava os miúdos a fazer o muro.

Parece então possível falar de territórios culturais, ou de territorialização do cultural. Onde a noção de campo cultural local, como conjunto das relações entre actores, espaços culturais e práticas culturais num território dado, pode ganhar um papel operativo. Desde logo, contribuindo para o esclarecimento do objecto de uma política cultural local: não apenas o cultural a uma escala mais pequena, mas esse cultural local, como rede de relações num território vivido.

Estes “territórios culturais” (campos culturais locais) não são apenas lugares de recepção ou de passagem dos fluxos de produção, distribuição e consumo de bens culturais, determinados pelas dinâmicas de evolução dos vários campos culturais e artísticos e dos contextos sociais mais globais. São também lugares de reelaboração e de produção cultural própria. Estes “territórios culturais” (campos culturais locais) são sempre únicos, exigindo uma política cultural local sempre única. (5)

Uma política cultural local que tem como objecto um “território cultural” (campo cultural local), transporta a necessidade de postular uma **intervenção cultural integrada**. Esta é talvez uma das mais fortes especificidades das políticas culturais locais, apesar de ser ainda recente a sua inteligibilidade e adopção ao nível dos discursos correntes e dos estudos científicos.

Mesmo dentro do campo das políticas culturais locais, e mais especificamente urbanas, prevaleceram até há bem pouco tempo concepções reducionistas centrando-as em objectivos de revitalização ou mesmo qualificação

urbana, por um lado, ou em objectivos económicos (emprego) e sociais (coesão e integração social).

O projecto Culture et Quartiers, promovido pelo Conselho da Europa, adopta uma ideia de **planeamento cultural**, que, lançada em alguns estudos do início dos anos noventa, se aproxima muito desta noção de intervenção cultural integrada **(6)**. Em alternativa a políticas culturais urbanas a reboque de estratégias de revitalização urbana, centradas em aspectos económicos e físicos e subestimando dimensões culturais, simbólicas e sociais, e a políticas culturais tradicionais (concebidas para outras escalas, que não o local) privilegiando abordagens sectoriais (o teatro, a dança, o livro, o património), o planeamento cultural tem uma vocação territorial, e abordará de forma integrada o conjunto dos recursos e das estratégias para o desenvolvimento cultural da população de um lugar (uma aldeia, um bairro, uma cidade ou uma região).

Esta intervenção cultural integrada, centrada num território e na mobilização dos seus recursos, exige (ou no mínimo estimula) a cooperação entre actores, dos poderes locais às associações culturais, às empresas privadas, às escolas, aos artistas. Esbatem-se clivagens entre público, privado e terceiro sector. O terceiro sector (associativismo e cooperativismo), quando pensamos no local, não é uma abstracção teórica, mas um recurso indispensável.

Ganham força as **parcerias** locais, também no campo cultural. Apesar de reconhecidamente este ser um tema de grande complexidade, em que se cruzam atitudes e comportamentos por vezes contraditórios, que no presente estudo não

foram abordados (no caso português, mas aparentemente não só, subsistindo ainda sentimentos e atitudes de competição e menos favoráveis à cooperação), é necessário apontar que em praticamente todos os municípios que responderam ao inquérito são referidos exemplos de projectos culturais envolvendo cooperação com agentes culturais locais. Mesmo se alguns estudos parecem apontar para um maior desenvolvimento das parcerias locais em outros campos do social (7), conclusões definitivas são proibidas, ou pelo menos prematuras. Talvez que, por trás desses comportamentos e atitudes menos favoráveis à cooperação, se possam encontrar a força da cultura como factor de identidade e os usos instrumentais (políticos e económicos) da cultura. Mas o planeamento da cultura e uma visão integrada da intervenção cultural trarão consigo mais cooperação.

A leitura que vimos propondo do conjunto de especificidades das políticas culturais locais - os poderes locais como parte do estado especializada na relação com as pessoas e com uma especialização crescente de funções sociais, a territorialização do cultural, a intervenção cultural integrada, planeamento da cultura e parcerias culturais locais - pode lançar novas perspectivas de abordagem sobre o conceito de **desenvolvimento cultural**.

Rejeitado em algumas épocas e abordagens por suspeita de conotações etnocêntricas ou elitistas ( em que se temia que pretendesse sinalizar o grau de aproximação a valores culturais dados, próprios da cultura cultivada do "norte" ou do "ocidente"), o conceito de desenvolvimento cultural tem vindo a ser recuperado no discurso das políticas culturais, com sentidos de que estão defini-

tivamente expurgados tais fantasmas, e nos quais os termos de referência serão o acesso a bens culturais e à produção cultural, como meios de desenvolvimento pessoal e social.

Num estimulante texto, J. Madureira Pinto propõe uma classificação de práticas culturais, em torno dos espaços sociais de produção e fruição cultural e da relação com a cultura e o lazer, identificando nesta última dimensão quatro níveis de relacionamento com a cultura, da recepção/consumo à criação, passando pela participação e expressão/interacção. O desafio apresentado pelo autor às políticas culturais, é o de intervirem articuladamente sobre todos estes níveis de práticas culturais e sobre todo o tipo de espaços culturais (doméstico, público, associativo, privado, institucionalizado), no sentido de promoverem movimentos em direcção a uma atitude mais activa e mais criativa na relação das pessoas com a cultura **(8)**. Criar e ou salvaguardar infraestruturas básicas especializadas, mas também promover estímulos duráveis à criação e criatividade culturais em todos os espaços sociais em que elas possam desenvolver-se, com uma atenção muito particular prestada ao espaço público e aos usos educativos do património; possibilitar a segmentos sociais cada vez mais vastos o contacto com as formas culturais mais exigentes, mas também o incentivo às formas menos prestigiadas de criação, "menores", "amadoras" ou "sem autor", mais próprias do espaço doméstico, associativo ou escolar; o estímulo ao associativismo e às energias comunicacionais dos cidadãos, utilizando o tempo de não trabalho e de lazer para contrariar tendências de evasão e demissão cívicas, são alguns princípios orientadores de políticas culturais defendidos por Madureira Pinto a partir de experiências de intervenção

cultural na cidade do Porto. Princípios que ganham uma maior (ou mesmo exclusiva) capacidade de concretização se situados no plano de uma política cultural local. A que outra escala seria possível descobrir os espaços públicos vividos pelas pessoas, surpreendê-las no seu espaço doméstico ou associativo, na sua rua ou no seu café, propor aquela cooperação concreta entre aquele artista, aquela escola e aquela associação?

É também o regresso da **animação cultural** que nos trás esta territorialização do cultural e das políticas culturais locais. Ao pôr no centro as pessoas, e as redes de relações que estabelecem num território vivido, e o estímulo a atitudes mais activas em relação à cultura, como seria possível ignorar o recurso da animação cultural?

“ O que se ambiciona (...) é fazer da animação cultural à escala local um combate político em prol da participação cívica, criando ‘distância de emancipação’, ‘oportunidade de poder dizer e contra dizer’, como quer Habermas. Reagindo contra o nivelamento uniformizador que se insinua através do ‘core domain’ (meios de difusão cultural organizados à escala nacional e internacional), não se hesita em estimular o pluralismo cultural; mas, além disso, e no mesmo movimento, o que também se quer promover, contra o torpor hipnótico que as tecnologias de alta definição não deixarão, em princípio, de acentuar, é essa ‘exigência de optar’, de que nos falava Walter Benjamin e que constitui a antecâmara da distanciação crítica face às lógicas ‘consensuais’ das democracias mitigadas “. (9)

## 4. COOPERAÇÃO E PARCERIAS NAS POLÍTICAS CULTURAIS

### Cooperação nacional-local

A análise das especificidades das políticas culturais locais em relação com as políticas culturais nacionais, se insinua claras diferenciações de papéis, de objectivos e de estratégias diferentes, ao ponto de ser possível identificar, mais que diferenças de escala, uma possível diferença do próprio objecto de intervenção, aponta também possíveis complementaridades e caminhos para uma cooperação entre políticas culturais locais e nacionais em torno de objectivos e interesses comuns. É fundamentalmente a esta luz que importará equacionar estratégias de cooperação e parceria no campo cultural, e eventualmente de redistribuição de competências, entre poderes centrais e locais.

A experiência portuguesa regista um caso exemplar de cooperação entre poder central e local em torno da criação de uma **rede nacional de leitura pública**. Mesmo sem proceder a uma análise de pormenor da evolução deste programa ao longo de uma década, que poderia provavelmente registar acidentes de percurso e opções discutíveis, parece possível encontrar suficientes elementos objectivos para uma avaliação, ainda que, sumária, desta experiência do ponto de vista da cooperação nacional-local. E deste ponto de vista, o elemento mais significativo não é sequer o reforço de recursos financeiros para o programa resultantes da adição dos investimentos do governo e dos municípios.

O que parece merecer um particular realce é a conjugação de recursos que só o governo central poderia mobilizar com outros recursos que só os municípios poderiam envolver para obter um resultado final que não seria possível sem essa conjugação desses dois tipos de recursos. Considera-se aqui como recursos específicos do Governo a capacidade de conceber e operacionalizar um programa nacional com uma fundamentação técnica altamente qualificada, em cooperação com a associação profissional dos bibliotecários e em articulação com experiências de outros Países europeus, bem como a mobilização de um conjunto amplo de instrumentos, da promoção de legislação específica sobre carreiras à dinamização de adaptações necessárias no sistema educativo (de cursos profissionais a pós-graduação), como exemplos. Do lado dos recursos específicos dos municípios, poderá ser registada a capacidade de identificação de recursos locais a envolver neste programa nacional (de terrenos a edifícios a exigir recuperação), a promoção de projectos e obras que dificilmente teriam viabilidade a uma escala centralizada, a adaptação de quadros de pessoal às necessidades de novos profissionais, mas também, e provavelmente acima de tudo isto, a capacidade de conceber uma integração harmoniosa desses novos, modernos e qualificados equipamentos nas comunidades educativas e culturais locais.

A participação municipal possibilitando um enraizamento local de um objectivo nacional, e a participação nacional favorecendo elementos de qualificação da vida cultural local, constituem provavelmente as dimensões de maior significado desta experiência de cooperação.

Aparentemente seria possível alargar a outras áreas esta experiência de cooperação nacional-local. Do ponto de vista das políticas culturais locais, temas como os equipamentos culturais, a animação cultural e o associativismo cultural seriam tendencialmente os mais trazidos para esses eventuais processos de cooperação, tendo em consideração a análise que vimos realizando acerca das diferenciações de áreas de intervenção entre poderes locais e centrais.

No que respeita a **equipamentos culturais**, é certo que têm existido nos últimos anos diversos instrumentos do poder central, e nomeadamente do Ministério da Cultura, aos quais é possível apresentar candidaturas a apoios, apesar das crónicas faltas de comunicação eficaz, e do novelo nem sempre muito alinhado de circuitos e procedimentos, a par das insuficiências de dotação financeira, limitarem o seu alcance e eficácia.

Mas o que atrás ficou dito acerca das mais valias de uma real cooperação entre poderes locais e centrais, aponta para a necessidade de se ir muito mais além de simples processos de candidaturas a financiamentos para obras ou equipamento. Tal como acontece com a leitura pública, seria aparentemente possível construir um **programa nacional de equipamentos culturais**, que incluísse como objectivos a criação de redes articulando nacional, regional e local, dando prioridade à recuperação de antigos cine-teatros, mercados ou fábricas reconvertíveis para funções culturais, assentando em candidaturas que tivessem como base um equipamento e um programa cultural. Também aqui, mais além que a adição de orçamentos, a centração nas populações e nos actores culturais locais de um objectivo nacional e o estímulo à qualificação de

projectos locais através de um programa nacional poderiam vir a ser as aquisições maiores da cooperação a promover.

A **Animação (Animação Cultural, Animação Sócio-Cultural)** tem registado uma ausência notável nos discursos sobre políticas culturais no nosso País. Subsiste aqui e ali, nas políticas de juventude e nas políticas sociais, ou como elemento do sistema educativo por força de alguns cursos profissionais ou ligados às escolas superiores de educação que foram sendo criadas, ou ainda nos discursos correntes, nos mais variados domínios e contextos, fruto da partilha da noção de animação por um sem número de novas actividades, dos animadores de rádio aos animadores turísticos ou de empreendimentos de lazer.

Certo, passaram já os “anos dourados” da animação cultural e sócio-cultural, talvez lá para os anos sessenta e setenta, se olharmos para França, ou lá mais para a década de setenta, se olharmos para Portugal. Desfeitas já as ilusões da animação-emancipadora de indivíduos e grupos, ressacadas já as desilusões da animação-integradora e mezinha social, será que não restou nada?

Do ângulo de observação que as experiências das políticas culturais locais têm constituído, encontra-se ainda a animação cultural e os animadores culturais, e postula-se ainda que uma política cultural centrada num território, privilegiando as pessoas e os actores culturais locais, orientada para o desenvolvimento cultural e uma intervenção cultural integrada, necessita da animação cultural como instrumento estratégico.

A falta de consensos e de programas claros no campo da animação cultural não tem facilitado a sua afirmação no nosso País. Apesar do meritório trabalho dos Encontros Nacionais de Animadores Culturais, nos anos setenta e oitenta, dos Congressos Internacionais de Animação Cultural promovidos já nos anos noventa pela Associação Nacional de Animadores Sócio-Culturais, e de outros processos mais indirectamente ou sectorialmente ligados à Animação Cultural, parecem ser mais os impasses paralizadores do que os projectos mobilizadores.

A implementação de um **programa nacional de observação da animação cultural** poderia permitir a construção de uma visão mais objectiva do papel que a animação cultural desempenha hoje nos processos culturais, que pudesse fundamentar algumas opções de política cultural. Aparentemente nada justifica (a não ser a complexidade do tema e a insuficiência de recursos disponíveis - e talvez fundamentalmente de recursos técnicos e científicos !) o arrastamento próximo do grau zero de questões como a definição de estatutos profissionais e carreiras de animadores culturais em articulação com a sistematização da oferta de formação dentro e fora do sistema educativo.

O **associativismo cultural**, parceiro e actor privilegiado das políticas culturais locais (em Portugal como no conjunto das experiências Europeias examinadas), tem mantido um lugar drásticamente residual nas atenções da nossa política cultural nacional. Mesmo sem pôr em causa globalmente a divisão de papéis que se foi operando entre os poderes públicos nacionais e locais, dei-

xando para estes últimos o papel de interlocutores do associativismo (ao local o que é local ?), a verdade é que uma visão de cooperação e parceria entre os diversos níveis dos poderes públicos pode permitir a formulação de objectivos qualitativamente diferentes no seu relacionamento com o associativismo.

Um **programa de observação do associativismo cultural**, que permita a construção e sistematização de informação objectiva sobre o universo real das associações culturais, das suas áreas de intervenção, número de associados, volume de investimentos na cultura, entre tantos outros temas possíveis; o estudo sobre a possibilidade de legislação específica sobre direitos e deveres do dirigente associativo; a inventariação de possibilidades de abranger o associativismo cultural em programas nacionais e europeus de apoio às artes e à cultura actualmente existentes, e de equacionar a possibilidade de novos programas, são alguns exemplos de temas em agenda para este possível campo de cooperação.

### **Possibilidades e necessidades de políticas culturais regionais**

Uma das interrogações que emerge ao longo da abordagem de possíveis temas de cooperação cultural entre poderes públicos nacional e local é a de, em alguns casos, parecer que a escala nacional é demasiado vasta enquanto que a escala local é insuficiente.

Com efeito, a defesa da importância da construção de objectivos e de programas nacionais para redes de equipamentos culturais cruzando várias escalas (nacional, regional e local), para a observação de actividades de animação cultural ou associativas, não é incompatível com o reconhecimento de que tais objectivos e programas poderão ser melhor operacionalizados a uma escala regional. Talvez o próprio exemplo de sucesso da rede nacional de leitura pública possa ainda aqui servir de referência: a concepção e regulamento nacional do programa poderiam eventualmente ser conjugadas com uma gestão anual de processos de candidatura, avaliação de projectos e obras e distribuição de verbas a um nível regional da administração pública.

O debate actual sobre a regionalização do País não se tem centrado suficientemente na definição das competências possíveis para a administração regional.

Do ponto de vista do estudo que vimos fazendo sobre políticas culturais locais e das suas especificidades face a políticas culturais nacionais, parece-nos de interesse aduzir mais alguns elementos sobre a pertinência de um nível regional de administração pública da cultura e das políticas culturais.

Em primeiro lugar, a possibilidade de a administração regional poder constituir um espaço privilegiado de superação de algumas limitações das políticas culturais locais e nacionais - um maior enraizamento nos territórios concretos, nos actores e recursos das comunidades, para estas; uma maior proximidade de estruturas mais qualificadas e qualificadoras, para aquelas.

De uma forma geral, todas aquelas funções e serviços que, ao longo dos anos, se foi tornando tão evidente que necessitavam de uma escala intermédia entre nacional e local que foram sendo objecto de medidas várias de desconcentração (a arqueologia, os serviços regionais do Ministério, as experiências mais recentes de centros regionais das artes do espectáculo), deveriam constituir uma primeira linha de competências da administração regional. Com algumas vantagens: por um lado, a uniformização e clarificação; por outro, a melhor rentabilização de recursos (porque, à velocidade da desconcentração que tem sido praticada, nem daqui a muitos muitos anos as diversas regiões do País conheceriam estruturas próximas de administração da cultura, uma vez que a filosofia actual da administração central não permite grandes investimentos em meios humanos e estruturas ministeriais; como competência da administração regional, tal dependerá das vontades, dos recursos e das estratégias de desenvolvimento que os actores e comunidades possam mobilizar).

Mas, aparentemente, o melhor exemplo das novas possibilidades que se podem abrir a partir da existência de um nível regional de administração da cultura pode ser encontrado nas experiências de **serviços e programas de apoio e cooperação com municípios**. Encontrámos estas experiências em diversos Departamentos franceses, mas um caso verdadeiramente exemplar parece ser o do Centro de Estudios e Recursos Culturales (CERC) da Deputació de Barcelona.

A Deputatió de Barcelona constitui um nível de administração pública provincial, agrupando cerca de quatrocentos municípios. Mais ainda que em Portugal, é imensa a diversidade de dimensão dos municípios, e consequentemente de recursos envolvidos nas políticas culturais locais, na Catalunha como em toda a Espanha. Muitos municípios tem uma dimensão mais semelhante aquilo que são as Juntas de Freguesia portuguesas, paralelamente a municípios de grandes metrópoles como Barcelona.

É tendo em conta esta diversidade, que o CERC se constituiu como serviço da Deputatió de Barcelona cujos objectivos principais são o apoio à intervenção cultural dos municípios. Uma Oficina do Património Cultural, uma Oficina de Difusão Artística, um Centro de Documentação, são as estruturas base do CERC. A promoção de acções de formação para técnicos e eleitos autárquicos e ainda para activistas associativos e agentes culturais, a elaboração de estudos e projectos culturais para os municípios, a edição de estudos e publicações, são as principais actividades desenvolvidas pelo CERC.

Olhando a realidade dos nossos municípios, em que em tantos casos não há ainda sequer um vereador com o pelouro da cultura, quanto mais técnicos e serviços especializados, não podemos deixar de sentir que a constituição de Centros de Recursos Culturais regionais, que assumissem como objectivo prioritário o apoio e a cooperação cultural com os municípios, seria uma possibilidade facilitada pela constituição de um nível regional de administração da cultura e cuja contribuição para o desenvolvimento das políticas culturais locais e da vida cultural local poderia ser inestimável.

## **Políticas culturais locais e cooperação cultural internacional**

Ainda que com uma chegada tardia aos domínios da cultura e da política cultural, os processos de cooperação europeia e a criação da União Europeia vieram criar novos espaços e novos desafios para a intervenção cultural dos municípios. Não pela existência de objectivos ou programas específicos; aliás, a recente política cultural da União Europeia desconhece ainda os municípios (contrariamente ao Conselho da Europa, que através dos programas Culture et Regions e Culture et Quartiers, promoveu importantes estudos sobre as especificidades das políticas culturais locais e regionais). O Audiovisual, as Capitais Europeias da Cultura e programas como RAFAEL e o Caleidoscópio têm sido os elementos mais visíveis da política cultural da União Europeia. O espaço que abrem à intervenção municipal é muito limitado; a grandes cidades que possam assumir o objectivo de candidatura a Capital Europeia ou a uma minoria de iniciados capaz de decifrar e agir em tempo útil e com eficácia no pequeno mas opaco mundo do Caleidoscópio. A reorientação da acção cultural da União Europeia expressa no Programa Cultura 2000, que em breve substituirá os programas Ariane, Raphael e Caleidoscópio, poderá eventualmente atingir melhor os objectivos de estimular os intercâmbios culturais entre artistas e a pluralidade de agentes culturais, entre os quais os actores locais, e de apoiar os projectos culturais de base local que constituem hoje uma dimensão incontornável da vida cultural europeia.

Mas os estímulos diversos aos intercâmbios entre territórios e cidadãos europeus prosseguidos por outras políticas europeias, nomeadamente os apoios a geminações, a progressiva abertura de trincheiras para a cultura dentro de outros objectivos e programas europeus (os casos mais significativos a Formação, o Emprego e o Desenvolvimento Regional), e a multiplicação de redes culturais europeias e outras envolvendo e apelando à participação de municípios, todos estes processos especificamente europeus enquadrados nos movimentos mais universais de mundialização da informação e das culturas, foram alargando, também aos municípios, um espaço de relações internacionais e de cooperação cultural internacional.

Em grande parte a partir do movimento de geminações que em França se intensificou a partir dos anos sessenta, os municípios franceses há muito que incluem nas suas políticas a cooperação internacional. Um artigo de Gerard Iguasse no "Observatoire", em 1993 **(1)**, assinalava que cerca de 80% dos municípios franceses teriam geminações com municípios estrangeiros. E se bem que as motivações iniciais para uma geminação fossem tendencialmente políticas, a verdade é que o desenvolvimento dos intercâmbios entre municípios cedo recorreu à cultura, nomeadamente aos intercâmbios musicais e escolares. Mas não é apenas a dimensão quantitativa que é significativa. Num estudo recente promovido pelo Observatoire des Politiques Culturelles de Grenoble **(2)**, por encomenda do Ministério da Cultura francês, o que se regista é ainda uma presença residual e uma falta de articulação entre estes dois domínios (cultura e relações internacionais) para o conjunto das colectividades territoriais francesas (municípios, departamentos e regiões).

E no entanto, assinala-se também um movimento de entrada das políticas culturais locais no domínio das relações internacionais, pela porta das geminações e das relações económicas (embora na maior parte dos casos reduzidas ao papel de embaixadoras e facilitadoras das relações económicas), a par de um outro movimento de entrada das relações internacionais nas políticas culturais locais, em torno da programação de equipamentos, da organização de festivais ou de intercâmbios de grupos culturais, ou ainda de objectivos mais definidos nos campos da formação, do turismo cultural ou da construção de imagem de uma cidade ou município.

O facto destas trocas culturais internacionais nem sempre serem promovidas pelas autoridades locais, mas muitas vezes pelos profissionais da cultura ou pelas associações culturais é destacado no estudo em referência.

Os dados disponíveis para o nosso País, se parecem confirmar as considerações gerais que a realidade francesa suscita, indicam também uma dimensão ainda mais residual e experimental da cooperação cultural internacional no quadro das políticas culturais locais. No entanto vale a pena anotar que, dos municípios inquiridos no curso do presente estudo, 50% indicaram projectos culturais de cooperação internacional. E se metade desses projectos surgiam no âmbito do tradicional movimento de geminações, a outra metade revelava já uma diversidade e complexidade crescente de processos de cooperação. Registo ainda para o facto de 30% dos municípios inquiridos referirem projectos que obtiveram financiamento europeu.

Qual a influência que esta cooperação cultural internacional pode exercer sobre as políticas culturais locais? Alguns estudos sobre as experiências francesas e algumas entrevistas com responsáveis de políticas culturais locais no nosso País, permitem esboçar algumas linhas de análise. Um desenvolvimento cultural resultante de uma abertura ao mundo (contra o fechamento das práticas culturais), o contacto com a inovação e a diversidade, a troca de conhecimentos e experiências e a construção de uma imagem exterior forte da cidade ou município, são os objectivos estratégicos mais referidos, do ponto de vista das políticas culturais locais. A possibilidade de mobilização de recursos (europeus) para programas e projectos culturais locais e um certo papel de legitimação de políticas são também objectivos mais operacionais perseguidos através da cooperação cultural internacional.

Esta realidade nascente de cooperação cultural internacional ao nível dos municípios e regiões produziu já algumas estruturas e espaços específicos de cooperação e de informação, auxiliares de navegação indispensáveis face à multiplicidade de procedimentos e circuitos que é necessário conhecer e dominar. Um caso exemplar poderá ser o **Observatório Interarts**, agência europeia sediada em Barcelona, e constituída no seguimento do programa Cultura e Regiões, do Conselho da Europa. O Interarts tem-se especializado no domínio das políticas culturais urbanas e regionais e na promoção da cooperação cultural internacional entre poderes locais e regionais. Um dos seus programas mais ambiciosos, ARC, visa mesmo promover o contacto directo e a cooperação mais estreita entre poderes locais e redes culturais europeias, deslocando o eixo

da promoção de programas e projectos culturais para os territórios e regiões. Os programas FACTUS (criação de uma base de dados sobre políticas culturais locais e regionais) e EMPIRIC (promoção do emprego na área da cultura e nomeadamente no Terceiro sector) são algumas das suas prioridades actuais.

O **Observatoire des Politiques Culturelles**, de Grenoble, é outra instituição surgida nos anos noventa e direccionada para a promoção de estudos sobre políticas culturais locais. O ensino artístico, a gestão de equipamentos culturais, a acção cultural nas cidades pequenas, a avaliação de políticas culturais são alguns exemplos desses estudos. O seu Centro de Documentação reúne mais de cinco mil documentos sobre políticas culturais, em particular políticas culturais locais.

A rede **Rencontres** associa cidades de toda a Europa para debater políticas culturais urbanas. Outras **redes culturais**, como a EFAH, European Forum for Arts and Heritage, a IETM (Teatro e Educação), os Pepinières ("viveiros" de jovens artistas), a Trans Europe Halles (recuperação e animação de património), o CIRCLE (investigadores de políticas culturais) vão consolidando um papel de facilitadores da circulação de informação e de "lobbying" junto das instâncias europeias (Comissão e Parlamento), criando mesmo gabinetes permanentes em Bruxelas. No total, serão cerca de noventa as redes culturais existentes na Europa, nas mais diversas áreas de actividade e de interesse. (3)

## **Público, privado e associações**

Neste breve inventário dos campos de cooperação abertos às políticas culturais locais, algumas palavras para aqueles que são os parceiros naturais de sempre das políticas culturais municipais: as associações culturais.

Algumas palavras apenas, por a presente investigação intuir, mesmo sem conseguir desbravar caminho, pelos limites dos seus objectivos, que este é um tema em que as políticas culturais municipais encontram algo de único, algo que só elas poderão fazer, algo que as diferencia radicalmente de outros níveis de políticas públicas e mais ainda de políticas privadas: contribuir para a reinvenção e a reconstrução de papéis das associações culturais locais que potenciem todas as suas imensas possibilidades de se afirmarem como actores estratégicos e insubstituíveis da vida cultural e social local na entrada do novo milénio.

A recente promoção pela União Europeia de um programa piloto (agrupando cerca de duzentas cidades europeias em mais de quarenta programas específicos) com o objectivo de promover estudos e experiências práticas em torno da potenciação das possibilidades do terceiro sistema (sector associativo, cooperativo e de solidariedade social, economia social) na promoção de emprego nos campos da cultura, acção social e ambiente, tem o alto significado do reconhecimento, ao mais elevado nível da união, de que a Europa precisa das suas associações.

Num estudo relativamente recente (4), estimava-se em cerca de 2 milhões as organizações do terceiro sistema em toda a União Europeia. A mesma estimativa (que ressalvava a dificuldade de obtenção de dados rigorosos) apontava para a existência de cerca de 30 mil dessas organizações em Portugal. Não parece ser demasiado pessimista dizer que este é um universo quase completamente desconhecido dos estudos académicos e das políticas públicas em Portugal.

Desconhecimento que não poderia ser afrontado com êxito neste estudo, porque exige outros. Fica no entanto, deste estudo, a imagem de mais de uma centena de projectos culturais, eleitos como exemplares pelos municípios inquiridos, em que os parceiros mais recorrentes eram associações culturais. Imagem em que ecoa um texto de Augusto Santos Silva: “Ao contrário do que muitas vezes se diz, a tensão essencial da acção cultural não reside na dicotomia entre promoção pública e promoção privada. Quem conhece, por exemplo, a realidade das ofertas e consumos culturais das cidades de pequena e média dimensão sabe que parte importante da organização local de espectáculos e de quadros e oportunidades de educação cultural é assegurada por instituições que resultam da associação de agentes, quer criadores, quer consumidores (assim, aliás, desafiando esta distinção abrupta), e que constituem, à escala do país, uma rede relativamente madura de estruturas do terceiro sector (...)” (5).

Em primeiro lugar, as próprias associações; mas em segundo lugar, os seus parceiros privilegiados dentro dos poderes públicos, os municípios, são as

forças que, em parceria, poderão transformar todas estas pressentidas e afirmadas potencialidades das associações em realidade interveniente na sociedade e na vida local do nosso tempo. Como assinalámos antes, um tema que os municípios deverão agendar nas suas parcerias com o governo nacional e nos seus espaços de cooperação internacional.

## CONCLUSÃO

Mesmo correndo o risco que passar muito perto de um lugar comum, será difícil não sentir, no termo desta breve incursão no mundo das políticas culturais locais, que talvez tenhamos aumentado tanto o nosso desconhecimento como o nosso conhecimento sobre esta dinâmica emergente no nosso país.

Correndo logo de seguida um outro risco, o de passar muito perto da reescrita da história a posteriori, apetece afirmar que esse é um resultado adequado aos objectivos deste estudo.

Porque ao privilegiar a apreensão do sentido do movimento, o estabelecimento de laços de inteligibilidade, de explicação, de enquadramento em contexto mais amplo como o europeu, sobre a realidade das políticas culturais municipais no nosso país, através de uma exploração mais em extensão que em profundidade, este estudo estava a renunciar à produção de conhecimento inédito sobre uma qualquer partícula da realidade. E, pelo contrário, um inventário de novas interrogações acompanhando cada esboço de resposta é um resultado esperável numa abordagem com esta perspectiva.

Portanto, alguns esboços de respostas e um inventário de novas interrogações; é este o ponto de chegada deste estudo.

Do lado das respostas esboçadas: o reforço da ideia de que reabilitação de um campo conceptual em torno de uma acepção mais restrita de cultura permitirá uma maior potencialidade explicativa do campo da política cultural; o registo de sentidos para os quais se têm tendencialmente orientado os objectivos das políticas culturais locais, detectando coerências entre o estudo realizado sobre municípios portugueses e outros estudos recentes sobre o espaço europeu, e detectando ainda algumas singularidades que diferenciam as políticas culturais locais de políticas culturais de âmbito nacional; a apreensão do movimento de emergência das políticas culturais locais (e do sentido de algumas das suas singularidades) como resultado do cruzamento de movimentos internos às políticas culturais (o conceito de democracia cultural) com as novas dinâmicas dos movimentos sociais europeus pós Maio de 68, com o movimento de redistribuição de funções sociais do Estado Providência (do Estado Central para os poderes locais), com a afirmação no campo científico e no terreno do social de uma nova perspectiva do território; a intuição de um novo sentido para a cooperação das políticas culturais locais com outros níveis dos poderes públicos (de uma cooperação "desigual" para uma cooperação que potencialize complementaridades) e com o terceiro sistema.

Ainda algumas indicações mais sectorizadas sobre a evolução dos recursos culturais dos municípios, a problemática da qualificação de técnicos, gestores e administradores de políticas culturais locais, sobre o papel estratégico dos equipamentos culturais e de algumas áreas artísticas e culturais, sobre a evolução do conceito de desenvolvimento cultural na visão dos responsáveis de políticas culturais municipais.

Do lado das interrogações inventariadas: a necessidade de conhecer melhor cada política cultural local na sua globalidade e em relação a um território concreto; a necessidade de conhecer melhor os resultados, para as pessoas de um território concreto, de cada política cultural local; a necessidade de conhecer melhor as associações culturais de base local e as suas perspectivas de futuro; ou então: até que ponto e de que forma as políticas nacionais e europeias poderão reconhecer (na sua autonomia) e cooperar com as dinâmicas culturais locais? Que papel para os técnicos de acção cultural (no nosso país, ainda uma profissão "invisível"), que interesse e possibilidades para experiências associativas e cooperação em rede com instituições afins de outros países europeus? Ou então:...

"Nos casos em que, de um lado, a televisão e a rádio são os principais canais de acesso massivo a diversíssimos bens simbólicos e a generalidade da oferta proveniente das indústrias culturais está claramente subordinada aos centros de produção e distribuição hegemónicos à escala mundial; e do outro lado, a iniciativa mecenática privada é ainda incipiente – nestes casos, os programas de partilha de iniciativa e responsabilidade entre Estado e sociedade civil tem de potenciar ao máximo os recursos e virtualidades daquele *sector social* da cultura, e a lógica da participação militante ou benévola e de quase autoconsumo que o distingue, quer das diligências propriamente políticas geradas no interior do Estado, quer dos fins lucrativos do investimento das empresas culturais, quer dos objectivos de comunicação de imagem e promoção publicitária naturalmente associados ao sector mecenático." (1)

O local (o território) existe. Estas dinâmicas jogam-se tendencialmente no espaço local (no território).

Apenas um estudo sobre políticas culturais municipais. Entre tantos outros possíveis e necessários.

## NOTAS

### Capítulo I

- (1) B. Valade, "Cultura", in Tratado de Sociologia (org. R. Boudon), ASA
- (2) B. Valade, op.cit., p.451
- (3) E.L., "Natureza/Cultura", Enaudi, vol.5, p.68
- (4) B. Valade, op.cit., p.455
- (5) B. Valade, op.cit., p.462
- (6) A. Santos Silva, Tempos Cruzados – um estudo interpretativo da cultura popular, Afrontamento, 1994, pp.25 e 27.
- (7) F. Pereira Marques, De que falamos quando falamos de Cultura?, Lisboa, Presença, 1995
- (8) F. Pereira Marques, op.cit., p.24
- (9) J.M. Djan, La Politique Culturelle, Le Monde Edition, 1996, p.71

### Capítulo 2

- (1) Anne-Marie Autissier , "Des ministres de la culture, pour quoi faire?", in L'Européen, n.º 10, 1998.
- (2) Todos os dados referentes a 1995.
- (3) Dinâmicas culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

- (4) Franco Bianchini, "Considerations culturelles sur la revitalization des centres-villes", in *Culture et quartier* (vol. 1: Concepts et references), Editions du Conseil de l'Europe, 1996.
- (5) *Culture et Quartiers* (vol. 2: Rapport comparatif), Edition du Conseil de l'Europe, 1997.
- (6) Franco Bianchini, op. Cit.
- (7) Interarts Observatory, *The Factus Project*, 1998 (policop.)
- (8) Augusto Santos Silva, "Cultura: das obrigações do Estado à participação civil", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 23, 1997.

### Capítulo 3

- (1) F. Ruivo e A. Veneza, "Seis questões pelo poder local", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25-26, 1988
- (2) O. Garcia, "Animação cultural – do ousar exprimir-se ao modo de ser cultural local", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, 1986
- (3) B. Pecquer, *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le developement local*, Grenoble, U.S.S.Grenoble
- (4) A. Bailly, "Espace géographique et espace vécu: vers des nouvelles dimensions de l'analyse spacial", in *Espace et Localization* (org. J.H.P.Paelink e A. Sallez), Paris, Económica, 1983
- (5) L. Guerreiro e F. Rolo, "Equipamentos culturais e campos culturais locais", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994

- (6) F. Bianchini, "Considerations sur la civilisation des centres-villes", in Culture et Quartiers (vol.1), Estrasburgo, Conselho da Europa, 1996
- (7) F. Rodrigues e S. Stoer, Entre Parceria e Partenariado, Celta, 1998
- (8) J. Madureira Pinto, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994
- (9) J. Madureira Pinto, op.cit.

#### Capítulo 4

- (1) Gerard Ignasse, "Echanges culturelles en Europe: au début etaient les jumelages", in Observatoire, n.º 7, 1993
- (2) V. Dubois, "Les collectivités locales, la culture et l'international", in L'Observatoire, 1996
- (3) Xavier Brun, "Redes culturais europeas", com. Conferência "Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura", Palmela, 1998
- (4) Alain Anciaux; Amaury Nardone; Dirk Jarré e Silvie Tsyboula, "The third sector in western Europe", in Citizens – Strengthening Global Civil Society, Washington, Civicus, 1994
- (5) Augusto Santos Silva, "Cultura: das obrigações do Estado à participação Civil", in Sociologia , Problemas e Práticas, n.º 23, 1997

#### Conclusão

- (1) Augusto Santos Silva, "Cultura: das obrigações do Estado à participação Civil", in Sociologia , Problemas e Práticas, n.º 23, 1997

## BIBLIOGRAFIA

### I. CULTURA E POLÍTICA CULTURAL

ANCI AUX, Alain; NARDONE, Amaury; JARRÉ, Dirk e TSYBOULA, Silvie (1994), "The third sector in western Europe", in *Citizens – Strengthening Global Civil Society*, Washington, Civicus

ANDER-EGG, Ezequiel (1990), *La Pratica de la Animacion Sociocultural*, Buenos Aires, Editorial Hvmnitas

ANDER-EGG, Ezequiel (1992), *Desarrollo y Política Cultural*, Buenos Aires, Ediciones Ciccus

BANHA, Rui; LOPES, Ana Paula e FREIRE, Maria Gabriela (1994), "Dinâmicas Culturais e Desenvolvimento no Concelho de Loures", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Associação Portuguesa de Sociologia

BEAUDRILLARD, Jean (1981), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70

BESNARD, Pierre (1990), *El Animador Sociocultural*, Valência, Grup Dissabte

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain (1969), *L'Amour de L'Art*, Paris, Minuit

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Minuit

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel

BRUN, Xavier (1998), "Redes culturais europeas", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)

BURGELIN, Oliver (1981), *A Comunicação Social*, Lisboa, Edições 70

COELHO, Teixeira (1997), *Dicionário Crítico de Política Cultural*, S. Paulo, Editora Iluminuras

COHN, Gabriel, org (1987), *Comunicação e Indústria Cultural*, S. Paulo, T. A. Queiroz Editor

CONDE, Idalina (1986), "Bienais e Artistas em Cerveira", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4

CONDE, Idalina (1997), "Cenários de Práticas Culturais em Portugal", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº23

- Culture et Quartiers, Vol. 1: Concepts et References* (1996), Strasbourg, Conseil de L'Europe
- Culture et Quartiers, Vol. 2: Rapport Comparatif* (1997), Strasbourg, Conseil de L'Europe
- Culture et Quartiers, Vol. 3: Habitants et Artistes* (1996), Strasbourg, Conseil de L'Europe
- Diário da Assembleia da República, separata nº11/VII* (1996)
- DJIAN, Jean-Michel (1996), *La Politique Culturelle*, Le Monde Editions
- DORFLES, Gillo (s/d), *Novos Ritos, Novos Mitos*, Lisboa, Edições 70
- DUBOIS, Vincent (1996), "Les collectivités locales, la culture e l'international", in *L'Observatoire*, nº
- DUMAZEDIER, Joffre (1972), *Vers une civilisation du loisir?*, Paris, Editions du Seuil
- DURAND, Gilbert, org. (1982), *Os grandes textos da Sociologia moderna*, Lisboa, Edições 70
- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1987-88)*, Lisboa, INE
- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1992)*, Lisboa, INE
- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1994)*, Lisboa, INE
- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995)*, Lisboa, INE
- FACTUS, Employment and Related Policies in Regions and Cities of Europe* (1998), Observatório Interarts (policop.)
- FACTUS Project* (1998), Observatório Interarts (policop.)
- GARCIA, Orlando (1986), "Animação Cultural – do ousar exprimir-se ao modo de ser local", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20
- GARCIA, Orlando (1990), "Solavancos nos entroncamentos – uma sociologia de intervenção nas práticas socioculturais do desenvolvimento regional", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vol II, Lisboa, Editorial Fragmentos
- GASPAR, Jorge, coord (s/d), *Práticas culturais dos portugueses* (Relatório policopiado), Lisboa

- GILLET, Jean-Claude (1995), *Animation et Animateurs*, Paris, Editions L'Harmattan
- GOLDMAN, Lucien (1986), *A criação cultural na Sociedade Moderna*, Lisboa, Presença
- GOMES, Rui Telmo (1998), "Alguns elementos de caracterização do emprego no sector cultural", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)
- GRAS, Alain (s/d), "O mundo dos lazeres", in AKOUN, A. , *Enciclopédia Sociológica Contemporânea*, Porto, Rés
- GUERREIRO, Luis e ROLO, Fernanda (1994), "Equipamentos culturais e campos culturais locais", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Associação Portuguesa de Sociologia
- GUERREIRO, Luis (1998), "Políticas culturais locais: da diferenciação à cooperação", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)
- IBAR, Mariano e LONGÁS, Jorge (1992), *Como Organizar y Gestionar una Entidad de Animacion Sociocultural*, Madrid, Narcea
- JAMESON, Frederic (1980), "Reificação e Utopia na Cultura de Massa", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº4-5
- Mapa Cultural de Sabadell* (vol.1: Principis i Objectius de la Política Cultural Municipal a Sabadell) (1995), Ajuntament de Sabadell
- MARQUES, Fernando P. (1995), *De que falamos quando falamos de cultura?*, Lisboa, Presença
- MARQUES, Fernando P. (1998), "A cooperação cultural na Europa: problemas e perspectivas", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)
- MORAGAS, Miguel de (1982), *Sociologia de la Comunicacion de Massas*, Barcelona, Gustavo Gili
- MOREIRA, João Paulo (1984), "Problemas da cultura de massas", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº13
- NEVES, José Soares (1998), "Financiamento público da cultura em Portugal: contributo para a construção de indicadores", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)

PEREZ, Victor J. Ventosa (1989), "La Animacion Sociocultural en lo Consejo de Europa (una estrategia para la democracia)", in *Processos Socioculturales y Participacion*, Editorial Popular

PEREZ, Victor J. Ventosa (1996), *La Expression Dramática como Medio de Animacion en Educacion Social*, Salamanca, Amarú Ediciones

PEREZ, Victor J. Ventosa (coord.) (1997), *Modelos de Formacion de Animadores Socioculturales*, Salamanca, Publicaciones U. P. Salamanca

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Ed. Afrontamento

PINTO, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº32

PINTO, José Madureira (1994), "Uma reflexão sobre políticas culturais", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Associação Portuguesa de Sociologia

PINTO, José Madureira (1995), "Intervenção cultural em espaços públicos", in *Actas do Colóquio Cultura e Economia*, Instituto de Ciências Sociais

*Pla Estratégic Barcelona 2000* (1991), Barcelona, I. E. Metropolitans

*Preparar o Concelho de Palmela para o Século XXI* (1998), Camara Municipal de Palmela

*Processos Socioculturales y Participation* (1989), Editorial Popular

QUINTANA, José Maria (coord.) (1992), *Fundamentos de Animacion Sociocultural*, Madrid, Narcea

RASKY, Béla e PEREZ, Edith M. W. (1996), *Cultural Policy and Cultural Administration in Europe*, Osterreichische Kulturdocumentation

RIZZARDO, René (1998), "Politiques culturelles: ce que l'Etat sait faire, ce qu'il peut faire avec les collectivités territoriales", in *L'Observatoire*, nº 15

ROCHER, Guy (1989), *Sociologia Geral – A Acção Social*, Lisboa, Editorial Presença

RODRIGUES, Adriano Duarte (1990), "Modos de vida, relação no espaço e modalidades de interacção", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na viragem do Século*, vol.II, Lisboa, Editorial Fragmentos

SÁ, Luis (1998), "Cultura: atribuições e competências nos planos local, regional e nacional", com. Conferência Cooperação Cultural Internacional e Financiamento da Cultura, Palmela (policop.)

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988), "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)", in *Análise Social*, nº101-102

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e CONDE, Idalina (1990), "Mecenato cultural de empresa em Portugal", in *Análise Social*, nº107

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1991), "Políticas culturais de juventude", in *Análise Social*, nº114

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.); CASANOVA, José Luís; CARREIRAS, Helena; MATA, João T. e ALVES, Nuno A. (1998), *10 Anos de Mecenato Cultural em Portugal*, Observatório das Actividades Culturais

SAPERAS, Enric (1985), *La Sociologia de la comunicacion de massas en los Estados Unidos*, Barcelona, Ed. Abril

SILVA, Augusto Santos (1986), "O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº3

SILVA, Augusto Santos (1990), *Educação de Adultos, Educação para o Desenvolvimento*, ASA

SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados, um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Afrontamento

SILVA, Augusto Santos (1994), "O jogo indeciso entre símbolos, práticas e políticas culturais", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Associação Portuguesa de Sociologia

SILVA, Augusto Santos (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano – uma análise de seis cidades portuguesas", in *Actas do Colóquio Cultura e Economia*, Instituto de Ciências Sociais

SILVA, Augusto Santos (1997), "Cultura: das obrigações do Estado à participação civil", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº23

TRILLA, Jaume (1997), *Animacion Sociocultural – Teorias, Programas e Ambitos*, Barcelona, Editorial Ariel

VALADE, Bernard (s/d), "Cultura", in BOUDON, R., *Tratado de Sociologia*, ASA

VEAL, A. J. (1987), *Leisure and Future*, Londres, Unwin Hyman

## II. CULTURA E POLÍTICA CULTURAL: REVISTAS E BOLETINS, SUPORTE INFORMÁTICO, INTERNET

*Cultural Policies Database – Danmark* (Culturelink, 1997)

*Cultural Policies Database – Ireland* (Culturelink, 1997)

*Cultural Policies Database – Italy* (Culturelink, 1997)

*Culture Europe* (Boletim do CEFAC, Universidade Paris 8)

*Culture, the Cultural Industries and Employment* (Comissão Europeia, 1998)

*FACTUS, Base de Dados sobre Políticas Culturais Urbanas e Regionais* (Observatório Interarts, 1998)

*L'Observatoire* (Boletim do Observatoire des Politiques Culturelles, Grenoble)

*Karis* (Boletim do Observatório Interarts, Barcelona)

*Proposal for Parliament and Council Decision establishing a single financing and programing instrument for cultural cooperation (Culture 2000 Programme)*, (Comissão Europeia, 1998)

## III. PODER LOCAL E TERRITÓRIO

AMARO, Rogério Roque (1990), "O puzzle territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)", in *Vértice*, nº33

BAILLY, Antoine (1983), "Espace géographique et espace vécu: vers des nouvelles dimensions de l'analyse spatiale", in J.H.PAELINCK e A. SALLES, org, *Espace et Localisation*, Paris, Económica

BECQUART-LECLERQ, Jeanne (1976), *Paradoxes du Pouvoir Local*, Paris, Presses FNSP

COCKBURN, Cynthia (1980), *The Local State*, Londres, Pluto Press

DEARLOVE, John (1979), *The Reorganisation of British Local Government*, Cambridge, Cambridge U. P.

FERREIRA, Victor Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, D. Quixote

GUERRA, Isabel (1986), "Poder Local, reprodução ou inovação", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº1

HENRIQUES, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher

ISNARD, Hildebert (1982), *O Espaço Geográfico*, Coimbra, Almedina

LAVERGNE, François de (1979) *Economie Politique des Equipements Colectifs*, Paris, Económica

LOPES, Raúl Gonçalves (1989), *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Lisboa, Escher

LOUGHLIN, Martin (1988), "Socialismo municipal num Estado unitário", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25-26

MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A; QUINTELA, João (1986), "O grau zero do poder local", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4

MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A; QUINTELA, João (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher

PEALINCK, J.H.P. e SALLEZ, A. org (1983), *Espace et Localisation*, Paris, Económica

PECQUEUR, Bernard (1987), *De l'Espace Fonctionnel à l'Espace Territoire*, Grenoble, USS de Grenoble (policopiado)

PELLEGRINO, P. e outros (1986), *Espace et Developpement*, Genève, CRAAL-UNESCO

PINCH, Steven (1985), *Cities and Services*, London, Routledge and Kegan Paul

RACINE, J.B. e RAFFESTIN, C. (1983), "L'espace et la société dans la géographie social francophone: pour une approche critique du quotidien", in J.H. PAELINCK e A. SALLEZ, org. *Espace et Localisation*, Paris, Económica

REIS, José (1988), "Território e sistemas produtivos locais", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25-26

RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen (1993), *Acção Local e Mudança Social em Portugal*, Fim de Século

RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen (1998), *Entre Parceria e Partenariado*, Celta

## Nota Final

A simplicidade e as limitações do presente estudo talvez não justifiquem a solenidade de um momento de agradecimentos. E no entanto mesmo um trabalho assim simples é sempre mais que um trabalho exclusivamente individual. Que não teria sido possível sem a tolerância e o apoio empenhado da Professora Doutora Teresa Júdice Gamito, e sem a perspicácia de encontrar os contactos certos do Professor Louis François Larnaud. Ou sem a amizade, o profissionalismo e a combatividade da Teresa Alexandra. Sem a Lina. Sem o estímulo de muitos amigos e companheiros que desbravam, em Palmela e por todo o país, estes caminhos da acção cultural local. Sem um Presidente da Câmara, como Carlos de Sousa, que aposta na qualificação dos seus técnicos. E sem (mesmo que eles não saibam) a referência que constituem as reflexões de Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto sobre desenvolvimento cultural e políticas culturais. Como não lhes agradecer?

Um agradecimento muito especial para os senhores Presidentes, Vereadores e Técnicos das Câmaras Municipais que colaboraram no fornecimento de elementos para o presente estudo: Aguiar da Beira, Albufeira, Almada, Almodovar, Alvito, Arganil, Benavente, Cabeceiras de Basto, Constância, Corvo, Figueira de Castelo Rodrigo, Fronteira, Funchal, Gouveia, Loures, Lousã, Marvão, Matosinhos, Mealhada, Mértola, Mirandela, Mogadouro, Montemor-o-Novo, Palmela, Pampilhosa da Serra, Paredes, Penamacor, Penalva do Castelo, Pinhel, Póvoa de Lanhoso, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santiago do Cacém, Santa

Marta de Penaguião, S. Brás de Alportel, Salvaterra de Magos, Sintra, Silves, Tabuaço, Tarouca, Tavira, Torre de Moncorvo, Torres Novas, Vagos, Vila Nova de Gaia e Vila Nova de Paiva.

## **ANEXOS**

## Quadro I

### Inquérito – Políticas Culturais Municipais

#### Identificação

Município	Área – Km2	Habitantes
1. Corvo	17	370
2. Mirandela	679	24.640
3. Ribeira de Pena	223	8.500
4. Cabeceiras de Basto	239	17.000
5. Tabuaço	141	7.400
6. Funchal	76	115.840
7. Arganil	325,6	13.926
8. S. Marta Penaguião	69	9.620
9. São Brás de Alportel	150	7.500
10. Gouveia	300	17.000
11. Albufeira	140	20.949
12. Salvaterra de Magos	238	18.504
13. Constância	80	4.170
14. Mogadouro	756	11.720
15. Tarouca	100	9.579
16. Sintra	316	273.910
17. Almada	70	152.270
18. Mértola	1.279	9.946
19. Benavente	521	18.970
20. Palmela	460	45.150
21. Montemor-o-Novo	1.232	18.290
22. Santiago do Cacém	1.058	31.475
23. Lousã	129	13.530
24. Figueira C. Rodrigo	508	8.105
25. Torres Novas	279	37.692
26. Fronteira	245	4.500
27. Paredes	156	74.460
28. Penalva do Castelo	140	9.166
29. Pinhel	486	12.693
30. Vila Nova de Paiva	177	6.088
31. Matosinhos	62	151.882
32. Aguiar da Beira	199	61.630
33. Vagos	173	19.390
34. Almodôvar	775,9	10.637
35. Torre de Moncorvo	542,77	11.554
36. Alvito	261	2.650
37. Sabrosa	180	8.000
38. Póvoa de Lanhoso	130	22.500
39. Loures	192	322.158
40. Vila Nova de Gaia	165	263.000
41. Silves	686	32.000
42. Marvão	115	4.419
43. Penamacor	588	8.000
44. Pampilhosa da Serra	396	5.797
45. Tavira	611,05	33.000
46. Mealhada	112	18.272

## Quadro II

### Recursos Culturais – Orçamento

2.1.Orçamento Municipal

2.2.Orçamento municipal – cultura

2.3.Percentagem orçamento – cultura no Orçamento Municipal

	1998	1993	1988
1.	467.733 1.116 0,23%	266.091 1.488 0,55%	48.118 283 0,58%
4.	2.477.580 208.600 8,4%	776.747 91.976	732.837 20.193 1,5%
5.	2.097.100 445 0,02%	580.034 82 0,01%	255.665 23 0,01%
6.	16.025.550 253.810 3%		
7.	2.501.190 461.750 18,5%		
8.	1.015.272 218.500 21,5%	708.919 38.073 5,4%	236.721 25.042 10,6%
9.	1.073.926 186.674 18,6%	1.151.956 87.954 8%	339.917
10.	2.427.116 282.200 11,6%	977.832 75.979 7,8%	471.817 46.330 9,8%
11.	5.393.702 567.373 10,5%	4.011.636 236.628 5,9%	2.261.124 152.185 9,8%
12.	1.872.370 87.378 5%		
13.	824.487 34.000 4%	366.090 37.214 10%	264.086 9.316 3,5%
14.	1.904.377 413.250 21,7%	971.118 97.111 10%	413.527 26.879 6,5%
15.	1.996.738 219.920 11%	852.971 57.528 7%	213.082 20.769 10%
16.	29.742.137 2.207.450 7,4%	15.998.512 550.654 3,44%	
17.	14.476.000 978.000 6,7%	8.237.000 1.174.000 14,6%	3.188.000 209.000 7%
18.	2.171.570 112.764 5%	1.109.268 16.844	492.306 44.569 9%
19.	1.897.000 220.000 11,5%	1.327.000 100.000 7,6%	580.000 40.000 6,8%
20.	6.087.250 808.501 13,3%		
21.			

Recursos Culturais – Orçamento (continuação)

	1998	1993	1988
	4.274.700	2.193.897	711.414
	182.600	28.410	14.141
	4,3%	1,3%	1,9%
22.	2.379.637	737.942	393.580
	387.660	151.077	9.956
	12,3%	20,5%	14,7%
23.	2.453.108	336.757	1.022.565
	649.340	43.010	86.792
	26%	13%	8%
24.	5.014.563	2.687.579	941.397
	230.000	116.426	9.538
	4,6%	4,3%	1%
25.	886.979	246.297	211.751
	100.276	9.411	10.123
	11,3%	3,9%	4,8%
26.	7.441.739	2.115.624	851.543
	72.003	37.148	557
	1%	1,76%	0,07%
27.	1.984.928	726.684	265.000
	34.460	4.064	1.640
	1,7%	0,6%	0,6%
28.	2.965.710		
	150.000		
	5%		
29.	855.075	674.222	
	41.200	29.700	
	5%	4%	
30.	16.637.073	11.493.855	3.459.794
	726.858	329.203	83.212
	4,4%	3%	2%
31.	1.500.000	895.570	203.995
	199.554	24.771	6.706
	13,3%	3%	3,3%
32.			
33.			
	2.897.100	769.617	
	40.500	23.500	
	1,3%	3%	
34.	2.166.694	1.240.372	619.931
	87.234	99.687	25.459
	4%	0,8%	4,1%
35.	750.000	388.920	172.217
	72.650	61.029	8.901
	9,7%	15,69%	5,17%
36.	2.824.374	673.035	248.405
	234.600	29.958	4.507
	8,45%	4,46%	1,82%
37.	2.000.000	800.000	600.000
	180.000	100.000	60.000
	9%	12,5%	10%
38.	23.115.803	11.073.910	
	465.765	243.203	
	2,0%	2,2%	
39.	23.722.267	8.031.235	3.740.242
	572.900	276.245	134.312
	2,4%	3,4%	3,6%
40.			
	522.730		
	10,42%		
41.	1.008.976	342.021	193.071
	6.016	7.911	1.659
	0,6%	2,31%	0,86%
42.	1.677.134	970.272	483.110
	72.675	41.000	3.000
	4,33%	4,23%	0,62%
43.	1.471.295	804.698	314.687
	336.465	88.630	21.395
	22,8%	11,01%	6,7%
44.			

Recursos Culturais – Orçamento (continuação)

	1998	1993	1988
	3.956.596	2.625.702	962.107
	141.500	95.228	31.328
45.	3,57%	3,62%	3,25%
	2.757.222	1.431.589	
	19.960	4.755	
46.	0,9%	0,4%	

### Quadro III

#### Recursos Culturais – Estrutura Orgânica

3.1. Departamento

3.2. Divisões

3.3. Outras

	1998			1993			1988		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.	1	1	1	-	-	-	-	-	-
3.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.	-	-	1	-	-	-	-	-	-
5.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.	1	2	-	-	1	-	-	1	-
7.	-	1	4	-	1	2	-	1	1
8.	-	1	2	-	1	2	-	1	2
9.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
10.	1	3	3	1	2	2	-	2	-
11.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
12.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
13.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
14.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
15.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
16.	1	2/5	1	1	1/2	-	1	1/2	-
17.	1	5	2	1	5	-	1	-	-
18.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
19.	-	-	1	-	-	-	-	-	-
20.	1	3/6	1	1	1/2	-	-	1	-
21.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22.	-	1	-	-	1	-	-	-	-
23.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
24.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25.	1	3	1	-	-	4	-	-	1
26.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
27.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
29.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31.	1	1	-	1	1	-	1	1	-
32.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34.	-	-	1	-	-	1	-	-	1
35.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36.	-	-	1	-	-	-	-	-	-
37.	-	2	-	-	2	-	-	2	-
38.	-	7	-	-	2	-	-	2	-
39.	1	2	5	1	2	7	-	2	6
40.	1	1	4	1	1	3	1	1	3
41.	-	1	-	-	1	-	-	1	-
42.	-	-	-	-	-	-	-	1	-
43.	1	-	1	1	-	1	1	-	1
44.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45.	-	-	2	-	-	1	-	-	1
46.	-	-	-	-	-	-	-	-	-

# Quadro IV

## Recursos Culturais – Recursos Humanos

- 4.1. Dirigentes
- 4.2. Técnicos Superiores
- 4.3. Técnicos Profissionais
- 4.4. Administrativos
- 4.5. Auxiliares
- 4.6. Outros

	1998						1993						1988					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
1.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
2.	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
6.	1	7	10	4	30	1	1	5	7	2	25	-	-	1	-	3	25	-
7.	2	2	4	1	4	3	3	4	2			1	1	4	1			1
8.	1	1	4	9	2	2	1	1	4	9	2	1	1	-	-	8	1	1
9.	-	-	1	2	3	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
10.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11.	-	3	1	-	1	1	-	2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	-
12.	1	1	4	2	2	-	1	1	4	2	2	-	1	-	3	1	-	-
13.	-	1	3	-	2	2	-	1	3	-	1	1	-	-	1	-	-	1
14.	-	1	-	3	4	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	1	-
15.	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2	-
16.	3	19	34	14	69	6	1	12	25	10	35	2	1	8	22	10	17	2
17.	6	11	25	15	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19.	-	1	1	2	3	3	-	-	1	2	2	2	-	-	1	1	1	-
20.	5	9	19	6	-	-	2	3	7	5	-	-	1	-	-	-	-	-
21.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22.	1	4	10	3	17	4	1	1	1	2	10	4	-	-	1	2	-	2
23.	-	2	7	1	3	-	-	2	5	-	1	-	-	2	2	-	-	-
24.	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25.	1	3	5	3	7	1	-	4	4	3	6	-	-	-	2	-	4	-
26.	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
27.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29.	-	1	-	1	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-
30.	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
31.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34.	1	-	-	1	3	1	1	-	-	1	3	-	1	-	-	1	2	-
35.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37.	2	1	8	16	31	-	-	-	2	12	24	-	-	-	1	7	13	-
38.	1	1	1	1	2	3	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
39.	3	21	32	11	11	11	5	49	19	20	49	-	2	3	5	8	3	-
40.	2	8	10	3	14	11	2	4	7	4	19	14	2	4	4	3	17	16
41.	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42.	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-
43.	1	-	-	1	1	1	1	-	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1
44.	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45.	-	1	5	10	4	-	-	1	3	2	2	1	-	1	1	1	-	1
46.	2	3	5	20	40	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

# Quadro V

## Recursos Culturais – Equipamentos Culturais

- 5.1. Centros Culturais/Casas de Cultura
- 5.2. Cine-Teatro
- 5.3. Galerias de Arte
- 5.4. Museu
- 5.5. Biblioteca
- 5.6. Casas de Juventude
- 5.7. Outros

	1998							1993							1988						
	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
1.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
2.	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.	2	-	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	2	-
4.	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.	1	1	1	-	1	1	3	1	1	-	-	1	1	2	1	1	-	-	1	-	-
6.	-	2	-	2	4	-	-	-	1	1	2	4	-	-	-	1	1	2	4	-	-
7.	1	-	2	2	2	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-
8.	14	-	1	-	1	-	-	10	-	-	-	1	-	-	9	-	-	-	-	-	-
9.	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
10.	-	1	1	3	1	1	17	-	1	-	3	1	-	15	-	-	-	3	1	-	13
11.	-	1	2	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
12.	2	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-
13.	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
14.	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-
15.	-	-	3	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-
16.	-	-	4	8	3	1	1	-	-	3	5	1	-	-	-	-	2	5	1	-	-
17.	3	-	2	4	2	2	1	-	-	1	2	1	2	1	-	-	1	2	1	2	1
18.	-	1	4	6	1	-	-	-	1	2	4	1	-	-	-	1	1	2	-	-	-
19.	2	1	3	1	2	3	-	1	-	1	1	2	1	-	1	-	1	1	2	1	-
20.	2	1	2	1	1	2	-	1	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22.	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
23.	-	1	3	2	1	-	-	-	1	3	2	1	-	-	-	1	2	1	1	-	-
24.	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
25.	-	-	1	3	2	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-
26.	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
27.	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-
28.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29.	-	1	1	1	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-
30.	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
31.	1	-	3	1	1	1	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
32.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33.	-	1	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34.	6	1	1	2	1	1	-	5	1	-	1	1	-	-	5	-	-	1	1	-	-
35.	-	1	3	1	1	1	-	-	1	2	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-
36.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37.	1	-	-	-	1	-	14	-	-	-	-	1	-	14	-	-	-	-	1	-	14
38.	1	1	1	1	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39.	3	-	3	1	2	3	1	1	-	2	1	1	2	1	1	-	-	1	1	-	1
40.	1	1	3	4	-	4	-	1	-	3	2	7	-	-	1	1	3	1	5	-	-
41.	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
42.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
43.	1	-	1	1	1	1	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	1	1	1	-	-
44.	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45.	2	1	3	-	2	3	1	3	1	4	-	2	2	1	3	1	5	-	2	2	1
46.	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-

## Quadro VI

### Objectivos Prioritários

1.	Criação de uma casa etnográfica; criação de uma escola de artesanato local (manter viva as tradições da nossa terra)
3.	Investir e trabalhar os jovens da terra; apoiar as associações culturais existentes; criar uma biblioteca itinerante; impulsionar a constituição de auditório e apoiar a construção de um museu
4.	Apostar no progresso e na qualidade de vida; preservar e divulgar as tradições e o património; promoção de actividades para a juventude e público em geral; incentivar as associações locais, para a dinamização cultural
5.	Construção da Biblioteca Municipal; fomento das associações culturais
6.	Dinamizar os produtores locais; dar oportunidade aos funchalenses para conhecer artistas e produtores culturais de todas as áreas e outros locais geográficos; incentivar o gosto pelas artes e história
7.	O desenvolvimento cultural a nível de exposições, lançamento de livros, promoção e homenagem de entidades locais; programar várias actividades culturais
8.	Preservar a cultura do povo; manter em actividade a juventude; divulgar o concelho através dos seus grupos; sensibilizar a geração actual para uma actividade que vai sendo cada vez mais esquecida
9.	Diversificação da oferta cultural; melhoria qualitativa e quantitativa da oferta cultural; promoção das riquezas culturais do município
10.	Proporcionar à população meios e equipamentos que permitam o desenvolvimento de acções culturais locais; contacto com outras realidades culturais; promoção e enriquecimento cultural das populações; projecção de Gouveia no contexto da região
13.	Promoção e desenvolvimento das artes; preservação e divulgação do património; promoção e divulgação das tradições histórico-culturais do concelho; fomentar a prática cultural na área associativa; intercâmbio cultural com outras instituições
14.	Proporcionar aos munícipes a possibilidade de elevação da qualidade de vida e melhoramento de conhecimentos; proporcionar-lhes a participação em diversas actividades culturais e recreativas
15.	Proporcionar actividades culturais a todos os munícipes; divulgar a cultura do concelho no exterior; dar vida e animação cultural ao concelho; desenvolvimento integrado no concelho; manter viva as tradições culturais do concelho
16.	Veicular a cultura no município; formar e educar culturalmente os munícipes; implantar uma rede de Bibliotecas que sirva convenientemente o município; difundir nacional e internacionalmente a cultura e os acontecimentos culturais do município; criar equipamentos culturais
17.	Fomentar acções de preservação do património e da memória do concelho; promoção da sociabilidade em termos da animação de espaços urbanos; valorizar a heterogeneidade cultural dando espaço a um valorizar de culturas; promover a acção cultural integrada em termos da educação, ambiente e turismo; criar territórios culturais em torno da rede de equipamentos através de acções qualificadas de formação de novas correntes públicas
18.	Proporcionar a prática de actividades culturais e desportivas; apoiar o sistema educativo aos vários níveis; apoiar o associativismo; contribuir para o desenvolvimento equilibrado do concelho; promover a participação das populações

Objectivos Prioritários (continuação)

19.	Alertar os munícipes a participar na vida activa do concelho; informar as populações do actual estado de evolução do tecido sócio-económico e cultural do município, região, País, União Europeia; informar as populações do que significa agir localmente pensando globalmente
20.	Promover o desenvolvimento cultural dos cidadãos; salvaguardar e valorizar o património histórico e cultural; promover a afirmação regional, nacional e internacional de Palmela como terra de cultura
22.	Potenciar os recursos existentes quer ao nível dos agentes culturais, quer das infraestruturas e equipamentos; criar uma relação sólida e acção consequente com os agentes culturais; promover interna e externamente o município
23.	Enriquecimento cultural da população; divulgação dos usos e costumes locais; edição de fundo bibliográfico local; criação de novos espaços culturais
24.	Criar condições necessárias para a implementação de uma ludoteca; criar as condições necessárias para animar e divulgar a biblioteca já existente; promover acções culturais subordinadas a vários temas como os Dias Mundiais da Árvore, Ambiente, Criança; promover acções culturais, colóquios, exposições e outras, para defender o artesanato local e o património cultural; criar condições necessárias para levar a efeito acções de animação cultural
25.	Apoio ao associativismo; preservação do património; promoção de actividades de animação; criação dos "públicos do futuro" – através de investimento nas componentes formativa e nas estruturas existentes (bibliotecas e museus); promoção turística/turismo cultural
26.	Construção da nova Biblioteca Municipal; criação do núcleo museológico em Cabeço de Vide; apoio ao associativismo; beneficiação e apetrechamento de uma sala polivalente em Cabeço de Vide; identificação e divulgação do património cultural local
27.	Incrementação progressiva das práticas/hábitos culturais dos Paredenses; preservação do património cultural; descentralização das actividades culturais através da colaboração com as associações; criação de novos equipamentos culturais e manutenção e dinamização dos já existentes.
28.	Preservação e divulgação da cultura e tradições locais; fomento, divulgação e sensibilização para as actividades artísticas; promoção da actividade recreativa, desportiva e cultural, descentralização e democratização da cultura
30.	Desenvolvimento de actividades artísticas, culturais e desportivas; sensibilização da população para a importância das mesmas; renascimento de tradições culturais da região
31.	"Educar", incentivar e formar a população; estimular a preservação dos valores locais; assumir um papel de agente de desenvolvimento; apresentar uma actividade cultural diversificada
33.	Biblioteca municipal; museu municipal; apoio às associações culturais; fomento do teatro; apoio ao folclore
34.	Desenvolver as potencialidades que na área da cultura o município dispõe; dar a conhecer a riqueza cultural do concelho nas suas várias vertentes; apoiar a implantação de infraestruturas em todo o concelho para que se criem verdadeiros espaços culturais; criar condições para o desenvolvimento de actividades culturais para que fundamentalmente os jovens possam ocupar os seus tempos livres de forma agradável, saudável e formativa; dinamizar actividades culturais diversificadas
35.	Massificação da cultura e fazer do cidadão um sujeito activo; maior participação da população nos diversos acontecimentos culturais
38.	Teatro, Ecomuseu de Lanhoso; Biblioteca
39.	Desenvolver o nível educativo e cultural das populações do concelho; promover a melhoria da sua qualidade de vida através de criação de condições para a participação e a integração dos diversos estratos sociais, no âmbito da realização, fruição, valorização e recuperação do património e das expressões culturais, desportivas e recreativas e do desenvolvimento da rede de equipamentos colectivos
41.	Recuperação da vida cultural silvense; dinamização artística do concelho; congregação de massa crítica em torno de eventos sediados no concelho; promover o gosto pelas artes e letras com especial incidência para o livro e leitura; promover o enriquecimento contínuo do espólio arqueológico do concelho por forma a acrescentar mais valia no conhecimento da vida dos antepassados

## Objectivos Prioritários (continuação)

42.	Promoção e desenvolvimento do concelho; proporcionar às pessoas do concelho um melhor acesso às actividades culturais
43.	Preservar o património, dinamizar os grupos culturais; promover animação cultural; divulgar o concelho culturalmente; apoiar as actividades juvenis na cultura
44.	Criação de infraestruturas culturais que sirvam de pólo aglutinados da população; criar condições ao desenvolvimento de um turismo rural/cultural; concorrer para travar a desertificação do concelho; preservação do património natural e construído do concelho; fazer reviver as tradições do concelho e contribuir para a preservação dos produtos endógenos
45.	Recuperação do património arquitectónico e cultural da cidade; criar a Cidade Arqueológica na Zona Histórica da Cidade; construir o Museu Cidade de Tavira; construir novo edifício para a Biblioteca Municipal com videoteca e auditório; incrementar uma dinâmica cultural em toda a área do município
46.	Apoiar grupos do concelho; criar estruturas novas e actuais; dinamizar uma política cultural

## Quadro VII

### Programas, Projectos, Acções

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
1.	1.1 Equipar Banda Filarmónica	Manter vivas as tradições da nossa terra.		Compra de instrumentos e fardamentos	Por tradição as festas religiosas vão acompanhadas de uma Banda, há muito que no nosso concelho tal não acontecia.
	1.2 Criação de Grupo Folclórico	Idem		Compra de material	
3.	3.1 Feira do Livro	Dinamizar e incentivar a leitura das camadas jovens e adultos.		Durante a semana na Praça do Município as livrarias fazem exposição de livros infantis. A autarquia tenta dinamizar esse espaço.	
4.	4.1. Agro-Basto	Promoção e divulgação do que mais expressivo existe na região – Agropecuária, Artesanato, Turismo.	Mútua de Basto	Expo/Feira onde os expositores de diversos sectores promovem e vendem os seus produtos. Paralelamente decorrem iniciativas culturais e artísticas, como animação.	Permite aos comerciantes locais promoverem os seus produtos e o escoamento dos stocks.
	4.2. Festa da Cultura	Sensibilizar e incentivar o gosto pelo livro/leitura e divulgar obras de pintura.		Realização de Expo/venda de livros de editoras e livrarias nacionais e locais; Expo/venda de obras de arte; Animação com teatro, Conferências, Música Portuguesa.	Aquisição de mais livros, mais leitura; contacto com artistas, sensibiliza para leitura, música e pintura.
	4.3. Encontro de Cantares de Janeiras	Recriar a tradição e estimular a defesa do Património Cultural promovendo a sua recolha e recriação.		Apresentação de Cantares de Janeiras por Associações Culturais ou grupos de municípios, nas suas formas mais genuínas e autênticas.	A dinamização dos grupos e pessoas, a recuperação de tradições ancestrais, momentos de convívio.
	4.4. Encontro de Teatro de Basto	A valorização dos grupos participantes, bem como a sensibilização das pessoas para a arte teatral.	ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baúlhe	Grupo de Teatro organizador (grupo infantil) mais 2 ou 3 grupos de teatro da região. (Esta actividade decorre na sala de espectáculos da ARCA)	Para além da OTL, tem sensibilizados alguns jovens para a participação no grupo de teatro local. A receptividade do público faz com que a ARCA promova mais espectáculos durante o ano.
	4.5. Festa da Orelheira	A promoção e divulgação da orelheira e de outro fumeiro, aproveitando o período carnavalesco em que se consome este tipo de carne.	Mútua de Basto	Expo/venda de orelheira e outro fumeiro, produzido em moldes artesanais. Realização do <u>leilão da orelheira</u> , muito tradicional em algumas aldeias e que se estava a perder (dom-gordo).	Proporcionar o escoamento de stocks, aumentando a riqueza. Não deixar perder certas tradições de raízes populares.

6.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
6.1. Feira do Livro	Promover a leitura e gosto pela literatura e outras formas de comunicação.	Direcção Regional de Assuntos Culturais (DRAC)	Stands com venda de livros, colóquios, concertos, exposições e cinema.	Incentivo ao gosto pelas diversas formas de comunicação.
6.2. Serviços educativos - Museus Municipais	Estreitar a ligação museu-escola.	Idem	Ações várias ao longo do ano que tornam mais legível e atraente a visita ao museu.	Maior interesse pelos Museus.
6.3. Programação de Teatro	Mostrar ao público madeirense e grupos de teatro locais outros tipos de teatro.	Idem	Protocolo entre CMF/Teatro Nacional D.Maria II - apresentação de peças no Teatro Municipal Baltazar Dias.	Melhoria nos grupos locais; incentivado o gosto do público pelo teatro.
6.4. Funchal a Cantar	Descobrir novos talentos (novas vozes).		Uma eliminatória em cada freguesia do Funchal e um espectáculo final. Preparação prévia intensiva dos concorrentes.	Incentivo ao gosto pela música. Descoberta de novos talentos.
6.5. Exposição de Sofia Aleal e Alberto Caetano no Museu F. Franco	Incentivo ao gosto e interesse pelas artes plásticas.	Idem	Exposição de peças de 2 artistas contemporâneos em diálogo com 2 artistas de meados do Século XX - Henrique e Francisco Franco.	Dinamização do Museu. Incentivo ao interesse pelas artes plásticas. Incentivo aos artistas locais.
7.1. Encontro de Bibliotecários	Novas propostas para a leitura pública; estatísticas e avaliação nas bibliotecas públicas.	IPLB	Encontro, projecção de filmes, leitura de contos e histórias infantis.	Boa adesão dos públicos mais novos (escolas), incentivo para a leitura bem acolhido e aceite pelo público.
7.2. Expo "Património Cultural Oral"	Comemoração dos 390 anos o Padre António Vieira	Escola E.B. 2,3 Arganil	Exposição sobre a vida do Padre António Vieira.	Adesão dos alunos das escolas. O público aderiu e concordou com a homenagem.
7.3. Sala Expo "Guilherme Filipe"	Abertura de um espaço adequado e bem equipado para melhorar a promoção de acções culturais	Editorial Moura Pinto C.M. Coimbra	São feitas exposições de pintura, tapeçaria e fotografia.	Esperamos que seja bem aceite e bem visto pelo público das diversas freguesias do concelho.
7.4. Jornadas "Interioridade e Segurança"	Alertar para a toxicoddependência, o alcoolismo e outros problemas sociais.	Editorial Moura Pinto	Participação de Inspector Geral da A.I. e da Secret. Estado A.I. em debates e conferências.	Bons resultados.
7.5. Produção Teatral	Levar as crianças ao teatro, numa tentativa de implementar o gosto pelo mesmo	INATEL Teatro da Trindade	Encenação da peças "O Homem que via passar as estrelas" e 2º Festival itinerante de companhias de teatro.	O contacto com aspectos teatrais das crianças do concelho foi muito positivo e bem aceite no concelho

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
8.	8.1. Semana Cultural			Durante uma semana, os centros culturais concelhios vão divulgar em espectáculos a sua actividade ao longo do ano.	Incentiva as freguesias onde pouco ou nada existe para que se criem e funcionem centros culturais.
	8.2. Exposições	Proporcionar a jovens artistas um local para promoverem o seu trabalho.			Incentiva os tímidos a entrar no círculo de exposições e cria nos visitantes o gosto pela arte.
	8.3. Festivais de Folclore e Música			Intercâmbios entre grupos.	Criação de novos e apetência musical.
9.	9.1. Feira da Serra	Divulgação das raízes culturais, enriquecimento da vida cultural deste concelho.	Associação IN-LOCO	Encontro anual de artesãos de todo o Algarve e Alentejo, com animação, vendas, exposições.	Preenche uma lacuna a nível de acontecimentos culturais. Apoio ao pequeno artesanato. Revalorização de um Património Cultural pouco conhecido.
	9.2. Feira Jovem	Oferecer aos jovens e familiares um espaço de informação, abordagem e divulgação de temáticas juvenis.		No espaço anexo à C. Cultura A. Bentes, em conjunto com as escolas e associações de jovens, vários stands e um palco prop. uma acção muito importante destinada aos jovens.	Muito positivo pelo facto de se verificar o empenho e a participação dos jovens na organização e decurso da Feira.
	9.3. Festival Sabor e Arte	Promoção da Serra Algarvia na vertente gastronómica, lúdica e cultural.	Associação IN-LOCO	Organização de programas em várias localidades (Mértola, Silves, Vila Real Stº António). Desporto, artesanato, dança, gastronomia.	Enriquecimento e conhecimento da cultura e valores locais, animação da vida destas localidades, às vezes esquecidas.
	9.4. Procissão da Aleluia	Todos os anos manter viva uma tradição secular única no Algarve.	Paróquia	Apoio logístico com material e pessoal para organização da festa que inclui embelezamento das ruas e tarde cultural.	É o maior acontecimento cultural do concelho, juntamente com a Feira da Serra.
	9.5. Museu Etnográfico do Traje Algarvio	Divulgação da riqueza cultural, tradição e costumes da região.	Santa Casa da Misericórdia	Desde o seu início, recolhe, identifica e expõe vestuário, utensílios, veículos da região do Algarve.	É uma importante referência cultural para o concelho e o Algarve, acolhe iniciativas diversas.

10.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
10.1 Espaço João Abel Manta	Reabilitação das caves dos Paços e galeria de exposições temporárias.		Valorizando as características construtivas e procurando obter novos espaços (que se encontravam entulhados) obteve-se uma vasta área de exposição, atendimento público, arrecadação e i.s.	Espaço bastante requisitado tanto pela comunidade local como de outros pontos do país. Exposição artes plásticas, documentais, bibliográficas, fotográficas, artes decorativas.
10.2 Carta Arqueológica/Roteiro Arqueológico	Identificação dos sítios arqueológicos do concelho e divulgação e promoção turística desses locais.		Realização de campos arqueológicos (prospecção e escavações); edição de roteiro turístico onde são definidos 4 percursos de visita; limpeza de caminhos e sinalização dos sítios	Envolvimento e sensibilização da J.F. e proprietários dos terrenos. Divulgação e promoção turística do Património do concelho.
10.3. Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira	Reabilitação do Solar dos Marqueses de Gouveia (Séc. XVIII) e instalar condignamente a Biblioteca.	IBL	Adaptação do Solar a Biblioteca: salas de leitura de adultos e infantil, audiovisuais, sala V. Ferrelra, auditório, serviços de apoio.	Éxito total. Biblioteca moderna e vivida diariamente por toda a população. Animação infantil diária, colóquios, exposição, concertos.
10.4. Teatro-Cine de Gouveia	Readaptar o Cine-Teatro às exigências actuais.	Ministério da Cultura	Remodelação da sala de cinema e teatro; criação de espaço para restaurante, bar e lojas comerciais; espaço polivalente para juventude; gabinete para assoc. cultural.	
10.5. Festas do Senhor do Calvário	Promoção turística. Animação cultural. Valorização da maior romaria das Beiras.		Feira de Artesanato, Comércio e Indústria; Feira Gado Lanígero; Feira do Livro; Festival de Folclore; Espectáculos musicais; Exposição Artes Plásticas; Romaria; Festas Religiosas.	É o maior acontecimento cultural e de promoção turística do concelho; atrai milhares de visitantes, contribuindo para o desenvolvimento local.

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
11.	11.1. Reviver Albufeira Antiga	Valorização da Zona Antiga da Cidade.		Colocação de painéis de identificação em azulejos – iluminação e colocação de vasos nas frontarias das casas.	Consciencialização da população para os valores subjacentes à História e Património
	11.2. Curso de Restauro de Arte Antiga	Formação Profissional	Instituto do Emprego (Loulé)	Formação prática e teórica.	Criação de profissionais de restauro.
	11.3. O Castelo de Paderne na envolv. Da Ribeira da Quarteira	Criação de Área de Paisagem Protegida – Valorização e salvaguarda do Património Cultural e Natural na Ribeira de Quarteira.	ICN e IPAAR		Sensibilização para a protecção da zona; incremento turismo natural e cultural.
	11.4. Terras da Moura Encantada	Incremento de turismo cultural.	D.G.Turismo	Abrange Países da Baía do Mediterrâneo com vestígios da presença árabe.	Turismo cultural e pedagógico.
12.	12.1. Mês da Enguia	Promover a gastronomia do concelho.			
	12.2. Mostra Nacional de Artes Plásticas	Promover as artes e os artistas do concelho.			
	12.3. Feira Medieval	Comemorar os 700 anos do Foral de Salvaterra de Magos.			
	12.4. Geminação com Valkenswaard	Promoção de actividades (e interc.) entre localidades com traços históricos comuns.			
	12.5. Recuperação do Património	Adquirir património para o município efectuar a sua recuperação e colocá-lo à disposição do público.			
13.	13.1. Festa Nª Srª Boa Viagem	Preservação da entidade cultural e religiosa de uma festa bicentenária, na fé e devoção à padroeira.	Paróquia, escolas e associações.	Cerimónias religiosas (missa, procissão, benção de barcos e viaturas); Artesanato, desporto, actividades-económicas, música, folclore, tasquinhas, ruas floridas, exposições.	Reforço da identidade e auto-estima da população local.

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
13.	13.2. Pomonas Camonianas	Preservar e desenvolver a ligação afectiva de L. Camões com a vila e fomentar o gosto pela sua obra.	Associação para reconstrução e instalação Casa-Memória Camões; Escola C+S L. Camões.	Recriação de mercado quinhentista; música, teatro, concursos, desporto.	Maior motivação dos alunos no estudo da obra camoniana. Maior afectividade da população na ligação a Camões. Interesse pela história de Portugal.
	13.3. Feira do Livro e do Disco	Desenvolver e fomentar o gosto pela leitura.	Escola C+S L. Camões	Expo/venda de livros e discos; debates; presença de escritores; cinema; expo.; espectáculos.	Maior gosto pela leitura e pela música, que se traduzem no aumento do número de utilizadores da biblioteca.
14.	14.1. Banda Musical	Manter e recuperar património musical.		Reorganização da Banda F. de Mogadouro.	Tem tido grande impacto na população, confirmado por solicitações para festas.
	14.2. Rancho Etnográfico	Manter e recuperar património etnográfico.		Criação e dinamização de Rancho Folc. e Etnográfico de Mogadouro.	Com os Pauliteiros e o Grupo Coral Trindade Coelho, os grandes divulgadores do concelho.
	14.3. Os Cavaquinhos	Criação de escola de música.		Criação de escola – aprendizagem de cavaquinho e agita de foles.	Grupo mais recente mas que está a ser muito bem recebido.
	14.4. Semana Cultural	Promoção de diversas actividades culturais e recreativas.		Apoio à publicação de obras de escritores do concelho. Apoio ao artesanato. Feira do Livro.	
	14.5. Amendoeira em Flor	Promoção turística.	C.M. Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé, Vila Flor e Carrazedas.	Promoção de jogos tradicionais e visitas turísticas.	
15.	15.1. Centro Cívico Vila de Tarouca	Proporcionar espaço cultural de grandes dimensões para actividades culturais de todo o concelho.	Prodouro	Infraestruturas de grandes dimensões – espaço polivalente.	Possibilidade de: teatro, cinema, exposições, concertos, etc.

15.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
15.2. Desfile etnográfico	Divulgação a todas as pessoas da cultura das freguesias.	Associação Juventude do Concelho de Tarouca	Desfile que comporta também as actividades culturais, tradições, história e artesanato de todas as freguesias.	Maior conhecimento e divulgação do potencial cultural do concelho.
15.3. Festa S. Miguel	Promover várias acções culturais.		Concertos, teatro, exposições, corridas de cavalo, etc.	Envolvência de todos os munícipes.
15.4. Feira Medieval	Divulgação da época medieval.			Maior divulgação da época medieval com participação dos alunos da Escola Secundária.
15.5. Comemorações do Centenário da Restauração do Concelho			Várias actividades culturais na sede do concelho e freguesias: teatro, cinema, exposição, folclore, etc.	
16.				
16.1. Festival de Sintra	Promover espectáculos de qualidade com artistas consagrados nacional e internacionalmente.		Nos meses de Junho e Julho, realizam-se concertos em vários Palácios e Quintas; Agosto e Setembro, no Palácio de Seteais, Noites de Bailado.	Embora dirigida ao público em geral, o Festival tem tido maior repercussão no público melómano que extravasa fronteiras do concelho.
16.2. Sintra Património da Humanidade	Proteger e salvaguardar um património histórico único.	UNESCO	Elaboração de dossier de candidatura.	Aumento do turismo. Criou-se na comunidade maior sensibilidade para assuntos do Património, interesse e orgulho pela História do concelho.
16.3. Reabilitação do eléctrico Sintra-Praia das Maçãs	Reabilitar património.		Restabelecer (...) um dos meios de transporte que faz parte da imagem do quotidiano de outros tempos.	População aderiu com nostalgia e entusiasmo (...)
16.4. Integração da B.M. na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	Facilitar comunicação entre diferentes Bibliotecas do país e dar mais informação aos leitores.	IPLB	Em fase de projecto – restauro e adaptação do velho edifício.	
16.5. Complexo Museológico de S. Miguel Obrinhas	Criar um pólo de investigação nas áreas de Arqueologia, História de Arte e Antropologia.		Museu dotado de largo espaço positivo, Biblioteca especializada, Gabinete de Estudos, Serviços de Restauro.	Maior interesse pelo património (esperado).

17.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
17.1. Festa do Teatro	Divulgação da produção contemporânea de teatro.	C. Teatro de Almada		Criação de hábitos de fruição teatral.
17.2. Festival de Música de Capuchos		Festival de Música de Capuchos		
17.3. Quinzena da Dança	Divulgação da produção contemporânea de dança e criação de públicos para a dança.	G. Dança de Almada		Criação de hábito de fruição da dança.
17.4. Mostra de Teatro de Almada	Divulgação da produção do G. Teatro do concelho – criação de públicos para o teatro.			Conhecimento público dos G. Teatro do concelho – criação de hábitos no concelho para o teatro.
17.5. Encontros Música de Câmara	Criação de oferta regular de música clássica.			Criação de hábitos de fruição musical.
18.1. Quinzena Cultural	Descentralização da actividade cultural.	J. Freguesia, Centros Culturais e Recreativos	Realização de espectáculos teatrais, musicais e exposições.	
18.2. Semana Gastronómica	Divulgar a gastronomia local.	EPBJC, CAM, ADPM		
18.3. Encontro de Associações				
18.4. Jogos Concelhios		J. Freguesia, Sociedades Recreativas e Clubes		
19.1 Temporada da Música	Aproximar os munícipes dos diversos sectores culturais, numa perspectiva inter-actividade.		Animação Musical e Teatral.	Demonstrar que a cultura não pode existir sem a participação das pessoas.
19.2. Reconstrução do Palácio Infantado	Dotar a população de um espaço de animação cultural contínuas.		Reconstrução do Palácio, criação de centro de exposições, auditório e biblioteca.	
19.3. Aquisição e adaptação edifício de Benavente	Dotar os serviços culturais municipais de infraestruturas – Exposição e Biblioteca			
19.4. Centro de Recursos	Divulgação de novas tecnologias.	Ministério da Educação	Permitir o acesso a meios informáticos a estudantes e munícipes.	(...) nova perspectiva cultural neste fim de século.
19.5. Serões de Março	Criar espaços de convívio e debate entre a população e os criadores.	Colectividades do concelho	Programa multidisciplinar	Tem permitido uma visão mais consciente e informada das correntes artísticas contemporâneas.

22.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
22.1. Instalação de Biblioteca Municipal		IBL		Tornou-se um pólo dinamizador e estruturante da actividade cultural no concelho.
22.2. Reestruturação do Museu Municipal	Adequar equipamentos e actividades às novas realidades da museologia.		Reestruturação do quadro de pessoal e criação de serviço educativo.	Maior reconhecimento do equipamento e maior vínculo da população ao mesmo.
22.3. Inventário do Património Histórico Artístico	Conhecer, divulgar e preservar este património.		Investigação do património móvel e imóvel para posterior publicação.	
22.4. Instalação do Arquivo Histórico	Preservação do património documental.	ANTT		
22.5. Prémio Conto M. Fonseca	Homenagem ao escritor, divulgação de novos valores.			
23.1. Ciclo João Luso	Divulgação da vida e obra de João Luso.		Conferências, exposições, edições (nº da revista Arunci'dad a J. Luso)	Reaprender os textos e a personalidade deste Lousalense.
23.2. Feira da Castanha e do Mel	Promoção de produtos regionais.	Inst. Florestal e INATEL	Promoção dos produtos regionais, animação cultural.	Sensibilização para as questões ambientais e defesa do património da Serra da Lousã.
23.3. Mostra de Artesanato	Defesa, preservação e divulgação das tradições artesanais.	Inst. Emprego, INATEL, RTC	Colóquios, artesanato ao vivo, animação cultural.	Sensibilização para as artes tradicionais, criação do próprio emprego.
23.4. Salão Pintura Naif	Divulgar um género de pintura ainda tida como menor.	Associação de Pintores Prim. Mod. Portugueses	Exposição, edição de catálogo e cartaz.	Contacto com um género de pintura não habitual.
23.5. 150 anos do Cine-Teatro	Divulgação da actividade cinematográfica e teatral do C.T. ao longo dos anos.		Ciclo de cinema, espectáculos musicais, teatro, edições, exposições.	Animação do espaço diversificada e participada pela população.
24.1. Amendoeiras em flor	Promover o artesanato local e divulgar o património.		Exposição e trabalho ao vivo de artesanato, visitas guiadas e venda de produtos regionais.	Contacto com outras pessoas, conhecimento do nosso concelho.
24.2. Congresso sobre Tratado de Alcanizes	Desenvolver a região e conhecer o passado.	C.M. da região de Riba Cõa	Discutir e tentar solucionar problemas da região	Divulgar a região.
24.3. Exposições	Divulgar a arte, a cultura e os artistas da região.			O público que visita a exposição fica bastante sensibilizado.

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
25.	25.1. Instalação do Museu Municipal			Implantação de vários núcleos museológicos permanentes, no âmbito do Programa Musco.	Maior contacto do público com a herança patrimonial, apoio aos criadores locais e regionais.
26.	26.1. C. Sócio-Cultural de Fronteira	Criação da Escola de Música.	Associação Jovens Fronteirense	Beneficiação e apetrechamento da sala de espectáculos da antiga C.Povo.	Construção de sala polivalente em Vale de Sedas.
27.	27.1. Projecto de recuperação do Palacete de Granja	Dotar o concelho com uma casa da cultura de natureza polivalente e recuperação de um edifício	Irmandade da Misericórdia de Paredes		Poder usufruir de um espaço ideal para desenvolver todas as actividades culturais
	27.2. Encontr' Artes 93,94,95,96,97,98	Promover as condições necessárias para dar a conhecer o que de mais significativo se produz nos campos da arte		Conjunto de actividades culturais que se realizam anualmente, eplo período de um mês (exposições, música, teatro)	Deu a conhecer à população os artistas do concelho, sendo muitos deles desconhecidos
	27.3. Um dia na Idade Média – Projecto História ao Vivo	Divulgação do Mosteiro de Cete – ex-libris do concelho – envolvimento dos alunos numa rigorosa reconstrução histórico-factual	Escolas do 2,3º ciclos e Secundário do Concelho	Dia de História ao Vivo onde se desenrolaram uma Feira Medieval, o banquete, o torneio, a vida no mosteiro – situações do contexto medieval do Sé. XIII	Divulgação do Mosteiro de Cete perante todos os estudantes que participaram
	27.4. A saga dos Descobrimentos	Sensibilizar os alunos para a temática dos oceanos	Idem	Recriação de alguns dos mais importantes episódios "d' Os Lusíadas", envolvendo cerca de 300 alunos e professores	Investigação, estudo, conhecimentos de uma das obras mais marcantes da nossa literatura – "Os Lusíadas"
	27.5 Oficina de Teatro para a Infância	Aprofundar na população (crianças) o gosto pelo teatro		Ateliers de teatro participado por cerca de 15 crianças que aprendem o exercício de técnicos de expressão corporal e dramatização	Despertou o interesse de uma camada da população pelo teatro

31.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
31.1. Conferências de Matosinhos	Proporcionar um conjunto de comentários e propostas constituindo elementos de reflexão para o exercício da cidadania.		Espaço de debate e confronto de ideias, contando com a presença de oradores que abordam temas da actualidade política, económica e social.	Projectão a nível nacional reconhecidas pela comunidade matosinhense.
31.2. Música	Revelar um tipo de música muito pouco divulgada e que merece tornar-se conhecida.		Apresentação de concertos, ciclos musicais: "Música Portuguesa Contemporânea"; "Grandes Momentos da Música de Tecla", etc.	A música tem-se tornado um emblema da C.M.. A abertura da comunidade para as áreas musicais bastante especializadas criando bases de sustentação e gosto pela formação musical.
31.3. Exposições	Dar continuidade a uma actividade cultural diversificada apoiada em factores de qualidade, criatividade, inovação e oportunidade.	Outras Câmaras Municipais, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação de Serralves, Mecenatos Culturais	Dinamização dos principais espaços culturais do concelho com exposições e divulgação de artistas, quer aos consagrados, quer aos novos artistas. Assenta em pilares de qualidade, variedade e diferenças culturais.	Projectão do concelho aliada a uma tradição cultural já adquirida que "empurra" o município para uma realização ininterrupta de actividades.
31.4. Publicações	Conhecimento e divulgação do concelho e do seu património.		Publicação de obras que contribuam para a divulgação do concelho ou de eventos com cunho de prestígio como a edição das Conferências de Matosinhos, exposições, personalidades, tradições do concelho.	A própria divulgação do concelho ou até mesmo o reconhecimento do público em geral das publicações deste município.
31.5. Intervenção arqueológica no Castro de Guifões	Uma maior identificação do indivíduo com a sua comunidade e o passado.	União Europeia e Administração Central	Escavação, tratamento e classificação de espólio encontrado e sua divulgação na comunidade, nomeadamente a escolar.	Têm sido importantes instrumentos de desenvolvimento e propiciadores da qualidade de vida que se deseja para o concelho.
33.1. Exposição "Arte Xávega"	Expôr à população a tradição que o concelho possui.	Comissária Geral da Empresa	Exposição sobre Pesca Artesanal.	O recordar de uma arte em vias de extinção.
33.2. "O Litoral - do passado ao presente"	Preservação das dunas nas praias.	Ministério do Ambiente	Exposição sobre a conservação e a preservação das praias e das dunas.	Ensina a conservar e a preservar as dunas das nossas praias.
33.3. FARAV	Expandir a arte existente no concelho a nível distrital		Exposição artesanal	Expansão da sua actividade e conhecimento de outras regiões.

33.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
34.1. FACAL – Feira de Artes e Cultura de Almodovar	Promover o concelho, os seus produtos e serviços junto de um público mais alargado e proporcionar um momento de encontro e de festa dos habitantes da região.	Associações Locais de Desenvolvimento	Feira de Artes e Cultura anual, com a duração de 7 dias, onde se privilegia o artesanato e os produtos agro-alimentares e a culinária tradicional. A- música popular portuguesa e a música regional marcam também a sua presença durante todo o certame.	Criou-se já um clima de confiança entre os produtores, os artesãos e os artistas do concelho para que, noutro tipo de mostras culturais, possam participar com maior nível de qualidade.
34.2. Edição de cadernos de poesia popular	Manter viva uma tradição com raízes profundas no povo Alto Douadense, bem como perpetuá-la de modo a ser conhecida pelos mais novos.		Lançamento anual de concurso de poesia popular, cujos trabalhos são apreciados por um júri constituído para o efeito, recebendo os autores um prémio monetário e prémios de participação. Todos os trabalhos apresentados são editados em livro.	Os poetas populares do concelho e limítrofes tem aderido cada vez mais a este concurso, tendo sido reabilitada esta tradição cultural do nosso povo.
34.3. Sítio arqueológico das Mesas do Castelinho	Conhecer a história dos povos que sucessivamente ocuparam este espaço (hábitos, costumes, modos de vida, etc) para melhor compreender a cultura e a história do nosso povo.		Escavação, investigação e estudo do povoado das Mesas do Castelinho e tratamento e catalogação do espólio encontrado em resultado dos trabalhos de campo que anualmente se realizam nesta local.	Interesse cada vez maior em preservar os vestígios arqueológicos da região, construção do museu arqueológico municipal para acolher o espólio e desenvolvimento turístico, em virtude das visitas que vem a ser feitas àquela localidade ao longo de todo o ano.
34.4. Dia do Município e Dia da Liberdade	Comemorações do Dia do Município, e do Dia da Liberdade, proporcionando aos habitantes desta região um momento de festa, divertimento e convívio.		Realização durante uma semana de um conjunto de manifestações culturais (teatro, cinema, espectáculos musicais, jogos, etc.) que pela sua diversidade pretendem envolver todos os munícipes através da sua participação, perspectivando a valorização e divulgação do concelho e de reforço dos valores democráticos.	Contribuição para um melhor conhecimento do concelho e consciencialização de que a participação nas acções culturais é um elemento fundamental na formação da pessoa, tendo levado a encarar a realidade numa nova perspectiva.
34.5. Noites de Verão	Contribuir para o processo de socialização dos jovens, através de um conjunto de acções orientadas para a transmissão de ensinamentos úteis no dia-a-dia.		Realização durante cinco semanas no verão, de um conjunto de acções (jogos, passatempos, imitações, anedotas, etc.) onde a participação e a competição saudável lhes permite interiorizar conhecimento e valores fundamentais à integração social.	Estas acções têm sido cada vez mais participadas, verificando-se que o espírito de grupo, a assimilação de valores tem sido uma constante, realçando-se a ideia de que as crianças, os jovens participantes e os assistentes aprendem brincando.

35.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
35.1. Moncorvo: cultura é capital	Dinamizar a actividade cultural local	IPACA	As áreas do programa são a literatura, a música, o cinema e o teatro, sectores com tradição em Torre de Moncorvo.	Acesso a vários espectáculos, promoção e revitalização das tradições. Maior envolvimento da população.
35.2. Feira do Livro	Promoção e divulgação do livro e da leitura		Realização de uma feira do livro com diversos expositores e encontro com diversos escritores e sessão de autógrafos.	Acesso aos livros a preços reduzidos. Encontros com escritores, conhecimento das suas obras e vida.
35.3. Amendoeiras em Flor	Promoção da região com a realização de diversos espectáculos.		Realização de diversos espectáculos culturais e recreativos.	Acesso a espectáculos diversos e promoção da região.
35.4. Ciclo de Cinema Português	Divulgação da actividade cinematográfica portuguesa		Apresentação durante um mês de vários filmes realizados em Portugal, acompanhada por uma exposição e vários desdobráveis sobre o filme e realizador.	Este ciclo foi gratuito que permitiu o acesso a toda a população do concelho.
35.5. Exposição de escritores e ilustres Moncorvenses	Dar a conhecer à população em geral os escritores e as suas obras.		Realizou-se uma exposição grandiosa, com a Bio-Bibliografia dos escritores e ilustres, acompanhado de várias palestras e lançamento de 4 livros.	Maior conhecimento dos homens de letras do concelho e das suas obras.
37.1. FESTIBROSA	Divulgação da cultura do concelho	Lider – Sabrosa		Divulgação de Grupos do Concelho, nomeadamente: Banda de Música; Grupo de Cantares – Provesende; Fanfara dos Bombeiros e Conjuntos Musicais
38.1. Sesquicentenário da Maria da Fonte	Afirmar na historiografia nacional a heroína da terra	Pronorte	Actividades diversas ao longo do ano de 1996 com animação cultural, música, teatro, publicações, congressos, etc.	Criou uma dinâmica interessante visível na afirmação do orgulho da sua naturalidade.
38.2. Congresso – Maria da Fonte – 150 anos	Contribuir para a correcção de determinadas lacunas existentes na História de Portugal no que se relaciona com esta revolução.	Universidade do Minho	Congresso	Orgulho.
38.3. Têxtil D'Oiro	Promover a imagem do concelho, da sua Indústria e gentes.	Grupo Económico Lanhoso Investe	Desfile de moda por modelos nacionais das criações das empresas do concelho.	

39.

Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
39.1. Mostras de Projectos Escolares	Ligação da escola ao meio e do ensino à vida	Escolas e Juntas de Freguesia do concelho	Mostra pública de projectos que são desenvolvidos ao longo do ano lectivo em vários domínios (teatro, património cultural, educação cívica, etc).	Reconhecimento da escola enquanto agente cultural e, por outro lado, o estabelecimento de redes de comunicação inter-escolas e entre estas e a comunidade.
39.2. Museologia	Salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural material e não-material	Juntas de Freguesia, Universidades, organismos da Administração Central	Levantamento do existente, análise do valor patrimonial dos elementos, desenvolvimento de estratégias de valorização e divulgação, sendo a criação de museus ou de núcleos museológicos o aumento mais visível deste processo.	Conhecimento e respeito pela raízes culturais, afirmação das identidades culturais e reconhecimento da multiculturalidade.
39.3. Prémio Jov/Arte	Incentivar e estimular a criação artística, individual ou colectiva, por parte dos jovens	Artistas plásticos convidados	Divulgação de regulamentos, selecção de obras e realização de exposições com carácter competitivo com actividades complementares (sessão de atribuição de prémios, música, teatro, palestras, etc	Captação de novos valores e incentivo à manutenção das actividades artísticas.
39.4. Festa do vinho e das vindimas	Divulgação de uma actividade agrícola determinante para as dinâmicas económicas e culturais locais e divulgação dos vinhos e tradições inerentes à sua produção. Divulgação da gastronomia regional.	Movimento associativo, Juntas de Freguesia e empresas vitivinícolas	Desfile etnográfico alusivo ao processo de produção de vinho; mostra de artesanato	Reforço das identidades culturais locais, divulgação dos vinhos da região aos mercados nacionais e internacionais, revitalização do comércio local.
39.5. Conhecer a realidade sócio-cultural actual	Diagnosticar a realidade sócio-cultural do concelho		Diagnóstico sócio-cultural por Freguesia, enformado por duas componentes: oferta cultural e procura cultural.	
40.1. II Congresso Internacional sobre o Rio Douro	Apresentação de estudos sobre o Rio Douro e a região por ele atravessada	Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia	Apresentação de trabalhos académico-científicos para posterior publicação em actas sobre a matéria.	Conhecimento enriquecido do concelho.
40.2. Prémio nacional de Pintura	Dar a conhecer obras de jovens autores na área das artes plásticas	Artistas de Gaia - Cooperativa Cultural	Apreciação de trabalhos na área das artes plásticas para posterior atribuição de prémio honrando um dos maiores pintores do País.	Objectivos alcançados.

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
40.	40.3. Regata Infante/Cutty Sark – Comemorações do VI Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique	Divulgar os descobrimentos portugueses; divulgar o papel do infante na epopeia dos descobrimentos; incentivar nos jovens o gosto pelas actividades ligadas ao mar e promover a reaproximação de Portugal com o mar	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos	Actividades de índole histórico-cultural de âmbito local e nacional	Objectivos alcançados.
	40.4. Festival Internacional de Música para Jovens	Sensibilizar os jovens para o gosto da música, dar a conhecer os nossos usos e costumes	Academia de Música de Vilar do Paraíso	Participação de grupos nacionais e estrangeiros com a realização de concertos	Objectivos alcançados.
	40.5. 1º Seminário Internacional de Cerâmica – Gaia 90	Reflexão sobre a cidade e a sua dignificação histórica como centro de cerâmica, instituição do Museu nacional e internacional de Cerâmica e divulgação e promoção internacional das potencialidades da cidade no plano histórico, cultural, social e económico		Conferências, Workshops, exposições e passagem de filmes, vídeos e diapositivos apresentando a cerâmica projectada pelos diversos países participantes.	Objectivos alcançados.
43.	43.1. Animação de Verão	Promover a cultura portuguesa e animar culturalmente os pesaços públicos de encontro	Menagem – Associação Cultural e de Desenvolvimento de Penamacor	Associar as populações à cultura, através da organização de espectáculos musicais; exposições; teatro e cinema	Promoveu a cultura entre as populações locais e atraiu alguns jovens para a prática e dinamização cultural
	43.2. Dinamizar o Museu Municipal	Preservar o património e promover o conhecimento da história do concelho		Proteger o património histórico e etnográfico	Criou o 2º melhor Museu do distrito, o que é motivo de contentamento para as pessoas
	43.3. Animação da Biblioteca Municipal	Promover a leitura e a história do concelho		Actividades de animação e de leitura no espaço da biblioteca	Aumentou a leitura entre os mais jovens; beneficiou os estudantes; abriu mais um espaço de cultura
44.	44.1. Abertura do Posto de Turismo e Museu Municipal	Criação de um espaço para organização de exposições e criação de um Museu Etnográfico		Organização de exposições temáticas, pintura, fotografia e documentais e informativas.	Sensibilizar as populações para a preservação do património do concelho e permitir às populações e visitantes o contacto com a realidade das exposições.
	44.2. Exposição sobre o concelho na Exponor	Promover o concelho e as suas potencialidades junto do público externo		Montagem de um stand na Exponor com mostra de produtos endógenos e promoção das potencialidades turísticas do concelho.	Atracção de visitantes ao concelho.

	Nome	Objectivos	Outras Entidades Promotoras	Descrição	Resultados
44.	44.3. Exposição na Feira Popular de Lisboa	Divulgar as potencialidades económicas e turísticas, o artesanato, os produtos endógenos e a gastronomia do concelho	Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra	Durante uma semana o concelho fez-se representar na Feira Popular de Lisboa, com uma exposição permanente do concelho e animação no palco da Feira Popular.	Permitir aos naturais do concelho residentes em Lisboa um contacto directo com os valores e tradições do concelho, proporcionando uma aproximação entre os Pampilhosensos e dar a conhecer o concelho a um grande número de pessoas, potenciais visitantes.
45.	45.1. Festival de Bandas Cívicas da Cidade de Tavira  45.2. Festival de Charolas  45.3. Festejos dos Santos Populares  45.4. Marchas Populares de Tavira  45.5. Carnaval com batalha de flores em Tavira	Transmitir aos jovens em particular e à população em geral o gosto pela música e divulgar a Banda de Tavira  Divulgar e preservar tradições culturais seculares  Divulgar a cultura popular, revivendo tradições muito antigas e arraigadas nas populações  Divulgar os usos e costumes dos diversos Bairros do Concelho, através das marchas, proporcionar convívio e alegria às pessoas  Trata-se de mais uma acção cultural e recreativa que tem como objectivo viver com alegria o Entrudo, trazer vida ao comércio	Região de Turismo do Algarve	Desfiles de Bandas e concertos  Participação das charolas num Festival a realizar no Cine-Teatro, cantando ao Deus Menino  Ornamentação de ruas com papel de seda, Bailes Populares, arraiais, folclore, bazares, mentras ornamentadas  Desfile e exibição das diversas marchas do concelho pelas ruas da cidade, proporcionando a milhares de pessoas momentos óptimos.  Batalha de flores, com carros ornamentados, escolas de samba, transmitindo alegria e folia a milhares de pessoas que acorrem ao evento.	Positivos, uma vez que a Banda de Tavira tem cerca de 50 jovens músicos e ainda uma Orquestra Ligeira e uma Escola de Música.  O aparecimento de novos grupos de charolas e a aderência da juventude.  Aderência espontânea, culto invulgar às tradições do concelho.  Positivos e o aparecimento de muita juventude a participar.  Vontade de continuar, criando novas motivações nos cidadãos e grupos culturais e associativos.
46.	46.1. Filarmonia das belas  46.2. Programa cultural Junta de Turismo	Apoio à sua criação  Animação na época termal	Sociedade da Água do Luso	Exposições, espectáculos de música, Teatro e Folclore	Educação da população para a música  Dinamização

## Quadro VIII

### Financiamento Externo (contos)

9.	Procissão Aleluia – 500 P Feira da Serra – 7.050 P Recuperação Cine-Teatro – 74.351 FEDER Biblioteca – 108.171 PROA	
10.	Recuperação Cine-Teatro – 63.559 (34.583, U.E.; 28.976, AC) Biblioteca – 79.755 (67.757, UE; 11.998, AC) Musealização de sítios – 24.279 (8.360, UE; 15.919, AC) Festas S. Calvário – 3.383 (2.500, P; 882, AC)	
11.	Recuperação edifícios/instalação Museu – 15.000 UE Curso restauro – 2.864 UE	
12.	Recuperação Falcoaria Real Geminação com Valkensward	UE EU
13.	Festa N.SRª Boa Viagem – 8.000 P	
14.	Algum apoio para reorganização da Banda Filarmónica ( contr. Programa)	
15.	Construção Centro Cívico – 105.948 UE	
16.	Complexo Museológico S.M. Otrinhas Linha eléctrico Sintra- P.Maças Colecção Berardo – Mac Festa Língua Portuguesa	UE AC Fundação Berardo Fundação Cultursintra
17.	Construção nova Biblioteca - 130.000 AC Patrimónios diversos - 10.000 P RILP – 15.000 AC	
19.	Renovação de edifícios para exposição – 7.500 UE Aquisição de cinema – 12.500 AC Centro de Recursos	AC
20.	PRAC – 80.000 UE (OIDPS) Construção de Biblioteca Municipal – 80.000 AC (IBL) EMPIRIC – 7.500 UE ILIERS - 3.000 UE	
22.	Construção de Biblioteca Municipal - 196.000 AC (IBL) - 369.507 AC/UE (PORA)	
23.	Mostra Artesanato – 450 AC 150 anos Cine-Teatro – 6.000 UE Salão Pintura Naif - 150 Outros	
26.	Construção Centro Cultural – 54.000 AC	
31.	Pronorte – 7.676 -UE	
34.	Facal(feira de Artes e Cultura) – 4.000 UE - 640 AC	
35.	Amendoeiras em Flôr e Semana de Animação Jovem – 3.761 UE Feira de Artesanato – 2.238 UE	
37.	Programa PACTE – 94345.ECU – UE Programa Pronorte (construção de Casa da Cultura) – 18.771.317 – UE	
38.	Comemoração da Revolução da Maria da Fonte – 16.000 UE Têxtil d'Oiro – Desfile de Moda – 6.000 P Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso – 4.000 UE Recuperação do Theatro Club Municipal – 100.000 UE/AC/O	
39.	Biblioteca Municipal D.Dinis Museu Municipal/Qtª Conventinho Centro de Artes e Ofícios( C.A.O.S.)	UE P/UE UE

Financiamento Externo (contos) (continuação)

40.  
43.

Remodelação e ampliação da Biblioteca e	
Construção de Auditório Municipal – 398.000 A.C.	
Construção e equipamento da Biblioteca Municipal	A.C.

## Quadro IX

### Cooperação Internacional

2.	Protocolo cultural com Junta de Castela e Leão
3.	Geminação com Cabrália; Geminação com St <sup>a</sup> Galmier
4.	Contactos com Astigarraga – S. Sebastian (Espanha); Geminação (d.97) com Neuville sur Saone (França)
10.	Colaboração com Instituto Goethe – Exposição e concertos de artistas alemães; Projecto "Flores e Música" – com Ayuntamiento de Salamanca; Projecto Associação uma Rota para a Europa, com F. Onoro, Ciudad Rodrigo, Salamanca, Tordesilhas e outros municípios portugueses; Intercâmbios culturais com cidades geminadas: Zofinghen, Labouheure; Danbury; Intercâmbios culturais com comunidade portuguesa de Newark
11.	Projecto Terras da Moura Encantada
12.	Geminação com Valkenswaard (Holanda)
14.	Geminação com Ploumagoar (França)
16.	Geminações com Lobito (Angola), Bissau (Guiné), Trindad (S. Tomé), Petrópolis (Brasil), Oumura (Japão)
17.	Associação das Cidades Educadoras; Associação Rencontres; Carta para a infância- parceria com Modena (Itália), Turco (Finlândia) e Madrid (Espanha)
18.	Participação em várias acções cooperação internacional, em parceria com instituições locais
19.	Geminação com Paul (Cabo Verde)
20.	Participação em programas europeus de cooperação cultural (LIERS, EMPIRIC, intercâmbios juvenis); Geminações e acordos de cooperação cultural; Apoio a intercâmbios de associações
22.	Festival Sete Sóis – Sete Luas
23.	Deslocação da S.F. Lousalense a França; Festivais Internacionais de Folclore
24.	Festival M. Juventude; Intercâmbios luso-espanhóis
28.	Geminação com o município de Cumberland – EUA
31.	Obras e Projectos, Alvaro Siza – Santiago; Embaixada de França e Instituto Francês do Porto; Embaixada do Canadá – Exposição de fotografia ; Embaixada de Brasil – Exposição Etnografia sobre Buzios; Universidade Mendisio(Suiça) – Obras e Projecto, Souto Moura
35.	Visita da Europese School de Mol; Encontro de Professores Portugueses e Espanhóis da Associação Europeia de Professores
37.	Geminação – Sabrosa/Cadaujac – França Geminação – Sabrosa/Guetaria – Espanha Torneios realizados entre Sabrosa/Dana Cup – Dinamarca
38.	Seminário de Ecomuseologia – sobre a Função Social do Museu Seminário Desenvolvimento Múltiplo da Floresta Geminação com Cidade Francesa
39.	Geminação com a Ilha de Malo (Cabo Verde) Geminação com Matola (Moçambique) Geminação com Diu (Índia) Festival de Bandas (Espanha e França)
43.	Cooperação com Associações Culturais Espanholas
46.	Exposição de pintores do concelho em França

## Quadro X

### Impacto na vida local

1.	Promoção de concertos (desde 1990, acesso à cultura)
3.	Muito lentamente criando alguma abertura
4.	Sim. Permitindo às pessoas deste concelho e de outros concelhos vizinhos o contacto com culturas de outras regiões, participando activamente nos espectáculos. Recuperação de tradições em vias de esquecimento desperta alegria e são convívio.
6.	Sim. Tem criado hábitos ao público e incentivado os criadores locais.
7.	Sim, na medida em que se assiste a uma maior adesão por parte dos públicos e um interesse muito acentuado em questões ligadas à cultura do nosso concelho.
8.	Tem mantido vivos e em actividade cânticos, bandas de música, grupos de teatro.
9.	Proporciona ocupação saudável dos tempos livres. Promove a cultura e tradição de um povo. Anima de forma agradável a vida desta localidade. Oferece novos horizontes.
10.	Sim. Maior investidor em equipamentos e actividades culturais ( F. Queijo e Enchido Serrano; F. Mel; F. Artesanato; F. Gastronomia; exposições; colóquios; concertos), contribuindo para a criação de hábitos culturais da população.
11.	Sim. Suscitando paulatinamente maior interesse para a fruição dos bens culturais (teatro, música, exposições). Criação de hábitos de leitura, criação de estruturas locais de ensino da música e teatro.
12.	Sim. Tem desenvolvido e criado hábitos culturais na população que não existiam quer em termos de leitura quer na assistência a programas de índole não popular.
13.	Sim. Oferta de maior número de actividades culturais. Maior adesão e participação da população nas actividades culturais. Constituição de associações e grupos culturais.
14.	Sim. Verifica-se uma animação cultural e desportiva e motivação em diversas iniciativas que não existiam antes. Não é fácil quantificar os efeitos culturais, no entanto tem havido uma frequência regular de leituras, visita ao museu, aprendizagem de música (e sobretudo natação).
15.	O aumento das acções culturais permitiu uma maior interacção das pessoas para os aspectos culturais, maior participação, maior abertura.
16.	Sim. Com a criação de novos equipamentos os munícipes habituaram-se a encontrar em Sintra aquilo que anteriormente procuravam fora do concelho.
17.	Sobretudo tem conseguido diminuir a dependência de Lisboa valorizando-se projectos específicos que ajudam a fixar culturalmente a população do território.
18.	Maior participação associativa; ao nível da diversificação cultural promovendo novas apetências nos cidadãos.
19.	Ao mesmo tempo que se pretende salvaguardar a identidade sócio-cultural do concelho também se informa as pessoas que o concelho não é o centro do mundo.
22.	Sim. Gerando novas dinâmicas, quer associativas quer mesmo pontuais.
23.	Sim, na consolidação dos hábitos culturais da população.

Impacto na vida local (continuação)

24.	Muito pouco, porque esta acção tem sido quase nula.
25.	A criação do Museu, a gestão da Biblioteca, o apoio ao associativismo, a realização de festivais artísticos tudo isto contribui certamente para alterar a vida cultural no concelho.
26.	Dinamização do associativismo; Divulgação de valores culturais do concelho; Oferta regular de espectáculos culturais.
27.	Sim, ao nível das atitudes da população relativamente a realizações culturais.
28.	Sim, alertando a população para a necessidade de preservação e valorização da cultura e tradições locais e constituindo momentos privilegiados de encontro e partilha.
29.	Maior conhecimento da realidade concelhia.
33.	Sim, em termos de ajudar as escolas do concelho, ajuda não só em termos de disponibilidade de verbas, mas também em termos de apoio as actividades escolares e extra-escolares de interesse cultural.
34.	A acção cultural com uma projecção cada vez maior é fundamental para estimular a promoção de uma nova perspectiva do mundo e da vida. Neste sentido têm-se verificado uma crescente alteração de mentalidades, que é um aspecto importante na adaptação às constantes mudanças do nosso mundo.
35.	Sim, na criação de várias Bandas Filarmónicas, na criação de um grupo de teatro. Na maior afluência de pessoas a determinados espectáculos culturais (música clássica, canto coral...). Há uma maior sensibilização da população à cultura.
37.	Sim. Intercâmbio de pessoas; valorização de novos conhecimentos; valorização de novas culturas; valorização de novos costumes.
38.	Presentemente e salvo raras excepções, a vida cultural do concelho é a acção cultural do Município.
39.	Sim. Promoção/apoio da produção cultural; dinamização/formação de públicos; criação de espaços de debate, reflexão e difusão no domínio cultural; educação para a salvaguarda do património e exercício da cidadania; preservação/afirmação das identidades locais; criação/requalificação de equipamentos culturais; estímulo à participação dos actores e agentes culturais.
43.	Fixação de jovens; Promoção do Concelho na Região; dinamização do associativismo.
44.	Sim, principalmente na mudança (embora lenta) das mentalidades, sensibilizando as populações para a preservação do património e fortalecimento das raízes culturais.
45.	Criando novos hábitos aos munícipes, tais como: leitura, frequência da Biblioteca Municipal, participação nos eventos culturais, organizando igualmente acontecimentos, hábitos musicais e teatrais, realizando diversos concertos e festivais, exposições de arte, colóquios, etc.
46.	Não há política cultural sistemática; procuram-se respostas e soluções.

## Quadro XI

### 11. Relação com a estratégia de desenvolvimento local

1.	Não. Insuficiência do orçamento para a cultura, mas para lá caminhamos.
3.	Ainda não, mas pretende-se que no futuro a acção cultural ajude no desenvolvimento do concelho.
4.	Recuperação do património. Uma sociedade mais culta é uma sociedade mais sã (menos problemas sociais e económicos).
6.	Sim. Os agentes culturais são fundamentais no desenvolvimento do concelho via evolução das mentalidades.
7.1	A acção cultural tem sido desenvolvida junto das filarmónicas e ranchos do concelho para melhor desenvolver a promoção do concelho junto de outros concelhos do País.
8.	Sem acção cultural não poderá haver um desenvolvimento integral do concelho.
9.	Ainda que não o seja directamente, qualquer acção a nível cultural, se alcança resultados positivos, é uma forma de desenvolvimento. Os investimentos na cultura (...) visam o enriquecimento da vida da população.
10.	Sim, apostando em Gouveia como pólo turístico e cultural.
13.	Sim. Numa política global de melhoria da qualidade de vida da população, assente no desenvolvimento sócio-cultural, turístico e na preservação da identidade histórica do concelho.
14.	Este concelho, apesar da desertificação do interior, no espaço urbano tem continuado a crescer, e em termos de infraestruturas culturais tem estado muito carente. Um aglomerado urbano deve crescer de forma equilibrada.
15.	O desenvolvimento integral de qualquer concelho tem que ser sustentado nas várias vertentes económica, social, cultural, etc., por isso a estratégia cultural está integrada no plano estratégico global.
16.	Sim. Culturalmente este concelho tem conhecido uma grande dinamização e cada vez são maiores os investimentos a nível cultural. Hoje em dia a cultura é vista, juntamente com as outras áreas, estrategicamente importante para o desenvolvimento do concelho.
17.	Desenvolvimento de projectos culturais que criem condições para a fixação de actividades culturais versus agência municipal de distribuição de bens culturais; Formar uma identidade a partir da valorização dos recursos próprios e dos interesses próprios afirmando um projecto autónomo; Promover espaços de inovação cultural dando energia às novas tendências, apostando na formação das camadas mais novas e estando atentos a novos fenómenos culturais emergentes.
18.	Sim, através de uma acção concertada.
19.	Inserir a cultura no contexto sócio-económico.
22.	Sim. Considera-se, apesar de ainda existirem debilidades, que o desenvolvimento é necessário/integrado, pelo que a vertente cultural e turística é de grande importância. Contudo por vezes é difícil equacionar em termos estratégicos.
23.	Sim. Desenvolvimento harmonioso do bem estar da população e do seu desenvolvimento cultural.
24.	Através do seu património cultural e turismo.

Relação com a estratégia de desenvolvimento local (continuação)

25.	Sim, no sentido em que procura incentivar a sociedade civil a promover iniciativas culturais, nomeadamente através do associativismo e grupos informais.
26.	Promoção turística através da divulgação e valorização dos valores culturais locais.
27.	Sim, a principal prova é a percentagem do investimento do Município no domínio cultural, nomeadamente na implementação de infraestruturas.
28.	Todas estas iniciativas concorrem para instaurar uma dinâmica cultural e de desenvolvimento integrado do Município.
31.	Sim. Através da criação de novos equipamentos culturais reflectindo-se no desenvolvimento sócio-cultural, educativo e económico.
33.	Sim, claro.
34.	Apelando à participação nos diversos patamares do desenvolvimento do concelho, à alteração de certos hábitos nos diferentes sectores onde se move a actividade humana, por forma a ajustar o modo de vida dos munícipes às necessidades impostas pela nossa sociedade, quer do ponto de vista social, quer económico.
35.	Com a criação da Biblioteca Municipal – B.M.1 da Rede de Leitura Pública. Com a reinstalação do Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Com a exploração do Cine-Teatro (sessões semanais de cinema).
38.	Através da procura de criação do Ecomuseu de Lanhoso e da aposta no fomento de actividades associadas ao turismo cultural e em espaço rural.
39.	Sim, o domínio sócio-cultural é um dos cinco domínios de intervenção considerados no programa-base do P.D.M..
42.	Sim, para a sua promoção.
43.	Fixação das populações; apoio à actividade comercial e turística pelo implementar da sua mobilização.
44.	Sim. A acção cultural do município visa o desenvolvimento do concelho através de vertentes múltiplas, nomeadamente o desenvolvimento de um turismo de qualidade, preservação e promoção dos produtos endógenos e iniciativas que permitam o reviver das tradições do concelho. O desenvolvimento do concelho passa também pela valorização do património.
46.	Sim. O investimento tem sido feito em estruturas, numa 2ª fase entrará o investimento.

## Quadro XII

### Principais problemas (para o desenvolvimento da acção cultural municipal)

1.	Insuficiência do orçamento para a cultura.
3.	Falta de estruturas próprias.
4.	Insuficiência de equipamentos culturais; Insuficiência de verbas para apoio a artistas e associações culturais; Falta de animadores culturais na C.M.; Falta de uma viatura para sector cultural da C.M..
6.	Falta de verbas.
7.	Para além dos ranchos, das filarmónicas e do grupo de teatro da Escola Secundária de Arganil, o nosso município não tem associações culturais activas, existindo, no entanto, infraestruturas onde podem ser efectuadas acções culturais.
8.	Com problemas de infraestruturas básicas (água, saneamento e rede viária) não tem sido possível as verbas que gostaríamos.
9.	De ordem financeira. Necessidade de Parque de Feiras e Exposições. Para determinados eventos (exposições) falta de interesse da população.
10.	Elevados custos de grupos de teatro, bailado, orquestras, etc.
11.	Dificuldade de informação chegar ao público; contactos burocratizados com instituições estatais/regionais; ausência de colaboração entre C.M.'s mesma região; ausência de infraestruturas condignas para realizar eventos de maior envergadura.
12.	Falta de estruturas sócio-culturais.
13.	Estrangulamentos financeiros. Falta de recursos humanos.
14.	Falta de infraestruturas básicas imprescindíveis ao desenvolvimento.
15.	Falta de recursos financeiros para incrementar todas as acções e projectos que se gostariam de realizar.
16.	Por vezes lutamos com falta de meios financeiros por serem outras as prioridades e existirem necessidades mais prementes.
17.	Para uma acção cultural sustentada era necessário haver mais agentes culturais e estruturas locais que pudessem desenvolver acções de qualificação da vida cultural.
18.	Problemas financeiros; Pobreza económica da região; Extensão do concelho e dispersão populacional.
19.	Falta de recursos financeiros.
22.	A extensão e diversidade do município e o reduzido número de técnicos dificultam a definição de uma estratégia global de intervenção na área sócio-cultural.
23.	Escassez de recursos; educação cultural da população.
24.	Falta de recursos humanos, técnicos e financeiros.
25.	Falta de meios financeiros.
26.	Insuficientes apoios financeiros; recursos humanos insuficientes.
27.	Falta de hábitos culturais dos munícipes.
28.	Falta de instalações para a promoção de actividades.
29.	Falta de meios financeiros e humanos.
31.	A dificuldade da implementação e sistematização de hábitos culturais junto da população.

Principais problemas (para o desenvolvimento da acção cultural municipal) (continuação)

34.	O principal problema assenta no número reduzido de recursos humanos, todavia esta situação tem tendência a ser alterada a curto prazo.
35.	Participação das populações em determinados acontecimentos culturais.
37.	Falta de recursos financeiros.
38.	Com a carência de recursos financeiros e humanos, dadas as enormes carências ao nível de infraestruturas básicas.
39.	Capacidade e disponibilidade dos actores/agentes culturais; locais, sobretudo dirigentes do movimento associativo, eleitos das Juntas de Freguesia e produtores culturais maioritariamente amadores; nacionais, administração central, cujos apoios ou são inexistentes, ou são exíguos.
42.	Meios financeiros; meios humanos; ser um concelho muito disperso.
43.	Alguns problemas de mentalidades; pouco empenho e gastos com a cultura.
44.	Os principais problemas prendem-se essencialmente com a falta de recursos humanos especializados mas que o município está a encetar esforços para entrar numa fase de mudança.
45.	A falta de verbas para uma divulgação e implementação maior.
46.	Falta de meios estruturais.

## Quadro XIII

### Visão Futuro

1.	Mais força e mais dinheiro.
3.	Menos custosa e com mais adesão do público e dos jovens em geral.
4.	Melhor do que já estamos. Acções em número e qualidade já temos, agora falta condições para serem desenvolvidas (Casa de Cultura, animadores sócio-culturais, viatura, material de som).
6.	Na sequência e desenvolvimento dos objectivos actuais.
7.	Se (for feito ?) tudo o que está planeado no âmbito da cultura, a nossa acção cultural estará muito mais desenvolvida e muito mais será conhecido o nosso município.
8.	Depois de completar as infraestruturas básicas, haverá mais disponibilidades para uma acção cultural mais abarcante.
9.	Renovada; enriquecida com a existência de outros espaços; continuidade de eventos que já se realizam com muito êxito.
10.	Com o recente apetrechamento em termos de equipamentos, é natural que no futuro esteja já consolidada uma política cultural que é ainda insipiente. Passagem da simples programação de actividades à definição de uma política cultural.
12.	Com a criação de infraestruturas culturais prevê-se uma maior participação nas actividades culturais assim como um incremento da criação e programação cultural.
13.	Com as dificuldades financeiras com que se debatem os pequenos municípios e na falta de resposta da recente Lei das Finanças Locais, não se prevê uma melhoria significativa na sua acção.
14.	Melhor do que hoje, e com possibilidade de ser mais proficua, nas suas múltiplas vertentes.
15.	Esperamos que com o desenrolar dos tempos as necessidades básicas sejam resolvidas, tais como saneamento, abastecimento de água, vias de comunicação, etc, para se poder disponibilizar uma maior fatia do orçamento para a cultura, e dinamizar ainda mais a vida cultural neste concelho.
16.	Dado o desenvolvimento que temos vindo a sentir prevê-se que nos próximos 5 anos a evolução seja no sentido ascendente.
17.	Necessidade de reforçar os meios financeiros de forma a cumprir as expectativas que entretanto vão sendo criadas nos diferentes níveis; Melhorar as condições de gestão e programação dos diferentes equipamentos culturais municipais.
18.	A acção cultural do município estará mais virada para a informação, para a formação pessoal e cívica e para a educação.
19.	Uma maior ligação ao munícipe na participação na vida cultural do concelho direccionada para as necessidades do Século XXI.
22.	Necessariamente como força motora do desenvolvimento integrado pretendido e não só "fazedores de coisas"; necessidade de uma visão estratégica global.
23.	Desejamos um progressivo enriquecimento cultural e o aparecimento de novos espaços culturais.
24.	Como a parte cultural vai partir da Casa da Cultura, em fase de implementação e organização, pensamos que num futuro próximo possamos ter uma vida cultural nos vários âmbitos, dinâmica, animada e participativa.
26.	Muito mais activa, uma vez que se prevê a curto prazo a reestruturação do quadro de pessoal de modo a permitir o recrutamento de técnicos qualificados.

## Visão Futuro (continuação)

27.	A aumentar a percentagem de participação dos munícipes em actividades culturais.
28.	Decerto que com a construção de espaços físicos (biblioteca, auditório, casa da cultura e museu rural) a acção cultural poderá ser implementada.
29.	Mais actuante e profícua, atendendo aos projectos em execução.
31.	Cumprindo os projectos em curso, a nível de infraestruturas e equipamentos. O município espera que a acção cultural seja proporcional ao investimento.
34.	A acção cultural do município tem tendência a melhorar nos próximos anos. A revisão do quadro de pessoal já realizada será um aspecto importante neste contexto. O aumento das verbas nesta área irá também contribuir para que a acção cultural se desenvolva ainda mais e com ela se desenvolve o concelho.
38.	Ainda em afirmação e desenvolvimento.
39.	Actores e agentes culturais mais exigentes, participativos e autónomos. Das dinâmicas locais decorrentes, poder-se-á assistir a uma intervenção municipal mais informada e qualitativamente superior, o que pressupõe a perspectiva de serviços mais especializados e diferentemente estruturados.
42.	Bastante melhor que no presente ou no passado, pois cada vez mais nota-se uma maior apetência das pessoas para participarem em acções culturais.
43.	Mais e melhor preocupação e com outras infraestruturas.
44.	A acção cultural era praticamente inexistente no município. Com a criação do Museu Municipal com sala de exposições temporárias em 1997 e actualmente com a criação de um departamento cultural, estão lançadas.
46.	Prevê-se melhorar substancialmente a acção do município, depois de concluídas as estruturas básicas.

Quadro XIV

Inquérito – Gestores e Administradores de Políticas Culturais Municipais

3.	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	9.	10.	
3.	43	F	V	L.Ciências Religiosas	4.3. Professor 4.4. 22 anos 4.5. 5 meses	5.1. Professor 5.2. Actividades culturais na escola e com grupos juvenis na paróquia	Falta de verbas; de tempo; de pessoal de apoio.	1,2,3	Ainda um pouco insegura, falta de aprofundamento e conhecimento da realidade cultural e meios disponíveis.	Com muito mais segurança, domínio e actividade
4.	31	M	Adj.Presid.	L.Direito		5.1. Professor, gestor, Vereador				
6.	45	F	D.Depart.	L.Artes Plást./Pintura	4.1. 4 anos 4.2. 10 anos	5.1. Professor Ensino Sec. 5.2. Pintora; colaboradora com jornais e revistas na área da cultura	Escassez de verba e pessoal especializado.	1,2,3,4		
7.	63	M	V	C. Geral Liceus	4.3. Del. Inform. Médica 4.4. 28 anos 4.5. 6 meses	5.1. Livreiro; revisor de Jornal "Noticias da Beira"; Del. Inform. Médica 5.2. Livreiro; Presidente da editorial Moura Pinto Associação	Dificuldade na implementação de um projecto cultural por falta de associação cultural activa.	1,3,5	Como dirigente de serviços culturais municipais, mostro preocupação muito significativa em relação ao desenvolvimento cultural do município. Conhecimento e compreensão do município.	Exercício da função mais facilitado e muito melhor desenvolvido.
8.	63	M	V	C.Prof. Ensino Básico	4.3. Professor Ensino Básico 4.4. 44 anos 4.5. 6 meses	5.1. Professor do Ensino Básico 5.2. Dirigente de vários organismos				
9.	32	F	V	C. Magist. Primário	4.3. Professor 1º cic. Ensino Básico 4.4. 5 anos 4.5. 8 anos		Económica. Recursos Humanos.	1,3,5	Ser permanentemente atento, dinâmico, actualizado, e acima de tudo, empenhador.	
10.	42	F	T.Sup.2	L. História Arte	4.1. 9 anos	5.1. Desenhador (FCTUC e GTL Gouveia) 5.2. Dir. Aprender em Festa; Dir. Soc. M. Gouvense	Falta equipa própria para actividades culturais.	1,2,4	Coordenador executivo das actividades culturais municipais.	Definindo a melhor estratégia para a prossecução da política cultural do Município.
11.	36	F	T.Sup.	L.História	4.1. 12 anos					
	34	F	T.Sup.	L.História	4.1. 11 anos					
12.	38	M	C.D.	L.História	4.1. 6 anos 4.2. 2 anos	5.1. Professor do Ens. Sec.				
13.	35	F	V	L. Biologia e Geologia	4.3. Professor Ens. Sec. 4.4. 12 anos 4.5. 5 anos	5.2. Dirigente associativo	Falta de recursos humanos e financeiros.	1,2,3	Definição e planeamento de uma política cultural para o concelho, e coordenação das actividades integradas nessa política.	Estando a função dirigente interligada com a acção cultural do município, dependentes de recursos, a manterem-se dificuldades, não permitir inovação.
14.	52	M	V	C. Regente Agrícola Engº Téc. Agrário	4.3. Engº Téc. Agrário 4.4. 25 anos 4.5. 7 meses		O município ainda não pode atribuir o "bolo" ideal para a cultura (ainda infraestruturas básicas)	1,3,4	Dinamizador das diversas acções a levar a efeito	Será mais facilitada e produtiva na medida em que algumas infraestruturas basilares – casa da cultura, biblioteca, estão a ser implementadas.
15.	38	M	V	Curso Médio	4.3. Vereador (Professor) 4.5. 7 meses	5.1. Professor e delegado escolar 5.2. Eng prof. Desenvolvimento de algumas actividades culturais	Falta de meios financeiros. Ausência de pessoal qualificado na área da cultura. Falta de equipamentos e infraestruturas culturais.	1,2,3		Espero que a actividade cultural tenha cada vez mais espaço no orçamento da autarquia.
16.	40	F	C.D.	L.História	4.1. 18 anos 4.2. 2 anos	5.1. Professor	Por vezes, falta de verbas.	1,2,5	É do meu interesse gerir da melhor forma os recursos culturais deste município. Fazer chegar a todos os munícipes, independentemente da sua formação ou interesse culturais o maior número de iniciativas. Para tal vamos apostando na descentralização.	Não havendo alteração à Lei actual, não vejo grandes alterações. No entanto, a capacidade de exercício poderá ser melhorada consoante o interesse que cada um possa ter em se actualizar, participação em acções de formação e intercâmbios com outros dirigentes.

Inquérito – Gestores e Administradores de Políticas Culturais Municipais (continuação)

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	9.	10.	
17.	37	M	D.D.	L. Ciências Educação M. Educação Especial	4.1. 5 anos 4.2. 2 anos	5.1. Professor Ens. Superior 5.2. Org. Acontecimentos culturais na vida académica	Gestão de tempo em termos de actividades que não sejam de mera rotina; dispersão de áreas de responsabilidade; dificuldade de descentralização de responsabilidade nos serviços.	1,3,5	É uma função que deve privilegiar as relações com o ambiente exterior de modo a criar uma rede de contactos que permitam a gestão de informação para as decisões e que procure sintonizar os serviços municipais com as dinâmicas locais por forma a desenvolver o P. <sup>o</sup> que resultem de uma interacção construtiva entre município e a comunidade.	Progressivamente mais exigente em termos de competências, pelo que deverá também ser mais valorizada em termos de autonomia, responsabilidade e condições para o exercício.
18.	35	M	V	L. Sociologia	4.3. Tec. Animação Cultural 4.4. 14 anos 4.5. 1 ano	5.1. 5.2. Dirigente associativo, teatro	Falta de recursos humanos qualificados; desmotivação dos jovens; falta de apoios oficiais.	1,3,5	Extremamente interessante, útil do ponto de vista pessoal, bastante desgastante	Cada vez mais virada para a articulação entre cultura, ambiente e desenvolvimento económico.
19.	40	M	V							
20.	40	M	D.D.	L. História PG. Sociologia M. Gestão Cultural	4.1. 12 anos 4.2. 10 anos	5.2. Dirigente associativo		1,2,3		
	32	F	Téc. Sup.	L. Sociologia PG. Políticas Culturais Europeias e Rel. Cult. Intern.	4.1. 10 anos	5.1. 5.2. Participação em projectos associativos		1,2,6		
21.	45	M	C.D.	L. Sociologia	4.1. 18 anos 4.2. 12 anos	5.1. Professor Ens. Secundário 5.2. Familiares e associativas	Ao nível das mentalidades; do desenvolvimento estratégico integrado; criação de condições materiais	1,2,3,4,5,6,7		Sensibilizar e motivar os decisores políticos e os agentes culturais para uma intervenção qualitativamente elevada. Coordenação de serviços. Dinamização de projectos.
22.	35	F	C.D.	L. Serviço Social (v. Ed. e Acção Cultural)	4.1. 12 anos 4.2. 10 anos	5.2. Estágios prof. na D.S.C. da C.M. Amadora e C. Cult. Roque Gameiro.	Inexistência de técnicos resp. por todos os sectores da Div.; dif. De globalização das actividades, dando-lhes coerência	1,5	Intermediária entre ag. Culturais e ex.; entre dif. Serviços: forte peso na gestão adm. e r.h.	Mais especializada.
24.	44	F	V	L. Medicina	4.3. Médica 4.4. 17 anos 4.5. 8 meses		Pouco tempo; muita burocracia; pouco material de trabalho	1,2,6	Aliciante	
25.	34	F	T. Sup. 1 <sup>a</sup> (A. Cult.)	L. Antropologia Social Bac. Trad. e Intern. (ISLO)	4.1. 4 anos	5.1. Técnico Ap. Gestão TLP 5.2. Dep. Marketing TLP	Grande dificuldade de superar a resistência à mudança; nível de formulação inferior ao desejado	1,2,6	Aliciante, desafiadora e complexa face às várias dificuldades apontadas.	Neste momento qualquer projecção será prematura face à possível alteração administrativa que se pretende implementar.
26.	47	M	Presidente	L. Gestão Empresas		5.1. Major Tropas Paraquedistas	F. Políticas antagónicas; pouco apoio do Governo; falta de fundos comunitários	1,2,6	Toma-se uma tarefa difícil, face ao desinteresse cultural da região, que temos vindo a tentar fomentar	Penso que se tratará de uma tarefa mais fácil, uma vez que esperamos nós se tenham enraizado hábitos nos municípios.
27.	40	F	V	Linguas e Literaturas Modernas	4.1. 5 anos 4.3. Professora 4.4. 17 anos 4.5. 5 anos	5.2. Desenvolvimento de vários projectos	Questões burocráticas; legislação autárquica; sensibilização da população	1,2,3		
28.	34	M	V	L. Humanidades	4.3. Professor Ens. Sec. 4.4. 10 anos 4.5. 4 anos		Escassez de instalações e falta de animadores culturais	1,2	Aliciante mas difícil. Por vezes a política cultural tem que ser sacrificada à satisfação das necessidades básicas da população	A política cultural começa a constituir prioridade dos municípios.
31.	27	F	T. Sup.	L. R. Humanos	4.1. 14 meses	5.1. Exp. Adm. na área do comércio 5.2. Estágio no C. Estudos Carvalho Araújo		1,2,5		
34.	38	M	V	L. Filosofia Tese em Administração Escolar	4.3. Professor do Ens. Sec. 4.4. 16 anos 4.5. 3 anos	5.1. Professor 5.2. Relações estritas com a cultura	Reduzido nº de pessoal; falta de qualificação profissional do pessoal.	1,2,5,6	De concepção, implementação e execução de todas as políticas culturais que se promovem no concelho, o que não é no meu ponto de vista o desejável, todavia prevê-se que esta situação se altere a curto prazo.	De cooperação e de implementação das políticas culturais do município.
35.	33	F	T. Sup. Biblioteca	L. História Pós Graduação em Ciências Documentais	4.1. 10 anos	5.1. Professora Ens. Sec. 5.2. Dirigente em diversas associações		1,2,5,6		

Inquérito – Gestores e Administradores de Políticas Culturais Municipais (continuação)

	1.		2.	3.	4.	5.	6.	7.	9.	10.
37.	32	M	V	Engenharia de Produção Agrícola	4.3. Professor Ens. Sec. 4.4. 3 anos 4.5. 9 meses	5.1. Engenheiro de produção agrícola 5.2. Acompanhamento das actividades culturais do concelho	Falta de meios económicos, técnicos e de pessoal qualificado.	1,2,3	Gerir em todos os aspectos tudo aquilo que esteja relacionado com a cultura no concelho; apoiar novas iniciativas que surjam de grupos ou associações que pertençam ao concelho.	Terei mais experiência neste campo, e terei uma política cultural definida de acordo com as nossas realidades e potencialidades, não esquecendo que daqui a 5 anos(espero eu) teremos maior apoio governamental, para esta área que tanto necessita.
38.	32	M	Tec.Sup.	L.Ciências Históricas Espec. Assuntos Culturais no âmbito das Autarquias	4.1. 4 anos 4.2. 3 anos	5.1. Professor 5.2. Associativismo	Carência de recursos financeiros, técnicos e humanos	1,2,3	Complicada pelo facto de não ser uma função/tarefa ou missão entendida como fundamental.	Com uma dificuldades ultrapassadas e outras entretanto criadas.
39.	41	F	Direc.Dep.	L.Psicologia da Educação Espec. Assuntos Culturais no âmbito das Autarquias	4.1. 11 anos 4.2. 8 anos	5.1. Colaborador em projectos de investigação 5.2. Estudos no âmbito sócio-cultural para Coruche e Moita.	Morosidade nas decisões (na vertente "actividade" e na vertente "gestão") que bloqueia a eficácia e a operacionalidade. Pouco protagonismo no viver da função.	1,3,6	Gerir e potenciar os diferentes contributos internos e externos para a consolidação de uma política cultural municipal.	Da mesma forma.
41.	32	M	Vereador	L.Direito Bacharelato em Ciências Religiosas	4.3. Advogado 4.4. 2 anos e meio 4.5. 8 meses	5.1. Professor E.B. – 10 anos 5.2. Através do ensino	Falta de quadros técnicos; falta de recursos financeiros; falta de recursos logísticos.	1,3	Empenhar na missão ao serviço da comunidade.	Empenhar na missão ao serviço da comunidade.
42.	38	F	C.Divisão	L.Direito	4.1. 10 anos 4.2. 8 anos	5.1. Advogada e Professora do Ensino Secundário	Grande diversidade de temas; distanciamento entre colegas; relações humanas.	1,2,4	Muito interessante.	Mais exigente.
43.	36	M	Vereador	L.Filosofia	4.3. Professor Ensino Sec. 4.4. 14 anos 4.5. 7 meses	5.1. A mesma 5.2. Desde os 15 anos sempre ligado a Associações Culturais e às actividades culturais da escola	Recursos humanos da autarquia; pouca importância dada às questões culturais; falta de investimento.	1,3,4	"Persistentemente, lutando contra as consciências tranquilas e contra o tempo".	Optimista como sou, muito melhor e mais reconhecida a sua necessidade.
44.	27	F	Téc.Turismo	L.Relações Públicas	4.1. 21 meses		Escassez de meios e de recursos humanos.	1,4		Mais valorizada no sentido de ser cada vez mais necessária ao desenvolvimento cultural e integrado das populações.
45.		F	Vereador	Curso de Educadora de Infância	4.3. Educadora Infantil 4.5. 10 meses	5.2. Directora Associativa, Presidente da Banda de Música de Tavira; Directora da Escola de Música de Tavira				

**INQUÉRITO – POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS**  
 Mestrado em Gestão Cultural  
 Universidade do Algarve – Universidade Paris VIII  
 Abril 1998

**1. Identificação do Município**

1.1. Nome \_\_\_\_\_

1.2. Área \_\_\_\_\_

1.3. Habitantes \_\_\_\_\_

**2. Recursos Culturais do Município – Orçamento**

	1998 (1)	1993 (2)	1988 (2)
<b>Orçamento Municipal – Despesa (contos)</b>			
<b>Orçamento Municipal para Cultura (3) – Despesa (contos)</b>			
<b>Percentagem do Orçamento Municipal para a Cultura no Orçamento Municipal</b>			

(1) – dados do orçamento 1998

(2) – dados da Conta de Gerência 1993 e 1988

(3) – incluindo Cultura, Património Cultural, Museus e Bibliotecas; excluindo Educação, Desporto e Acção Social

**3. Recursos Culturais do Município – Estrutura Orgânica**

	Anos		
	1998	1993	1988
<b>Número e designação das Estruturas</b>			
<b>Departamentos</b>			
<b>Divisões</b>			
<b>Outras Estruturas</b>			

#### 4. Recursos Culturais do Município – Recursos Humanos

Anos	1998	1993	1988
Número de trabalhadores por categorias			
Dirigentes			
Técnicos Superiores			
Técnicos Profissionais			
Administrativos			
Auxiliares			
Avenças e Assessorias			

Nota: As categorias referem-se a pessoal do quadro ou com contrato a termo certo; incluindo pessoal de museus, bibliotecas e outros equipamentos culturais de gestão municipal; no caso de ser impossível apresentar valores exactos, solicita-se ainda assim uma estimativa, no mínimo para os anos de 88 e 98.

#### 5. Recursos Culturais dos Municípios – Equipamentos Culturais Municipais

Anos	1998	1993	1988
Equipamentos			
Centros culturais/ Casas de cultura (Espaços culturais polivalentes)			
Cine-Teatros			
Galerias de Arte (Espaços de exposição)			
Museus			
Bibliotecas			
Casas da Juventude/Espaços para a Juventude			
Outros			

6. Quais são os objectivos prioritários da acção cultural do Município? (referir no máximo 5 objectivos)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

7. Dar exemplos de programas, projectos ou acções culturais considerados de maior qualidade, promovidos nos últimos 5 anos pelo Município ( referir no máximo 5 projectos)

- Nome do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
Objectivos \_\_\_\_\_

Outras Entidades promotoras (caso existam) \_\_\_\_\_

Breve descrição do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_

Resultados (que efeitos pode ter produzido na vida cultural local) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Nome do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
Objectivos \_\_\_\_\_

Outras Entidades promotoras (caso existam) \_\_\_\_\_

Breve descrição do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_

Resultados (que efeitos pode ter produzido na vida cultural local) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Nome do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
Objectivos \_\_\_\_\_

Outras Entidades promotoras (caso existam) \_\_\_\_\_

Breve descrição do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_

Resultados (que efeitos pode ter produzido na vida cultural local) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Nome do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
 Objectivos \_\_\_\_\_  
 Outras Entidades promotoras (caso existam) \_\_\_\_\_  
 Breve descrição do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 Resultados (que efeitos pode ter produzido na vida cultural local) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- Nome do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
 Objectivos \_\_\_\_\_  
 Outras Entidades promotoras (caso existam) \_\_\_\_\_  
 Breve descrição do Programa/Projecto/Acção \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 Resultados (que efeitos pode ter produzido na vida cultural local) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

8. Experiências de financiamento exterior ao orçamento municipal (patrocínios; financiamentos da administração central ou União Europeia; etc.) nos últimos 5 anos (referir no máximo 5 experiências)

Programas, Projectos, Acções	Valor Global do financiamento externo (em contos)	Tipo de financiamento externo (1)
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

(1) Administração Central (AC); União Europeia (UE); Patrocínios (P); Outros.

9. Experiências de contactos e cooperação internacional no campo da cultura nos últimos 5 anos (referir no máximo 5 experiências)

- \_\_\_\_\_  
- \_\_\_\_\_  
- \_\_\_\_\_  
- \_\_\_\_\_  
- \_\_\_\_\_

10. A acção cultural do Município tem contribuído para alterar a vida cultural no Concelho? Se sim, em que aspectos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. A acção cultural do Município está relacionada com uma estratégia para o desenvolvimento do Concelho? Se sim, de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Quais os principais problemas com que se defronta o desenvolvimento da acção cultural do Município?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Como vê a acção cultural do Município daqui a 5 anos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**INQUÉRITO – Gestores e Administradores de Políticas Culturais Municipais**  
Mestrado em Gestão Cultural  
Universidade do Algarve – Universidade Paris VIII  
Abril 1998

1. Identificação

1.1. Idade \_\_\_\_\_ anos

1.2. Sexo M  F

2. Função

2.1. Vereador \_\_\_\_\_

2.2. Director Departamento \_\_\_\_\_

2.3. Chefe de Divisão \_\_\_\_\_

2.4. Outra \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_

3. Habilitações Académicas

3.1. Licenciatura em \_\_\_\_\_

3.2. Outras \_\_\_\_\_

4. Tempo na Profissão

*Se respondeu 2.2., 2.3., ou 2.4.*

4.1. na Administração Local \_\_\_\_\_

4.2. em cargo dirigente \_\_\_\_\_

*Se respondeu 2.1.*

4.3. profissão \_\_\_\_\_

4.4. tempo na profissão \_\_\_\_\_

4.5. tempo na função de Vereador \_\_\_\_\_

5. Percurso Anterior

5.1. Profissões anteriores \_\_\_\_\_

5.2. Relações anteriores com a área da cultura \_\_\_\_\_

6. Quais as principais dificuldades que encontra para o exercício da sua função de dirigente?  
(refira no máximo 3)

---



---



---

7. Como se tem processado o seu aperfeiçoamento profissional? (Assinale no máximo 3 respostas que considere mais relevantes)

- no exercício da função
- troca de experiências com colegas de profissão
- troca de experiências com outros agentes culturais
- estudar sozinho
- acções de formação
- pós-graduações e cursos universitários
- outras

8. Dos seguintes temas relacionados com o campo de actuação de um dirigente de serviços culturais municipais, sobre quais considera mais necessário centrar o seu aperfeiçoamento ou a obtenção de mais informação?

	Muito necess.	necess.	Pouco necess.	Nada necess.
Animação Cultural				
Associativismo				
Comunicação				
Cooperação Cultural (nacional e internacional)				
Financiamento da cultura (patrocínios, mecenato, financiamentos administração central e europeus)				
Gestão equipamentos culturais				
Gestão Financeira				
Gestão Recursos Humanos				
Legislação Cultural				
Política Cultural				
Projectos Culturais Locais				
Tendências contemporâneas das artes				

9. Como define a sua função de dirigente de serviços culturais municipais?

---



---



---

10. Como vê o exercício da função de dirigente de serviços culturais municipais daqui a 5 anos?

---

---

---

---

---

Nome e contacto (facultativo)

---

---

---

---

---

